

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

**XI CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Em Homenagem a Joaquim Mattoso Câmara Jr.*

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(de 27 a 31 de agosto de 2007)

Cadernos do CNLF

Vol. XI, N° 05

DIACRONIA

Rio de Janeiro
CiFEFiL
2008

RIO DE JANEIRO: CIFEFiL, 2008

1

DIACRONIA

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

Reitor

Ricardo Vieira de Castro

Vice-Reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-Reitora de Graduação

Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

Glauber Almeida de Lemos

Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Maria Tereza Goudard Tavares

Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Catia Antonia da Silva

Chefe do Departamento de Letras

Leonardo Pinto Mendes

Sub-Chefe do Departamento de Letras

Iza Terezinha Gonçalves Quelhas

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Rua São Francisco Xavier, 512 / 97 – Mangueira – 20943-000 – Rio de Janeiro – RJ
pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – www.filologia.org.br

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETORA

Cristina Alves de Brito

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Délia Cambeiro Praça

SEGUNDO SECRETÁRIO

Sérgio Arruda de Moura

DIRETOR CULTURAL

José Mario Botelho

VICE-DIRETORA CULTURAL

Antônio Elias Lima Freitas

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto

VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Lúcia Mexias-Simon

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coêlho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Alfredo Maceira Rodríguez

DIACRONIA

**XI CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**
de 27 a 31 de agosto de 2007

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
Cristina Alves de Brito
Delia Cambeiro Praça*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coêlho da Silva
Ilma Nogueira Motta
Maria Lúcia Mexias Simon
Antônio Elias Lima Freitas
Carmem Lúcia Pereira Praxedes
Sérgio Arruda de Moura*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*José Mario Botelho
Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto
Sílvia Avelar Silva*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

*Centro Filológico Clóvis Monteiro (CFCM)
Magda Bahia Schlee Fernandes*

Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)

SECRETARIA GERAL

Sílvia Avelar Silva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SUMÁRIO

0- Apresentação – <i>José Pereira da Silva</i>	07
1. 190 anos do método histórico-comparativo – <i>Leonardo Samu</i>	12
2. A escrita gótica – <i>Camila Mello</i>	18
3. A fé e a arte, a escrita e a história – <i>Geysa Silva</i>	26
4. Análise de algumas das notas lingüísticas de Angelo Colocci aos cancioneiros galego-portugueses B e V – <i>Antonio Augusto Domínguez Carregal</i>	34
5. As formas de tratamento em bilhetes amorosos no Rio de Janeiro novecentista – <i>Leonardo Lennertz Marcotulio, Paula Fernandes da Silva e Célia Regina dos Santos Lopes</i>	41
6. Considerações sobre Filologia e História nas primeiras obras de Friedrich Nietzsche – <i>Luciana Fernandes Madeira</i>	50
7. Lexicografia histórica do projeto ao glossário de termos dos autos de querrela – <i>Expedito Eloísio Ximenes, Samuel de Carvalho Lima e Emília Maria Peixoto Farias</i>	59
8. Mattoso Câmara e o estudo de verbos – <i>João Bortolanza</i>	70
9. Notas sobre o item então nas Cantigas de Amigo galego-portuguesas (séculos XII, XIII e XIV) – <i>Maria Regina Pante e Ana Cristina Jaeger Hintze</i>	79
10. O português do Brasil: a língua de Alencar – <i>Jorge Marques</i>	88
11. Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau: a exoticalização da província de Goiás e a grafia dos topônimos – <i>Karylleila dos Santos Andrade</i>	96
12. Um breve olhar sobre a maçonaria – <i>Sérgio André Barros Melo Carvalho</i>	106

DIACRONIA

APRESENTAÇÃO

Temos o prazer de apresentar-lhe os doze trabalhos que selecionamos para esse número 05 dos Cadernos do CNLF, sobre a temática geral de “diacronia”.

Apresentamos-lhe, a seguir, os resumos de cada um deles, pela ordem alfabética de seus títulos.

No primeiro, o Prof. Leonardo Samu focaliza os pontos referenciais da história da lingüística, tendo como ponto de partida o método histórico-comparativo. A partir deste modelo investigativo das línguas, tão difundido no século XIX, expõe os fatos históricos que levaram os primeiros interessados nos estudos das línguas a desenvolver e seguir uma forma de estudo pautada em um modelo racional e científico da pesquisa lingüística. Para isto, relata as observações dos mais diferentes cientistas, ou mesmo interessados leigos, na constituição de bases sólidas e racionais que tentassem esclarecer, sobretudo, o parentesco comum entre idiomas de larga tradição literária, tais como o grego, o latim e o sânscrito. Partindo destas observações, mostra os principais fatos históricos ocorridos nos séculos XVII e XVIII que trariam consequências significativas para o pensamento lingüístico do século XIX, fazendo surgir, em 1816, o método histórico-comparativo, método este de grande importância para o pensamento lingüístico atual mesmo após 190 anos de criação.

No segundo, a Professora Camila organiza expositivamente as principais características da escrita gótica, propondo uma repartição em três grandes áreas: a escrita da re-volta, a escrita da abjeção, e a escrita do corpo. Tal repartição serve um propósito organizacional. Ao final do texto, esboça uma justificativa para a importância dos estudos da escrita gótica na atualidade – aí sim o texto deixa de ser somente expositivo.

No terceiro, a Professora *Geysa* traça os caminhos paralelos que a fé e a arte têm percorrido, principalmente no que se refere à religião católica, quando os papas estimularam pintores e escultores da Renascença a produzir obras que permanecem como paradigmas de uma estética que se admira até o momento atual. Ali ela informa que essa ligação resultou na transversalidade da arte com a história e a memória, preservadas em inúmeros locais pela construção de igrejas que indiciam o passado e possibilitam seu resgate, ainda que incompleto. É o que se

DIACRONIA

pode observar ao estudar a Igreja Matriz da Sagrada Família, em Três Corações (MG), cujo histórico se confunde, muitas vezes, com a própria história local, ensejando relações entre essa tríplice forma de produção cultural e simbólica.

No quarto trabalho, o Professor Antonio Domínguez trata do filólogo e humanista Angelo Colocci em relação à lírica galego-portuguesa medieval, com uma especial atenção às notas manuscritas do estudioso italiano, corrigindo erros dos diversos copistas que intervieram no processo de compilação dos mesmos ou chamando a atenção sobre aspectos concretos da produção lírica. Lembra, ali, que as notas que fazem referência a aspectos léxicos ou lingüísticos permitem-nos conhecer algo mais do Colocci humanista, evidenciando o seu conhecimento da literatura medieval provençal e italiana, traçando paralelos entre estas e a poesia dos trovadores galego-portugueses por um lado, e evidenciando pelo outro a sua preocupação pelo estabelecimento de uma língua poética italiana comum, conhecida também como "questione della lingua", tema central das discussões filológicas na Itália de começos do XVI. O objetivo do trabalho é analisar algumas dessas notas, principalmente as de caráter lingüístico.

No quinto, o Professor Leonardo e a aluna Paula, apresentam os estudos sobre a pronominalização de nominais em português, a partir da descrição das formas de tratamento encontradas em textos escritos no início do século XX, utilizando uma amostra específica constituída por 13 bilhetes amorosos, escritos no Rio de Janeiro, em 1908, por Robertina de Souza, encontrados anexos a um processo judicial que investigou o assassinato do amante de Robertina, Álvaro da Silva Mattos, cometido por Arthur Frederico de Noronha, com quem era amasiada há seis anos.

Eles realizam uma análise qualitativa das formas de tratamento utilizadas nas correspondências, levando em consideração os pressupostos teórico-metodológicos da teoria da variação de base laboviana e da pragmática sócio-cultural e fazendo uma análise comparativa dos resultados obtidos nessa amostra com os encontrados em outros estudos realizados a partir de textos produzidos por mulheres no século XIX.

No sexto trabalho, Luciana lembra que as primeiras obras de Friedrich Nietzsche propõem uma reflexão sobre o estatuto da Filologia e da História no século XIX, tendo sido professor de filologia da Uni-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

versidade da Basileia, dedicando-se ao estudo da antiguidade grega. Visando assumidamente a elaboração de uma filosofia do trágico, os pressupostos Filológicos e Históricos já não se mostravam compatíveis e suficientes à nova proposta de Nietzsche. Ela analisa a maneira pela qual os argumentos nietzscheanos sobre os gregos são construídos relativamente a uma crítica à Filologia e à História oitocentistas e seus parâmetros metodológicos, entre eles, o a pretensão de estabelecer um discurso verdadeiro através do método crítico.

No sétimo, o Professor Expedito, Emília e Samuel descrevem a linguagem forense característica do gênero textual *Auto de Querrela*, com vistas à compreensão e ao registro ordenado da nomenclatura constitutiva deste tipo de documento, do período de 1802 a 1829, da Capitania do Ceará. Para a elaboração do glossário, utilizam a obra de Ximenes composta por 67 Autos já editados conforme edição semidiplomática, seguindo a orientação das normas adotadas pelo grupo PHPB. A abordagem teórica que deu suporte a essa pesquisa seguiu os princípios da Terminologia, formalizando um glossário de termos jurídicos, cuja nomenclatura inclui: as partes constitutivas dos autos; os sujeitos arrolados nos autos; os crimes ali denunciados e os instrumentos utilizados nos crimes.

No oitavo trabalho, o Professor João apresenta a contribuição de Mattoso Câmara para o estudo dos verbos, sobretudo com o livro póstumo e incompleto *História e Estrutura da Língua Portuguesa e Estrutura da Língua Portuguesa*. O autor tenta demonstrar o porquê de os falantes da língua passarem tantos anos na escola “aprendendo o português” (que já sabem) e sentirem tamanha dificuldade em aprender os verbos (que também já sabem). Lembra, por exemplo, que o sistema verbal não é tão extenso, tão complexo, tão complicado, pois até uma simples criança o apreende. Lembra também que é bom dialogar com alguns aspectos basilares dessas duas obras para se chegar à essência de nosso sistema verbal – sincronicamente português, mas latino em sua diacronia – à busca desses elementos mínimos tão simples que não escapam à percepção de uma simples criança.

No nono trabalho, a Professora Maria Regina Pante analisa o item adverbial **então**, de valor etimológico temporal, nas *Cantigas de Amigo galego-portuguesas* (séculos XII a XIV), a partir de traços + prototípicos de sua classe, como [+ mobilidade], [+ invariabilidade] e

DIACRONIA

[+ referência temporal] e menos prototípicos, como [+ posicionamento fixo], [+ conector] e [+ operador discursivo]. Dessa forma, chega à conclusão de que será possível apontar se naquele período esse item já apresentava traços que poderiam caracterizá-lo como item conjuncional conclusivo, apresentando a trajetória advérbio > conjunção. A escolha do *corpus* se justifica por se tratar de composições que se aproximam da modalidade oral, reproduzindo situações espontâneas de fala.

No décimo, o Professor Jorge demonstra que o aspecto estilístico do trabalho com a língua promovido por José de Alencar revela o caráter dúbio de seu projeto romanesco e, por extensão, do movimento romântico brasileiro. É assim que as propostas de Alencar, se por um lado refletem já certo amadurecimento do sistema literário brasileiro, por outro lado não são levadas às últimas conseqüências. Há, por assim dizer, uma concessão por parte do escritor. Este descompasso que perpassa toda a obra de Alencar e que caracteriza, no final das contas, certa dose de artificialismo por parte do projeto do escritor, deve, porém, merecer compreensão: sendo um pioneiro na reivindicação de um estilo brasileiro de escrever, assunto tão polêmico em época de gramatiquice caturra, não se pode exigir de Alencar total coerência entre teoria e *praxis*, mas somente louvá-lo por ter ajudado a impulsionar e a efetivar um sistema literário caracteristicamente brasileiro.

No décimo primeiro, a Professora Karylleila lembra que o século XIX foi marcado pela necessidade de uma sistematização do conhecimento científico, consubstanciada pelas idéias filosóficas da época: a busca da explicação da origem do homem e o desenvolvimento de todas as coisas. Havia, por parte dos intelectuais desse tempo, um interesse em estudar e pesquisar países e culturas diferentes. A “moda” era analisar e descrever os países “descobertos”: investigar “o outro”. Conhecer, “ao vivo”, quem era esse outro que exerceu, sobre os intelectuais europeus, um desejo e fascínio, mesclado ao misticismo, à exoticalização e à cientificidade. Essa motivação pode ser considerada como a mola propulsora dos viajantes estrangeiros em terra brasileira. É a própria diversidade do real que invoca o problema da alteridade: o fascínio da aventura, da tensão, do sofrimento, e os viajantes naturalistas olhavam para a Província de Goiás como o civilizador europeu etnocêntrico, do que resultou características especiais para a sua toponomástica.

Por fim, o Professor Sérgio faz um estudo interdisciplinar da influência da Maçonaria na História do Brasil, assim como sua ligação

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

com os Templários, buscando a sua origem, em meados do século XII e postos na clandestinidade, após um famoso julgamento presidido por Felipe IV. Faz-se, aqui, uma interligação da Literatura Histórica, Literatura de Ficção e Literatura específica da Maçonaria; com o fim de analisar os símbolos, ritos e discursos maçônicos, suas mudanças e permanências.

Grato por continuar à frente dos trabalhos do CiFEFiL e das causas lingüísticas e filológicas brasileiras, não poderia deixar de lhe pedir que nos apresente suas proveitosas e sempre bem-vindas sugestões, que serão aproveitadas para a correção e aperfeiçoamento dos trabalhos que desenvolveremos futuramente.

Rio de Janeiro, junho de 2008.

José Pereira da Silva

DIACRONIA

190 ANOS DO MÉTODO HISTÓRICO-COMPARATIVO

Leonardo Samu (UERJ)
leonsamu@hotmail.com

A lingüística é hoje ciência reconhecida e um tanto prestigiada no mundo acadêmico. Podemos assegurar, entretanto, que esta declaração não procederia em épocas anteriores, sobretudo nos anos antecedentes ao século XIX. Hoje podemos destacar a forte presença de cientistas e investigadores preocupados na compreensão dos estudos lingüísticos, com produções científicas das mais variadas no campo da linguagem. Os métodos utilizados no estudo das línguas alcançaram parâmetros nunca antes conhecidos, o que expressa um amplo e sofisticado modelo investigativo para o conhecimento das línguas. Estes fatos caracterizam a lingüística não mais no âmbito do empirismo, ou mesmo dos estudos das línguas tendo como base ciências outras que não tinham o comprometimento com os fatos da linguagem. Se essa é a realidade vigente, o passado dos estudos lingüísticos não se iguala aos atuais modelos de investigação. Seu passado foi marcado por longos períodos de transformações no pensamento humano a respeito da linguagem. Se hoje nossos métodos de estudo expressam maior credibilidade na execução da pesquisa lingüística, certamente não fora assim no passado. Para chegarmos a nomes tão conhecidos no campo das línguas, tais como Saussure, mundialmente divulgado, e Mattoso Câmara, com maior contextualização no Brasil e em Portugal, passamos por uma série de pesquisadores que, de forma homeopática, auxiliaram com profundas participações ao que hoje denominamos lingüística, termo este já um tanto conhecido no campo das ciências atuais. Tais personagens contribuíram não só com a formação de um pensamento destinado à compreensão da linguagem humana, mas antes na criação de teorias e, com maior destaque, na produção de métodos que facilitassem a investigação e a sistematização das línguas enquanto objeto de estudo.

A história da lingüística apresenta vários fatos pertinentes que colaboraram na instituição e legitimação dessa ciência. Podemos destacar Panini, gramático indiano que, ainda no século IV a.C., investigou o sânscrito na perspectiva fisiológica. Seus estudos, pautados nos sons, visavam à preservação da língua, considerada “divina”. Não podemos esquecer que na Antigüidade a religião e a vida comum estiveram ex-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tremamente interligadas entre si. Isso se reflete também nas concepções científicas, ainda um tanto primárias. Para os indianos, preservar a língua utilizada nas cerimônias religiosas era fator fundamental para a correta segmentação da religião. Nessa perspectiva, era necessária a utilização de um modelo lingüístico mais estável, sem vícios, capaz de expressar o rigor da condução de cerimônias religiosas. O trabalho de Panini esteve centrado na correção dos sons, por julgá-los fundamentais nas preces e adorações às divindades de sua terra. Um simples erro na pronúncia de um vocábulo poderia colocar em risco toda uma prece direcionada a um respectivo deus, invalidando uma complexa seqüência de adoração. Como se vê, a maior preocupação era referente à corrupção da língua, algo sagrado nesse contexto e que exigia um modelo lingüístico sedimentado, regulado e regulamentado, servindo de padrão a toda uma comunidade religiosa. Mesmo em épocas tão distantes de nossa atualidade, a obra de Panini, relevante por seu intenso rigor metodológico, é considerada uma das primeiras gramáticas produzidas no mundo antigo.

Se a Grécia é conhecida em todo o mundo como centro de criação e preservação da cultura humana, não é diferente quanto ao interesse pelos aspectos relacionados à compreensão das línguas humanas. A tradição greco-romana em produzir gramática marcou um intenso período de produção do conhecimento lingüístico na Antigüidade, o que sugere cremos ter o homem vivido, desde tempos antigos, angustiado quanto à compreensão da linguagem. É na Grécia, aliás, que formalmente consideramos a constituição dos estudos lingüísticos voltados à produção de gramática, tendo a filosofia como parâmetro para tais investigações. No ambiente grego, as gramáticas expressavam a necessidade de manutenção de um modelo lingüístico também padronizado, livre dos vícios e das realidades inovadoras típicas da oralidade, algo semelhante às concepções para a obra de Panini.

Até aqui pudemos observar dois grandes momentos decisivos na constituição da história dos estudos lingüísticos, com maior destaque à existência de métodos criados para a investigação das línguas. O século XIX, entretanto, traria maiores e diferenciadas formas no pensamento lingüístico. Durante esse século, em toda a Europa, houve uma tendência abrangente ao analisar as línguas no foco histórico. Havia um interesse visível nas fases históricas componentes de um idioma, sobretudo na busca das origens e das formas lingüísticas anteriores ao estado atu-

DIACRONIA

al. Esse novo ritmo de investigação propiciou uma observação não mais de línguas isoladas, mas antes a comparação de várias línguas à demanda dos traços semelhantes. A investigação das línguas em aspecto comparado fez nascer um método de investigação aplicado um modelo de estudo, método que não poderia deixar de ter seu destaque no meio acadêmico, isso porque a sua existência favoreceu um novo campo e novas concepções para a constituição do pensamento lingüístico atual: o Método histórico-comparativo. Pautado no clima do século XIX, tal modelo de investigação provocou uma série de reflexões e novidades para a ciência da linguagem, gerando, mais futuramente, a constituição de teorias modernas com as quais hoje a lingüística trabalha.

Se o Método histórico-comparativo expressa a visão de mundo do século XIX, certo é afirmar que a sua formação esteve focada em uma série de acontecimentos pausados, reflexo das considerações de pesquisadores, alguns dotados de maior rigor científico e outros com maior acento para o empirismo, sem qualquer pretensão investigativa. A gênese do Método histórico-comparativo se dá ainda no século XVI, mais precisamente entre os anos de 1581 e 1588. Filippo Sassetti, durante sete anos em terras indianas, mais precisamente na cidade de Goa, despertou o acidente com notícias referentes à língua sânscrita. Ao comparar o italiano, sua língua materna, com o sânscrito, pode notar semelhanças no léxico destes idiomas. Tal comparação, prática da natureza humana, buscava encontrar as igualdades visíveis para alguém desprovido de rigor científico, porém dotado de curiosidade e interesse no assunto.

Já no século XVII, em 1606, Roberto de Nobili chega à Índia na condição de missionário, dedicando grande parte de sua estada na investigação do sânscrito e da sua literatura. A Índia, naquele momento, sendo um novo território conhecido pelo ocidente, tão breve se tornou uma fonte de observações e fruto de pesquisa, principalmente por apresentar uma cultura totalmente diversa ao modelo cultural europeu, considerado, até então, representante de alta civilidade e sofisticação. A cultura advinda da Índia soava certo exotismo, o que teria favorecido uma profunda dedicação aos temas provenientes desta terra.

A continuação das investigações foi ganhando forma com o trabalho do jesuíta Henrich Roth que, em 1667, noticiou o alfabeto sânscrito para as sociedades ocidentais. Com apenas estes dois retrospectos históricos, é possível afirmar que o interesse no ocidente pela cultura

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

antiga da Índia solicitava maiores esclarecimentos quanto às novidades forasteiras, tendo um maior acento no século XVIII, porta de entrada para o Romantismo.

Ainda no século XVII, o Cardeal Richelieu, sob o reinado de Luis XIII, funda a Academia Francesa, instituição esta também interessada nos estudos do oriente. Da França sai o Padre Coeurdoux, enviado pelo Abade Barthélemy, à Índia. Àquele coube a publicação de uma pequena gramática e de um dicionário sânscrito para apresentação na famosa Academia. Sua produção, entretanto, não obteve o respaldo e o reconhecimento pelos intelectuais europeus. Com a fundação da Sociedade Asiática de Calcutá, em 1784, houve uma ainda maior preocupação pelos estudos filológicos na perspectiva de interpretar e preservar os textos da literatura indiana. Um grande interessado na cultura e na língua da Índia, Willian Jones, funcionário da Companhia das Índias Orientais, ressaltava a importância do sânscrito junto ao latim e ao grego na compreensão das bases originárias do hoje denominado Indo-europeu. O trabalho do século XVIII continua com a publicação, em Roma, da primeira gramática do sânscrito, produzida e levada a público em 1790 pelo carmelita alemão Johann Philip Wesdin. Ainda nesse século, com todas as influências cativantes das semelhanças encontradas nos idiomas europeu e asiático, Gottfried Wilhelm Leibniz lança a afirmação de que a maioria das línguas dos continentes citados anteriormente era proveniente de uma única língua.

A chegada do século XIX e do pensamento romântico de valorização do passado histórico fez brotar um movimento de resgate à cultura antiga e ao conhecimento das tradições populares. Tal marca romântica esteve impressa nos estudos das línguas antigas, vistas, naquela época, como fontes comuns para a constituição dos idiomas modernos. Ao intelectual romântico coube a demanda pela língua mãe, originária de todas as outras. O sânscrito, enquanto antigo idioma preservado na Índia, poderia fornecer dados relevantes para a história das línguas de tradição européia.

Da Alemanha, berço do Romantismo, chega-nos o poeta Friedrich Schlegel com a publicação, em 1808, de uma obra que aponta o interesse pelo tema nas comunidades intelectuais européias. Contudo, até este momento da história do pensamento linguístico, as comparações entre línguas eram realizadas apenas a partir do léxico, ou ao menos

DIACRONIA

tendo essa modalidade como parâmetro essencial no estudo das línguas. Não podemos esquecer que comparar é atividade humana. A todo instante comparamos pessoas, fatos, objetos etc sem qualquer padrão ou critério científico. Para o homem do século XIX, tal postura não foi diferente. Para tanto, o léxico, modalidade mais externa de uma língua, tornou-se o foco dos estudos lingüísticos e fonte de aplicação das tendências comparatistas reinantes à época.

Nas modas comparatistas do século XIX, encontramos Franz Bopp, também alemão e continuador das idéias de sua época. Em 1816, publica um trabalho dedicado à comparação do sistema de conjugação do latim, grego, persa e germânico em comparação com o do sânscrito. Seu estudo dentro do trabalho comparado foi inovador, pois não utilizou como fonte de pesquisa o léxico, algo que se realizava de forma esporádica, mas antes utilizou fatos da estrutura gramatical, algo mais rígido dentro de um sistema lingüístico. A publicação dessa obra trouxe conseqüências benéficas à investigação das línguas, como, por exemplo, a classificação genealógica, identificando, no passado, as chamadas línguas mães de idiomas modernos. Por exemplo, temos o português que, assim como o francês, o italiano, o romeno e o espanhol, possui um antepassado comum, o latim. Bopp criava naquele momento um sólido método para a investigação histórica das línguas. Seu método consistia na investigação comparativa de línguas aparentemente semelhantes, buscando, nas suas respectivas histórias, bases comuns para a comparação. O foco principal de partida foi a língua escrita, o que caracterizou este método como fundador da ciência filológica moderna.

O desdobramento desse método, denominado histórico-comparativo, favoreceu a sua aplicação em diversas outras famílias de línguas. A partir do lançamento desse modelo de investigação, muitos foram os estudiosos interessados na sua aplicação em outras famílias lingüísticas, dentre as quais as línguas semíticas, as célticas, as germânicas e as eslavas. Na família românica, o método adquiriu maior potencial, tornando-se quase exclusivo a esse campo, visto em tal grupo lingüístico haver uma maior precisão entre o ponto de partida (o latim) e o de chegada (as línguas romanas nas suas formas atuais). O sucesso da aplicação, primordialmente executado por Frederico Diez, também alemão, propiciou a formação da Filologia Românica, tendo como plataforma a publicação da “Gramática das línguas românicas” e o “Dicio-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

nário etimológico das línguas românicas”, obras referenciais no marco da nova era de estudos.

As idéias trazidas pelo método a que nos dedicamos incentivaram muitos estudiosos ao conhecimento mais profundo das línguas. Certamente a semente foi plantada. Coube a outros darem continuidade não diretamente às aplicações do método em si, mas antes criticá-lo, colocá-lo à prova e, com isso, criar novas tendências tão presentes na ciência da linguagem. Em 2006, comemoramos 190 anos do Método Histórico-Comparativo, tão esquecido, mas tão revelador para a continuidade e perpetuação do trabalho de pesquisa da linguagem.

BIBLIOGRAFIA

CÂMARA, Joaquim Mattoso Júnior. *Princípios de lingüística geral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.

ELIA, Sílvio. *Preparação à lingüística românica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979.

IORDAN, Iorgui. *Introdução à lingüística românica*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

LAUSBERG, Heinrich. *Lingüística românica*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1975.

PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática*. 3ª ed. São Paulo: Ática. 2001.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s/d.].

VIDOS, Benedek Elemir. *Manual de lingüística românica*. Tradução de José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

DIACRONIA

A ESCRITA GÓTICA

Camila Mello

mello.camila@yahoo.com.br

A ESCRITA DA RE-VOLTA.

Re-volta = percorrer um caminho de volta + rebelar-se. Qual o caminho de volta que o gótico literário realiza? Qual sua rebelião?

No século XVIII, a Europa foi atingida pelas idéias do Iluminismo, que inaugurou a Era da Razão, causando profundas transformações no pensamento humano. A Inglaterra, rica, farta em mão-de-obra, inicia sua Revolução Industrial, fermentando o crescimento da classe média, que veio ser o grupo a protagonizar o nascimento do romance inglês, tanto como leitores quanto como personagens principais. Tais romances retratavam a vida do homem comum, suas insatisfações e ansiedades em uma sociedade que possibilitava uma mobilidade social temerosa. O retrato da realidade, portanto, foi o principal objetivo de autores como Henry Fielding (*Tom Jones*, 1749), Daniel Defoe (*Robinson Crusoe*, 1719), Lawrence Sterne (*Tristram Shandy*, 1759), Samuel Richardson (*Pamela*, 1740). Contra uma tradição romanesca de obras de teor fantástico e pornográfico, tais autores eliminaram o uso de qualquer estratégia narrativa que evocasse o fantástico, o inverossímil. Tal proximidade foi recuperada pelo romance gótico. As primeiras obras do gênero evocavam as possibilidades narrativas que os autores realistas haviam mutilado. Daí o caminho de volta do gótico literário às emoções, e daí sua revolta em relação ao realismo prescritivo e racional em favor da liberdade de imaginação. Uma descrição bem mais detalhada sobre o nascimento do romance realista e do romance gótico encontra-se em minha dissertação de mestrado, *Margaret Atwood's Lady Oracle: Gothicism and Feminism* (2005). As principais fontes que consultei sobre este assunto foram *Dez Lições sobre o Romance Inglês* (2002), de Sandra Vasconcelos; *The True Story of the Novel* (2002), de Margaret Doody; *Na Aurora da Modernidade: A Ascensão dos Romances Gótico e Cortês na Literatura Inglesa* (2004), de Maria Conceição Monteiro; e trabalhos de David Punter e Fred Botting. Os autores góticos oitocentistas mais aclamados são Ann Radcliffe (*The Mysteries of Udolpho*, 1794), Horace Walpole (*The Castle of Otranto*, 1764), Mary Woll-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

stonecraft (*Maria*, 1798), Matthew Lewis (*The Monk*, 1796), e William Beckford (*Vathek*, 1786).

Este diálogo com o contexto cultural, político e social da época influenciou o tipo de escrita dos autores mencionados acima: a partir do momento em que o gótico literário serviu como instrumento para o questionamento de determinados padrões, a estética de tal literatura, e até o próprio fazer literário, tomaram formatos peculiares. Não é por acaso, por exemplo, que os enredos dos romances góticos do século XVIII são recheados de mistérios, surpresas, fatos fantásticos: era preciso desestabilizar o mundo do real. Com o passar do tempo, as produções góticas continuaram existindo – um pouco menos na metade do século XIX, como explico em minha dissertação – sempre sofrendo ajustes conforme o contexto demandava. As características fundamentais deste tipo de escrita, no entanto, continuaram a ser utilizadas, de modo que para demonstrar os traços peculiares da escrita gótica neste trabalho, os exemplos escolhidos vão desde o século XVIII até o XX.

Voltando ao título, quero exemplificar mais detalhadamente de que forma a literatura gótica desempenha sua re-volta. Em primeiro lugar, é notável que inúmeras descrições grotescas combateram a imagem do verossímil; entre tantas, destaco esta da personagem Sophie Fevvers de *Nights at the Circus* (1993), de Angela Carter: uma mulher de mais de dois metros de altura, que não foi parida, e sim chocada como uma ave, que tinha asas pintadas de rosa e cujas maneiras eram extremamente extravagantes, chegando às bordas da falta de educação. Por outro lado, acontecimentos impossíveis dentro da esfera do real confrontam a sobriedade da vida na narrativa gótica: o que dizer, por exemplo, de um médico que se transforma em monstro como em *The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde* (1886), de Robert Louis Stevenson? Sonhos, aparências, vultos, impressões dão certa fluidez à força do possível, como em *Lady Oracle* (1976), de Margaret Atwood, quando a protagonista Joan Foster vê sua mãe que havia morrido semanas antes: “Ali, em pé no meio da sala, estava minha mãe” (Atwood, 1998, p. 171; esta e todas as outras traduções em citações são minhas). O uso do sublime também funciona na narrativa gótica como estratégia de extrapolação, como vemos, por exemplo, nesta descrição de um cenário em *The Mysteries of Udolpho* (1794), de Ann Radcliffe: “Da janela eram vistas paisagens pastorais de Guienne e Gascony [...] alegres com suas florestas luxuosas [...] e os Pyrenées majestosos” (Radcliffe, 1998, p. 1; meu gri-

DIACRONIA

fo). O conceito do sublime será retomado em breve. Por enquanto basta percebermos que a própria escolha de palavras forma um conjunto que perturba o real; a intromissão destes momentos na narrativa molda a escrita gótica também neste sentido.

A ESCRITA DA ABJEÇÃO

Mais correto seria dizer “escrita do estranho e do abjeto”; no entanto, considerando que a abjeção engloba o estranho – e vai além – permanece o título acima. Para explicar os dois conceitos em minha dissertação de mestrado, contei com os trabalhos de Sigmund Freud e Julia Kristeva. Farei aqui um resumo das idéias dos dois autores.

Influenciado pelo conceito do estranho criado por Friedrich Schelling – algo que deveria ficar secreto e oculto, mas vem à tona – Freud definiu o *unheimlich* como aquilo que foi familiar durante os primeiros anos de vida de um indivíduo mas teve que ser reprimido. O encontro com o estranho acontece, portanto, quando o que foi reprimido ressurge, expondo sua própria condição de algo familiar que teve que ser reposicionado como não-familiar (*un-canny*). Freud exemplifica através de casos de pacientes e de obras literárias alguns tipos comuns de impulsos regularmente oprimidos, mas não cabe enumerá-los aqui. É mais relevante falar sobre os resultados deste fenômeno: o que foi abafado um dia, ao reaparecer, causa estranhamento, mas, ao mesmo tempo, uma sensação familiar, e ambas reações em concomitância resultam em desconforto, medo, paranóia.

No caso do *unheimlich*, portanto, há sempre como identificar a causa inicial de tal fenômeno. Mas se tal fonte não pode ser facilmente identificada, lidamos com o abjeto, que não se refere apenas ao que foi reprimido e agora nos assombra, mas algo que se localiza além das fronteiras da normatividade. Tais fronteiras pretendem dar conta do que é aceito socialmente, mas muitas nuances do comportamento humano se colocam além deste limite. O que está fora do universo do identificável é o abjeto; é mais do que estranho: é ameaçador. A grande contribuição de Julia Kristeva para o estudo do estranho e da abjeção é a idéia de *jouissance*: o abjeto nos atrai, nós o desejamos e o queremos, porque com ele nos identificamos. Para Kristeva, este desejo ou atração caracterizam o abjeto.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Esta dinâmica de reações opostas caracteriza também o sublime na literatura gótica. Através do uso de imagens excessivas que evocam sensações extremas, o sublime torna explícita a relação entre o sujeito e o objeto que lhe falta. O abjeto é um corpo repellido por apresentar características que foram reprimidas, mas também representa aquilo que o eu normativo não possui; o abjeto personifica exatamente o que eu não sou. O sublime gótico mostra o sujeito que, ao deparar-se com imagens que evocam o que foi reprimido, sente-se extasiado, encantado, mas também ameaçado e aterrorizado. O que falta ao sujeito é o que o repele e o atrai, concomitantemente; estas reações são disparadas quando há o contato com o majestoso, o abjeto.

Voltemos à escrita gótica: na literatura do terror há vários casos do corpo abjeto que atraem, como aparece, por exemplo, na descrição sensual que Jonathan Harker faz do Conde Drácula: “Seus olhos pareciam esbugalhados de terror e de perplexidade, ele fixou o olhar em um homem alto, magro [...]. Seu rosto não era bom; era duro, e cruel, e sensual” (Stoker, 1994: 207). Do mesmo modo, ao entrevistar Sophie Fevers, de *Nights at the Circus*, Jack Walser demonstra-se atraído pelo exotismo da coquete: “Um distúrbio sísmico erótico causou-lhe convulsões” (Carter, 1993: 52). Mais um exemplo interessante: o caráter de Lord Ruthven, o aristocrata vampiresco de *The Vampyre*, é descrito como “aterrorizantemente viciado, pela possessão irresistível de poderes de sedução” (Polidori, 1997: 7). O jogo da atração-repulsão que a narrativa gótica explora é também pertinente aos conceitos de terror e horror, estratégias que causam a desestabilização das certezas dos leitores.

Na literatura gótica, a evocação do estranho e do abjeto representa formas de ler a realidade, de expor contextos, como se tais estratégias fossem lentes especiais que afetam a narrativa. O gênero achou no espaço do estranho e da abjeção os ingredientes ideais para situar sua narrativa, pois é na voz de personagens fora das fronteiras do aceitável que a relação eu e outro será discutida. A constante presença do passado na vida dos personagens também se relaciona ao estranho e à abjeção: exatamente para provocar os dois fenômenos, a narrativa do gótico apresenta sempre a memória como agente assombrador, aterrorizante e insistente. É comum haver um personagem lidando com o choque que o passado abafado traz. É o exemplo de Joan Foster em *Lady Oracle*: “Eu queria esquecer o passado, mas ele se recusava a me esquecer; ele esperava o sono, e então me cercava” (Atwood, 1998, p. 213).

DIACRONIA

A ESCRITA DO CORPO

A narrativa gótica é um corpo exposto, em carne viva, que sangra e respira forte e conhece dores e prazeres. Fluxo da pele do escritor para a pele do personagem e, por fim, para a pele do leitor. Tratar de questões relacionadas ao corpo é pertinente ao gótico literário porque o questionamento e a evocação de paixões humanas passa pelo sentir, pelo tato, pelo suor. O corpo do personagem mostra a forma como vivencia sua experiência. Se sofre, ama, tem medo ou prazer, seu corpo toma molduras distintas. Jane Eyre, quando trancada no quarto vermelho, sente a superstição aproximar-se dela; ela tenta controlar o choro para que sua dor não “acorde nenhuma voz sobrenatural para confortá-la”; seu coração bate forte, o sangue lhe sobe à cabeça, até que ela escuta vozes e sente uma presença por perto, oprimindo-a e sufocando-a; finalmente, ela solta um “grito selvagem, involuntário” (Brontë, 2000, p. 17). O pavor daquele quarto é sentido pelos leitores através das reações do corpo da personagem. Muitas vezes este corpo serve como depositório, local de acúmulo: Joan Foster de *Lady Oracle* torna-se uma massa amorfa de gordura ainda jovem, o que causa o repúdio de sua mãe. Em outros casos, o corpo é sítio das transgressões do prazer, vide as obras de Marquês de Sade ou o romance *The Monk*, de Matthew Lewis. Como vemos em Sade inúmeras vezes, a transgressão de *The Monk* acontece em um convento, e ali os prazeres do corpo chegam até a esfera do mórbido: “Como se os crimes aos quais sua paixão o seduziu só tivessem aumentado sua violência, ele queria deleitar-se de Antonia mais do que nunca” – descrição que se refere ao monge Ambrósio, unindo impulso sexual e criminalidade (Lewis, 1998, p. 265). Em outros casos, as contruções sólidas descritas em um romance gótico remetem ao corpo humano: em *Wuthering Heights* (1847), de Emily Brontë, percebemos que as características dos personagens principais estão em concordância com as características mais ressaltadas da mansão-cenário; o próprio nome *wuthering* significa tempo turbulento, imagem que bem qualifica os temperamentos de Catherine Linton e Heathcliff. Em um comentário sobre a mansão *Wuthering Heights* – comentário que pode se referir tanto ao arquiteto que a concebeu quanto à própria Emily Brontë enquanto construtora do romance – um dos personagens secundários diz que “o arquiteto foi visionário ao construir uma mansão forte” (Brontë, 1998, p. 2). Em *The Fall of the House of Usher*, de Edgar Allan Poe, a casa é por si só um corpo vivo: “a melancólica Casa de Usher [...] as

paredes nuas [...] as janelas como olhos vazios [...] a mansão da escuridão” (Poe, 1990, p. 199).

Em minha dissertação de mestrado, os autores que mais influenciaram as discussões sobre o corpo foram Judith Butler, Simone de Beauvoir, Toril Moi e Michel Foucault. A idéia mais importante de Butler para o estudo que desenvolvi sobre a literatura gótica, foi a do corpo como passível de ser modelado e remodelado de acordo com contextos sociais distintos. Antes de Butler, no entanto, Beauvoir já havia indicado a atuação de uma ideologia sobre o corpo da mulher; mais pertinente ao trabalho foi a noção de que nosso corpo representa e indica nossas possibilidades no mundo. Moi traça um interessante diálogo entre as duas autoras, explicando de que forma Butler acaba produzindo uma teoria que mostra o corpo como determinante da condição do indivíduo. Quanto a Foucault, seus estudos sobre o corpo que transgride e que sofre repressão foram importantes para minha dissertação. Estas idéias formaram a base teórica necessária para entender e discutir o corpo grotesco da protagonista de *Lady Oracle*, romance analisado em minha dissertação, bem como as formas do corpo da escrita gótica.

Qual o resultado destas características? O que é enfim a escrita gótica? David Punter a chama de “a literatura do terror”, o que nos remete à uma das possibilidades do gênero. A meu ver, no entanto, seria necessário não marcar esta escrita como a do terror, ou a do sublime, ou, ainda, a da carne, das paixões. Basta compreendermos quais são os pilares da escrita gótica, e quais os seus objetivos ao longo de três séculos de vida. Tais pilares – como mostrei em termos gerais – são, a meu ver, o estranho e o abjeto, o passado, o sublime, o excesso, o terror e o horror, e a transgressão. São os que chamei de Os Agentes do Gótico em minha dissertação de mestrado. Os objetivos de tais agentes dentro da literatura gótica poderiam assim ser enumerados: evocar outros olhares, problematizar os diversos caminhos das paixões humanas, fornecer outra forma de olhar o real. A escrita gótica desenterra corpos, dá voz ao abjeto; é por esta característica, principalmente, que tal escrita vem sendo tão utilizada pela chamada literatura pós-moderna: seu projeto de questionar as narrativas-mestras, deslocando sua voz, reposicionando seu foco narrativo, transformando objeto em sujeito, vai ao encontro dos caminhos da literatura gótica. O uso do gótico, no entanto, apresenta diversas facetas: autores relêem e dialogam com a tradição gótica sob influências distintas, o que faz com que o gênero se torne multifacetado

DIACRONIA

e heterogêneo nos dias de hoje, fenômeno que comprova sua flexibilidade. Os desdobramentos do gótico literário na pós-modernidade, no entanto, é tema para futuros trabalhos.

BIBLIOGRAFIA

- ATWOOD, Margaret. *Lady Oracle*. New York: Anchor Books, 1998.
- BEAUVOIR, Simone de. *The Second Sex*. London: Vintage, 1997.
- BUTLER, Judith. *Bodies that Matter*. New York: Routledge, 1993.
- BRONTE, Charlotte. *Jane Eyre*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BRONTE, Emily. *Wuthering Heights*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- CARTER, Angela. *Nights at the Circus*. New York: Penguin Books, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror: an Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.
- LEWIS, Matthew. *The Monk, A Romance*. London: Penguin Books, 1998.
- MELLO, Camila. *Margaret Atwood's Lady Oracle: Gothicism and Feminism*. Dissertação de Mestrado. Defendida na UERJ, em novembro de 2005.
- MOI, Toril. What is a Woman? **In:** MOI, Toril. *What is a Woman? And Other Essays*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- POE, Edgar Allan. *Edgar Allan Poe: Sixty-Seven Tales and the Narrative of Arthur Gordon Pym of Nantucket: The Raven and Other Poems*. New York: Gramercy Books, 1990.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

POLIDORI, John. *The Vampyre and Other Tales of the Macabre*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

RADCLIFFE, Ann. *The Mysteries of Udolpho*. New York: Oxford University Press, 1998.

STOKER, Bram. *Dracula*. Penguin Books: Berkshire, 1994.

DIACRONIA

A FÉ E A ARTE, A ESCRITA E A HISTÓRIA

Geysa Silva (UNINCOR)
s.geysa@3torres.com.br

A Igreja Católica, nas suas ações em territórios coloniais, sempre teve como tarefa essencial a cristianização e a construção de templos, onde os rituais fossem celebrados. Essa preocupação, que é notada desde a chegada dos primeiros jesuítas, transmitiu-se aos que iniciavam qualquer atividade de ocupação de terras, mesmo que não seguissem a ética cristã. Toda fazenda, toda aldeia ou povoado tinha uma capela ou algo similar.

As origens de Três Corações mostram tal comportamento, conforme afirma Benefredo de Sousa, em *Datas e fatos da Terra do Rio Verde* (1971, p. 15 e seguintes). Sabe-se que a primeira capela edificada em Porto Real da Passagem (antigo nome da atual Três Corações) foi a dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria e José, edificada por Tomé Martins Ribeiro, primeiro morador dessas paragens. Mais tarde, seu genro, Domingos Dias de Barros demoliu a antiga capelinha e começou a erguer a Ermida dos Sagrados Corações de Jesus, Maria e José, mas faleceu antes de concluir a obra, sendo que a primeira missa ali somente se realizou oito anos mais tarde, em 1817, oficiada pelo vigário de Campanha.

Pode-se imaginar a vida num lugarejo que dava seus primeiros passos rumo à civilização. Não se está nas chamadas cidades históricas de Minas, em que o ouro e os diamantes trouxeram a riqueza e, conseqüentemente, o luxo. A vila era muito simples e sustentada por atividades agrárias. Assim, embora não se tenha registro, pode-se imaginar que provavelmente a capelinha também o era, sem nada de artístico que pudesse ser comentado.

As atividades religiosas ficavam a cargo dos sacerdotes de Campanha, que vinham prestar assistência aos moradores do arraial, todavia se ressentiam da falta de seu próprio vigário. Para solucionar o problema, o capitão Domingos José de Barros, dono das catas do Perú, mandou seu filho, Antônio José dos Santos, estudar no Seminário de Mariana. De fato, Antônio José foi o primeiro padre rioverdense, da então paróquia de Três Corações, aí permanecendo como vigário até

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

1837. Essa maneira de responder às questões locais indicia o regime familiar patriarcal e a atitude diante do mundo.

O dono das terras age como um antigo senhor feudal, embora já estejamos em pleno século XIX. O que a igreja representava para ele? Por que o empenho em ter um padre nascido na própria vila? Porque a igreja era um poder de fato, tinha influência política sobre os fiéis e dela dependia, em grande parte, a aceitação de determinadas medidas nem sempre favoráveis ao povo. A igreja é o arco da aliança e o lugar de reencontro entre Deus e seu filhos. Seu valor simbólico está na percepção do mundo como unidade: somos todos descendentes do mesmo pai. Entretanto essa experiência simbólica necessita de ser mediada por alguém que seja o eco das súplicas terrenas, o intermediário entre o sagrado e o profano, daí a importância da presença dos sacerdotes.

(...) o padre é representado como mediador entre Deus e os homens, colocando-se dessa forma acima dos demais mortais. É apresentado como sendo superior aos próprios anjos, como o legítimo representante de Jesus, e por vezes, como o próprio Cristo na Terra. Sua boca é considerada sagrada porque pronuncia as palavras da consagração, suas mãos, santas porque tocam a hóstia consagrada, bem como seus pés, porque permitem a difusão do evangelho (Azzi, 2000, p. 261).

E nada melhor que um nativo da terra para fazer essa mediação. A origem comum reforça os laços de parentesco, por isso a solução adotada por quem tudo determinava na vila. O sentido de pertencimento pode ser notado nesses versos do poeta juizforano, Murilo Mendes:

Homens, irmãos de todos os tempos e países,
Formamos juntos um vasto corpo
Estendido na História através das gerações.

É no partir do corpo que reconhecemos o Senhor.
Na fração de amizade, dos bens mútuos, das palavras de consolo,
Na fração das palavras do poeta, das danças do dançarino, do canto do músico (Mendes, 1994, p. 330).

O segundo vigário de Três Corações foi Padre Agostinho de Souza Oliveira, que aí ficou até sua morte, em 1868. De temperamento dinâmico, organizou as primeiras associações religiosas e a primeira banda de música, a União Rioverdense. Seu talento político pode ser comprovado ao ter recebido, em visitas pastorais, D. Antônio Ferreira Viçoso e D. Silvério Gomes Pimenta. Para se ter uma idéia da importância desses nomes, deve-se esclarecer que Dom Viçoso foi considera-

DIACRONIA

do um dos bispos reformadores, isto é, introduziu, junto com Dom Vital, de Pernambuco, a reforma dos seminários, baseada no Concílio de Trento.

Com relação à situação do clero, três aspectos preocupavam os preladados: a falta de espírito eclesiástico, o envolvimento na política e, principalmente, a não observância do celibato clerical.

Visando contrapor-se à situação do clero pouco observante do celibato eclesiástico, os bispos do Brasil haviam procurado multiplicar os seminários nas diversas dioceses, a fim de formar uma nova geração de padres que se amoldasse ao novo modelo clerical inspirado no Concílio tridentino. Na expressão de Dom Viçoso, dever-se-ia estabelecer um muro entre o antigo clero amasiado e o novo clero formado nos seminários episcopais (Azzi, 2000, p. 18).

Por outro lado, Dom Silvério, grande orador sacro, foi o primeiro clérigo a ingressar na Academia Brasileira de Letras, ocupando a vaga de Alcindo Guanabara. A visita desses bispos, portanto, significa o prestígio de que gozava o Padre Agostinho, prestígio esse que, sem dúvida, revertia para a cidade onde ele atuava.

Padre Agostinho foi mais longe ainda, ao construir uma Igreja barroca no ponto mais central da freguesia, que crescia rapidamente. A pedra fundamental foi lançada no dia 02 de novembro de 1847. Como toda obra de igreja, a inauguração só ocorreu muito mais tarde, em 6 de setembro de 1860, dia em que foi assinado o decreto de elevação da freguesia à vila de Três Corações do Rio Verde. Em 1860, Três Corações atravessava uma fase de muita riqueza e padre Agostinho pôde construir sua Igreja toda decorada no estilo barroco, com colunatas laterais e altares trabalhados na madeira, numa clara imitação do que fazia Aleijadinho. A igreja tornou-se uma das mais belas do sul da Província de Minas Gerais. Sabe-se que o barroco foi adotado pelo catolicismo, não só na Europa, mas também em terras americanas, onde a profusão de metais preciosos propiciou a construção de templos suntuosos, que até hoje impressionam pelo brilho de seus interiores e pela beleza de suas imagens. Entretanto, em 1860, não estamos mais no Brasil colônia e, sim, aproximando-se do fim da monarquia, que terminará em 1889. Uma igreja barroca mostra Três Corações como defensora da ordem estabelecida, pois, no barroco,

A pessoa do rei surge como o prolongamento do culto divino, através do caráter sagrado que envolve a sua tomada de poder. Esse caráter sagrado suscita a transferência do poder religioso para o poder político que o rei en-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tão encarna. E a confirmação de que o Estado é um poder definido em termos de poder e comando (Angoulvent, 1996, p. 69).

A arte aparece, então, como uma ferramenta, que tem o objetivo de expressar o que o discurso verbal não consegue ou não pode exprimir. A Igreja recebeu o nome de Sagrada Família e a capela dos Santíssimos Corações foi dedicada a Nossa Senhora das Dores. A figuração tripla da divindade assume, nesse momento, um significado de equilíbrio, em meio a antagonismos que a própria instituição religiosa aceitava. Entre um pai terreno e um pai divino, Maria exerce o papel de benevolente, imagem de beleza física e de rigor moral.

Se examinarmos ao contrário, sem qualquer preconceito progressista, os fenômenos religiosos e em particular as “figuras” divinas, assistiremos a essa generalização da pseudomorfose que, longe de extinguir, por exemplo, os cultos (latrias ou dulias, pouco importa) da Deusa Mãe, os reintroduz periodicamente nos monoteísmos masculinos mais declarados (Durand, 1995, p. 121).

Prega-se a igualdade, todavia acata-se e, às vezes, defende-se a segregação. É o que acontece, quando o Padre Agostinho lança a campanha para que os pretos das congadas construam sua igreja, a do Rosário, no alto da vila, ou seja, longe da outra, freqüentada pela sociedade local. Deve-se lembrar que os padres reformadores, inclusive Dom Silvério, defendiam uma igreja letrada, distanciada de práticas supersticiosas e das manifestações de irreverência, resultado de uma mistura com os cultos de origem africana. A Igreja se torna cada vez mais romanizada.

Sobre a tradicional expressão de fé, arraigada no solo brasileiro e profundamente inserida na cultura popular, vai se expandindo uma nova perspectiva religiosa, marcada pelo seu caráter letrado, com ênfase no aspecto doutrinal e na prática sacramental, sob o controle do clero romanizado e dos numerosos religiosos provenientes da Europa e sob a orientação direta da Cúria Romana (Azzi, 2000, p. 19).

Em 28 de maio de 1922, chega em Três Corações o novo vigário da paróquia, o jovem padre recém ordenado, José Guimarães Fonseca, que deu início a uma série de discussões sobre a Matriz., que se encontrava em péssimo estado de conservação. Construída em taipa e adobe, carecia de muitas reformas e de ampliação. As autoridades civis e religiosas concluíram que as reformas custariam tanto ou mais que erguer uma nova matriz. Optou-se pela demolição da antiga e pela construção de uma nova igreja, em estilo neogótico, com instalações mais amplas, para atender a uma população que crescia. Mesmo o bispo de Campa-

DIACRONIA

nha, Dom Ferrão, tendo se pronunciado contra a demolição, essa foi realizada. Por intercessão do Bispo Coadjutor Dom Frei Inocêncio Engelk, o Bispo Diocesano Dom João de Almeida Ferrão autoriza a construção da nova Matriz. Não se valorizava ainda o patrimônio histórico. Basta dizer que, no sul de Minas, apenas as igrejas de Baependi e São Tomé das Letras conservam seu aspecto original, embora com pequenas alterações.

Decidida a demolição da antiga matriz, uma comissão dirigida pelo Padre José Guimarães Fonseca começa a angariar verbas e donativos para a construção da nova e, em todas as missas, o assunto era abordado. Isso significa que os sermões não tratavam, apenas da divulgação e explicação dos evangelhos, mas também de assuntos materiais. O discurso proferido pelos padres passa a mesclar interesses do sagrado com interesses profanos.

Em 1º de julho de 1923, num domingo, acontece uma reunião secretariada pelo professor José Brasiliense de Avelar, contando com a presença de vários membros da comunidade, todos dispostos a trabalhar pela campanha da nova Matriz. Idealizada como uma obra de arte, seria mais ampla, em local central e no mais alto da praça. Discute-se o custo da obra, o estilo em que seria construída e, naturalmente, pede-se a proteção de Nossa Senhora da Glória, numa missa realizada no dia 15 de agosto de 1923. A data tem um significado importante, por comemorar a assunção da Virgem Maria, sua eterna glorificação. Veja-se o que Leonardo Boff diz a esse respeito:

Maria continua dentro do mundo e no seio de sua igreja com a presença viva de um Vivente. Ela não é uma ausente; é apenas invisível aos olhos corporais. Está presente de forma real, embora inefável, atuante, apesar de imperceptível fenomenologicamente. O relacionamento do fiel não se processa apenas mediante a recordação de sua pessoa e obra, mas imediatamente atingindo sua pessoa viva e ressuscitada (Boff, 1998, p. 183).

Além do sistema de doação através de um livro de ouro e um livro de honra, foram criadas também festividades as mais diversas, como leilões e quermesses, que pouco a pouco foram auxiliando na arrecadação de dinheiro para o início das obras. Aquilo que os reformadores tanto combateram estava agora sendo proposto e feito pelos próprios sacerdotes, isto é, premidos pelas circunstâncias, eles aceitavam a presença do profano como maneira de conseguir seu objetivo. Recorde-se que, mesmo dentro da Igreja, algumas vezes alertavam os fiéis para que não cedessem ao que chamavam de aspecto exterior da religião. É o ca-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

so do padre Júlio Maria de Moraes Carneiro, vigário de Juiz de Fora, que temia a expansão dos evangélicos e assim pregava:

O povo só se move para as festas e procissões; e enquanto nós, católicos, nos vamos contentando com esta simples religião exterior, o protestantismo vai lavrando, inoculando o seu veneno nas veias da cidade, apoderando-se por meios diversos da infância, da mocidade e até da velhice (Carneiro, 1934, p. 161).

Em procissão, as primeiras imagens da Matriz foram trasladadas para a Igreja do Rosário, reformada para substituir, temporariamente, a antiga Igreja. A demolição teve início no dia 19 de agosto do mesmo ano e tomou proporções de grande acontecimento, com aglomeração dos fiéis emocionados e fotógrafos amadores preocupados em registrar a cena. Os mais piedosos se acercaram do local para acompanhar os golpes das marretadas e das picaretas, rezando o terço em voz alta durante todo o dia, em revezamento até o anoitecer. A destruição de um edifício, em particular de um templo, tem repercussões no imaginário de quem a vivencia. Compreende-se a atitude desses fiéis, que viam a casa do Senhor ser destruída. Alguma coisa estava morrendo naquela hora e era preciso minorar a perda de certa forma, rezando talvez.

A principal razão para fazer isso é que apenas pela manifestação de nossas próprias expressões simbólicas podemos exercer o controle sobre nós mesmos. Dentro do eu humano existem sempre forças conflitantes, mas o signo tem a maravilhosa propriedade de ser capaz de despertar várias forças diferentes ao mesmo tempo, tecendo-as em uma expressão relativamente unificada. Portanto, pela auto-exteriorização, a manifestação exterior de si próprio, e pela auto-irradiação, podemos criar significado e valor —sendo tão maravilhosamente dúplices como somos e como a linguagem é (Cupitt, 1999, p. 94).

Aberta a concorrência pública para a construção da igreja, o vencedor foi o construtor Clemente Marques, cambuquirense, responsável pela edificação das Matrizes de Campanha e Cambuquira. Ele pede o prazo de dois anos para a entrega da obra, exigindo a quantia de 120 contos de réis pelo serviço. Ao engenheiro arquiteto Frizotti Agostini coube a elaboração da planta e ao pintor libanês, Pedro Zogbi, os trabalhos interiores. O estilo adotado é o neogótico. O barroco sai de cena. O gótico prevê o equilíbrio e alcança a altura. É o estilo do vitral. As paredes brancas são suavizadas pelas variações da luz que contribuem para o simbolismo da arquitetura. Como na Idade Média, Deus é luz, brilho em meio à alvura dos céus. A cidade abandonava de vez o

DIACRONIA

simbolismo da monarquia para adentrar a modernidade, isto é, adotar a república que se iniciava.

No início da república brasileira, a estabilidade dos proprietários agrícolas estava abalada, contudo os artistas ainda eram meros executores dos gostos de eclesiásticos e de senhores rurais. Assim ocorreu com a Matriz de Três Corações, construída de acordo com o gosto do padre local, que passa a disputar com o vigário de Elói Mendes a posse da igreja com a maior torre da região.

Em 7 de setembro de 1926, na gestão do prefeito Cornélio Ferreira, é inaugurada a nova matriz, com festejos que duraram seis dias e contaram com a participação de cinquenta padres. É importante notar que as festas são acontecimentos que proporcionam ao povo um intervalo no cotidiano e celebram o tempo do prazer, mesmo quando revestidas de um caráter de seriedade; elas permitem que, uma vez terminadas, a ordem seja mantida.

A festa oficial, às vezes, mesmo contra as suas intenções, tendia a consagrar a estabilidade, a imutação e a perenidade das regras que regiam o mundo: hierarquias, valores, normas e tabus religiosos, políticos e morais correntes. A festa era o triunfo da verdade pré-fabricada, vitoriosa, dominante, que assumia a aparência de uma verdade eterna, imutável e peremptória (Bakhtin, 1993, p. 8).

Histórias são contadas a respeito dessa construção, porém só se pode comprovar o que existe nos documentos da Matriz. A respeito das imagens, por exemplo, sabe-se que os santos barrocos foram levados para Mariana e Diamantina, que o ouro das colunas foi recoberto por *colorget*, etc. Realmente, existe, no coro, uma imagem barroca de São Sebastião, enquanto há outra, do mesmo santo, quase em tamanho natural, doada pelo prefeito Odilon Rezende, dentro da igreja. Essa troca não é sem conseqüências, pois a imagem tem a função simbólica de coordenar a consciência e os atos dos fiéis; pela imagem passa o atributo de sentido e permite-se a individuação. Ao ser trocada, a imagem vai afetar o imaginário dos que a veneram.

Porque a missão do símbolo é unificar planos heterogêneos de consciência e ação, sem confundi-los. Pela potência simbólica, permite-se ao mesmo tempo a individuação extremada, autêntica, da pessoa e seu relacionamento total com um Cosmos simbólico — “uma terra celeste” — muito mais do que qualquer imperativo categórico racional que proíbe ao homem toda alienação e assim se torna Doador do Sentido (Durand, 1995, p. 39).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Outro ato simbólico foi a colocação dos sinos, realizada em 30 de dezembro de 1948. São três carrilhões, pesando um total de 1441 kg. O maior deles tem o som de dó natural; o médio, o de fá natural e o menor, o de lá natural. Os sinos, numa cidade de interior, têm mais que uma função religiosa. Eles regulam a vida das pessoas, que se torna ritualizada. Anunciam a hora de levantar para o trabalho, o meio-dia, o final da tarde, as festas e até a morte. Dotada desses carrilhões poderosos, a matriz de Três Corações assegura, para a Igreja Católica, um lugar de destaque numa região que vê chegar novas promessas de espiritualidade que acenam com outros caminhos para atingir o Reino de Deus.

REFERÊNCIAS

ANGOULVENT, Ane-Laure. *O barroco*. Trad. Maria Luzia Machado. Lisboa: Europa-América, 1996.

AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*. Juiz de Fora: Centro da memória da igreja de Juiz de Fora, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de François Rabelais. Trad. Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec, 1993.

BOFF, Leonardo. *O rosto materno de Deus*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARNEIRO, Júlio Maria de Moraes. *O Deus desprezado*. Rio de Janeiro: Boa Imprensa, 1934.

CUPPIT, Don. *Depois de Deus*. O futuro da religião. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

DURAND, Gilbert. *A fé do sapateiro*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: EdUnB, 1995.

MENDES, Murilo. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SOUZA, Benefredo de. *Datas e fatos da Terra do Rio Verde*¹. Pouso Alegre: Tipografia Escola Profissional, 1971.

¹ Observação: Todas as informações a respeito da história de Três Corações foram retiradas do livro *Datas e fatos da Terra do Rio Verde*, de Benefredo de Sousa.

DIACRONIA

ANÁLISE DE ALGUMAS DAS NOTAS LINGÜÍSTICAS DE ANGELO COLOCCI AOS CANCIONEIROS GALEGO-PORTUGUESES *B E V*²

Antonio Augusto Domínguez Carregal
(Univ. de Santiago de Compostela)
antonio.carregal@gmail.com

Quando entramos em contato com a lírica galego-portuguesa pela primeira vez, geralmente no Ensino Médio, recebemos uma série de informações em um curto espaço de tempo sobre a época literária, contexto de produção, divisão genérica, tradição manuscrita e lemos algumas cantigas consideradas as mais representativas do conjunto de textos. Dentre estas categorias, a considerada menos importante, ou a que menos atenção atrai, provavelmente é a que trata do suporte material de transmissão dos textos, e que, porém, é uma das mais curiosas.

Como todos sabemos, a nossa poesia profana medieval não se caracteriza por uma multiplicidade de testemunhos. A lírica produzida em outras línguas românicas próximas, como podem ser o occitano e o francês, está recolhida em dezenas de manuscritos, alguns dos quais minuciosamente decorados e iluminados, contendo cada um deles centenas de composições de vários trovadores. No caso galego-português, só existem três grandes cancioneiros, a saber³:

1) O Cancioneiro da Ajuda (A), códice em pergaminho confeccionado a finais do século XIII ou inícios do século XIV, contendo 310 cantigas de amor, incompleto e sem identificação dos autores;

2) O Cancioneiro da Biblioteca Nacional ou Colocci-Brancuti (B), volume em papel que contém mais de 1600 cantigas, pertencentes aos três grandes gêneros líricos, com a identificação da autoria dos mesmos;

² O presente artigo realizou-se no marco de atividades englobadas no programa de bolsa de FPI vinculada ao projecto HUM2005-01300, “El vocabulario de los trovadores gallego-portugueses en su contexto románico” do Ministerio de Educación y Ciencia da Espanha.

³ Para uma discussão pormenorizada da tradição manuscrita, ver Gonçalves 1993

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

3) O Cancioneiro da Biblioteca Vaticana (V), também em papel, contendo 1205 cantigas de amigo, amor e escárnio.

Vemos então que a maior parte do corpus poético conservado está concentrada nos manuscritos *B* e *V*, que compartilham várias características. Ambos foram copiados em papel, provavelmente a partir de um mesmo modelo, entorno a década de 1520 em Roma por ordem de Angelo Colocci, humanista italiano.

A partir destas informações, aparece a pergunta: que interesse poderia ter um italiano em ter consigo uma coleção de poemas redigidos em uma língua estrangeira, em um estilo poético que teve o seu apogeu quase 300 anos antes e desapareceu quase duzentos anos antes que se fizessem as cópias? Para responder a essa pergunta, é preciso analisar a obra do humanista para conhecer as razões do seu interesse.

E aqui começa o problema: Colocci não escreveu nenhum tratado sobre o tema. Conservamos hoje poucas obras do autor, mas nenhum tratado ou texto teórico sobre a literatura galego-portuguesa. A análise, então, recairá sobre testemunhos essenciais para a compreensão da reflexão linguística e literária do italiano: as notas marginais que escreveu em vários cancioneiros de sua propriedade, hoje conservados majoritariamente na Biblioteca Vaticana.

Colocci, assim como muitos de nós, fazia observações às margens dos seus códices, reflexões estas de caráter literário, métrico, léxico ou linguístico. No caso dos cancioneiros galego-portugueses, as notas são mais numerosas em *B* que em *V*. Estas e outras características do processo de cópia dos manuscritos podem nos levar a pensar que *V* seria uma cópia pensada para troca e *B* o exemplar de trabalho do humanista.

Neste trabalho, a análise restringe-se a algumas das notas linguísticas encontradas nos dois manuscritos, tentando achar explicações sobre o conteúdo das notas a partir da comparação do galego-português com as variantes linguísticas conhecidas pelo filólogo.

Um dos pontos que lhe chama a atenção é a dimensão fonético-fonológica e gráfica da língua, como podemos ver em notas como *que-ro no(n) qero no(n) chero*, no fólio 182v de *B*, referente ao verso I, 2 de

DIACRONIA

B 858 (100,3)⁴, *duna dona por q(ue) lhi quero ben*, e *Quero*, no fólho 270v de B, referente ao verso II, 5 de B 1285 (15,4), *Quero hir a s(an)c(t)a m(ar)ia de Reça*.

As duas formas destacam a grafia adotada para registrar a evolução do grupo labiovelar latino /k^w/ nas diversas línguas românicas. Desde o latim vulgar existe uma tendência à simplificação deste fonema, passando a ser interpretado como unha seqüência bifonêmica /kw/ na maioria dos casos, e a partir deste ponto simplificar o grupo /kw/ mais vogal a /k/ mais vogal. Nessa primeira fase arcaica a labiovelar se reduzia a velar no grupo /kwo/, como, por exemplo, em QUOMODO > como (de modo semelhante a outros grupos /wo/, como DUODECIM > dodeci), permanecendo os grupos /kwa/ e /kwi/, /kwe/ sem modificar até mais tarde (Lausberg 1981: 179-182). Assim pois, vemos que a evolução destes grupos não segue o mesmo caminho em todas as línguas românicas. O italiano, por exemplo, conserva em mais casos o grupo /kw/ (Rohlf, 1966: 220-222), representado pela grafia <qu>, enquanto o resultado da simplificação escreve-se com <ch>, e o galego-português simplifica todos os grupos /kwe/, /kwi/, representados pela grafia latinizante <qu>. Vemos, então, que Colocci defende a pronúncia de tipo mais conservador [kw]ero para este vocábulo, ou que simplesmente aponta a igualdade de valores gráficos para representar o som oclusivo velar.

Também o emprego dos dígrafos <lh> e <nh>, com os seus possíveis valores, chama a atenção do humanista. Como sabemos, ditos dígrafos são originários da língua occitana, chegando a Portugal durante o século XIII. O seu uso nestes manuscritos é por vezes irregular, fato que chama a atenção de Colocci.

Um dos termos que lhe chama a atenção é a palavra ‘escarnho’, que aparece grafada com <nh> em todas as cantigas, mas como ‘escarneo’ na *Arte de Trovar*, capítulo V, linha 1, forma que se relaciona com a nota *nho* que aparece na margem direita do fólho anterior do tratado, 2v. Em casos como este, o italiano pode duvidar do valor fonético real do dígrafo. Outro caso semelhante é o de *hunha*, no fólho 233r de B, referido ao verso I, 5 da cantiga B 1089 (121,10), *por hunha dona q(ue)*

⁴ Empregamos a partir de aqui a numeração indicada por Tavani (1967) e revisada por Brea (1996).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

por meu mal vi. A seqüência de letras <nh> aqui não representa uma consoante palatal, mas sim um hiato vocálico, não constituindo pois um dígrafo, ainda que pode causar certa confusão a um leitor não familiarizado com o sistema de escrita da língua medieval.

O mesmo pode acontecer com termos como *nulha* e *espelho*, respectivamente nos fólhos 182v e 339r de B. Os seus correlatos em italiano, ‘nulla’ e ‘specchio’, não apresentam palatalização, o que poderia induzir o leitor a um erro de interpretação.

Outro ponto que atrai a atenção do humanista é a forma do artigo definido em galego-português. Como sabemos, a maioria das línguas românicas formam o artigo a partir do demonstrativo latino ILLE, -A, -UD, resultando na maior parte dos casos em uma forma onde aparece a consoante /l/ (Williams 2001: 144-147). Para Colocci, estas formas têm incluso paralelo com o artigo definido grego ὁ, fato normal se temos em conta que, durante a Idade Moderna, era comum buscar a origem das línguas modernas nas línguas de prestígio da antiguidade, como o grego e o hebraico.

As notas de Colocci referentes aos artigos são *os i(d est) li*, fólho 2v de B, referente à linha 7 do capítulo V da *Arte de Trovar*, chama(n) *os cl(er)igos heq(ui)vocatio*; *os / as*, no fólho 3v, referente à linha 8 da coluna b, *E os trobadores podem faz(er) as cantigas; a agram i(d est) a la grã*, no fólho 9v, comentando a rubrica da cantiga B 1 (157,5), linha 2, *de Samsonha q(uan)do pas(s)ou aagrã Bretanha; no i(d est) nel bis*, também da mesma rubrica, linha 4, *e pas(s)oula no t(em)po de Rey ar-tur; o p(ad)re no(n) l*, na linha 6 da mesma rubrica, *o padre...*, *o i(d est) lo*, fólho 10v de B, linha 3 da rubrica de B 3 (157,32), *Don Tristan o namorado fez (e)sta cantiga; o i(d est) lo alla greca*, no fólho 10v de B, referente à cantiga B 3 (157,32), *o i(d est) lo*, referente ao verso I, 4 de B 525a (25,119), fólho 117r, *o gram mal q(eu) mi faz sofrer; e o i(d est) el ut greci et a i(d est) la idest*, no fólho 349r de B, correspondente à cantiga B 1635 (120,19)

A morfologia verbal também é uma fonte de reflexões lingüísticas para Colocci, já que não existe uma completa coincidência formal entre o paradigma das diferentes línguas românicas. Uma das notas mais interessantes das encontradas no manuscrito B é *Desinentia infra ei significat preteritum ~~im~~perfectum indicativi / et imperfectum subiunctivi: roguei rogar(ei)*, que aparece no fólho 96r e que destaca as palavras

DIACRONIA

em rima dos versos I,1 e 1,5 da cantiga B 438 (50,6), respectivamente (*Nostro senhor que eu sempre roguey*) e I, 5 (*desoie mayz sempre lheu rogaray*). Como vemos, a forma verbal ‘rogarei’ não é classificada como uma forma de futuro. A confusão de Colocci tem a ver com a forma do condicional italiano, ‘rogherei’, muito próxima foneticamente. A sua preocupação com esta forma verbal fica evidente em outras notas, como *partirei / preguntarei / no(n) partiria*, no fólho 45r, referente à cantiga B 180 (109,1), ou *Fora / saria*, no fólho 246r, B 1146 (77,19)

A razão destas observações é simples: existiam, e existem até hoje, nos dialetos italianos, várias possibilidades de expressão morfológica do condicional ou futuro do pretérito. Ao lado da forma toscana, como ‘rogherei’, a partir de ROGARE HABUI, há formas como ‘rogaria’, de ROGARE HABEBAM ou a forma meridional e occitana ‘rogara’, descendente do mais-que-perfeito do indicativo latino ROGAVERAM (Rohlf 1968, p. 346-347).

Outro caso que lhe chama a atenção é o *incipit* da cantiga V 481 (94,15) localizada no fólho 76v, *per quant’eu vejo*, que é acompanhada da nota marginal *per quanto io veggio*. Aqui, a tradução ao italiano do primeiro verso da cantiga chama a atenção para a coincidência fonética da forma galego-portuguesa ao resultado etimológico do italiano e o mais comum nos seus autores clássicos, como nos provam os versos CCLXXXIII, II, 4, “quant’io veggio m’è noia, et quant’io ascolto”, e 2 vezes “quand’io veggio”: XXII, II, 5, “Poi quand’io veggio fiammeggiar le stelle” e CCXCI, I, 1, “Quand’io veggio dal ciel scender l’aurora”, do *Canzoniere* de Petrarca.

Outro caso de destacado paralelismo da lírica galego-portuguesa com o ilustre toscano é o *incipit* da cantiga *En muyto andando cheguei a logar*, (94,9), que figura em B no fólho 197r, B 915 e em V no fólho 80r, V 502. Colocci faz a tradução literal ao italiano *in multo anda(n)do* à margem dos dois manuscritos, completando em V com uma outra versão sinônima em italiano, *allu(n)go andar*, que nos leva, segundo Brea (1997, p. 517) ao último terceto do soneto “L’aspectata virtù che’n voi fioriva”: “Pandolfo mio, quest’opere son frali / a-lungo andar, ma ’l nostro studio è quello / che fa per fama gli uomini immortali”.

Na mesma época em que Colocci faz as suas anotações marginais nos seus manuscritos está em plena ebulição o debate lingüístico sobre o estabelecimento da norma do italiano comum, a chamada

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

“questione della lingua”. Para o humanista, estava em jogo não só uma desinência verbal, por exemplo, mas sim um modelo lingüístico que incorporasse mais ou menos elementos de variedades regionais diferentes da toscana ou florentina, base da língua italiana atual. Colocci busca, então, apoio em outras línguas poéticas medievais, como o galego-português, o occitano ou o próprio italiano antigo, para justificar as suas escolhas para a configuração do italiano ilustre. Como afirma Valeria Bertolucci-Pizzorusso (1972, p. 198) sobre as notas colocianas,

Esse lasciano intravedere nel loro insieme il pensiero-guida dello studioso, che è quello di illuminare sullo sfondo romanzo la tradizione linguistico-letteraria italiana, al centro degli interessi, come si sa, dei dotti del Cinquecento.

BIBLIOGRAFIA

BERTOLUCCI PIZZORUSSO, Valeria. Note linguistiche e letterarie di Angelo Colocci in margine ai canzonieri portoghesi. **In:** *Atti del Convegno di studi su Angelo Colocci: Jesi, 13-14 settembre 1969, Palazzo della Signoria*. Jesi, Amministrazione comunale, 1972, p. 197-203.

BREA, Mercedes *et al.*, *Lírica Profana Galego-Portuguesa. Corpus completo das cantigas medievais, con estudio biográfico, análise retórica e bibliografía específica*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia - Consellería de Educación e Ordenación Universitaria - Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias Ramón Piñeiro. 2 vol., 1996 (1ª reimpresión revisada por Antonio Fernández Guiadanes e María del Carmen Vázquez Pacho en 1999).

———. Las anotaciones de Angelo Colocci en el Cancionero de la Biblioteca Vaticana. **In:** *Revista de Filología Románica*, 14, 1997, p. 515-519.

GONÇALVES, Elsa, Tradição manuscrita da poesia lírica. **In:** *Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa, Caminho, 1993, p. 627-632.

LAUSBERG, Heinrich, *Lingüística Românica*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

DIACRONIA

PETRARCA, Francesco, *Canzoniere*. Introduzione di Roberto Antonelli; testo critico e saggio di Gianfranco Contini; note di Daniele Ponchiroli. Torino: Einaudi, 1992.

ROHLFS, Gerhard, *Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti – Fonetica*. Torino: Einaudi, 1966.

———. *Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti – Morfologia*. Torino: Einaudi, 1968.

TAVANI, Giuseppe, *Repertorio metrico della lirica galego-portoghese*. Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1967.

WILLIAMS, Edwin B., *Do latim ao português*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

**AS FORMAS DE TRATAMENTO
EM BILHETES AMOROSOS
NO RIO DE JANEIRO NOVECENTISTA**

Leonardo Lennertz Marcotulio (UFRJ)

Paula Fernandes da Silva (UFRJ)

Célia Regina dos Santos Lopes (UFRJ)

O objetivo deste trabalho é dar continuidade aos estudos sobre a pronominalização de nominais em português, a partir da descrição das formas de tratamento encontradas em textos escritos no início do século XX.

Para alcançar o objetivo proposto, será utilizada uma amostra específica constituída por 13 bilhetes amorosos, escritos no Rio de Janeiro, em 1908, por Robertina de Souza. Esses bilhetes se encontram anexados a um processo judicial⁵ que investigou o assassinato do amante de Robertina, Álvaro da Silva Mattos, cometido por Arthur Frederico de Noronha, com quem era amasiada há seis anos. Do total de bilhetes, 11 foram escritos para o amante e 2 ao companheiro.

Segundo Engel (2001, p. 117), em “Cultura popular, crimes passionais e relações de gêneros – Rio de Janeiro, 1890-1930”, Arthur Frederico de Noronha era brasileiro, capitão-tenente da Armada, tinha 29 anos, sabia ler e escrever, e teve dois filhos com Robertina. A jovem, no entanto, teria se envolvido afetivamente com Álvaro da Silva Mattos, descrito por Engel como “branco, desempregado, solteiro, 20 anos, brasileiro, sabendo ler e escrever”. Este último havia sido acolhido por Arthur em sua casa por encontrar-se desempregado e não ter onde morar. Três meses depois, Arthur começou a desconfiar de um caso entre seu amigo e Robertina. De acordo com o seu depoimento, mandou a companheira viajar, deixou seus filhos na casa dos avós paternos e expulsou Álvaro de sua casa, depois de ter confirmado a relação com Robertina. No dia seguinte, os dois se encontraram, discutiram e Arthur deu três tiros em Álvaro, matando-o. Foi absolvido por privação de sentidos e da inteligência.

⁵ Processo Arthur Frederico de Noronha, Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, nº 717, M. 883, gal. A, 8º PC, 1908.

DIACRONIA

Assim, pretende-se realizar, na amostra selecionada, uma análise quantitativa e qualitativa das formas de tratamento utilizadas nas correspondências. Para isso, levam-se em consideração os pressupostos teórico-metodológicos da teoria da variação de base laboviana (Labov, 1994) e da pragmática sócio-cultural discutida por Bravo & Briz (2004). Será feita ainda uma análise comparativa dos resultados obtidos nessa amostra com os encontrados em outros estudos realizados a partir de textos escritos no século XIX (Lopes e Machado, 2005 e Barcia, 2006).

RESULTADOS

Além de identificar as formas de tratamento utilizadas nas diferentes funções sintáticas, os critérios norteadores utilizados para análise foram a análise da presença ou não de mistura de tratamento e o processo de pronominalização da forma *você*. O quadro que será apresentado a seguir dá um panorama geral das formas predominantes na amostra.

DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS DADOS

Foram encontrados, nos bilhetes analisados, 113 dados no total, como mostra a tabela abaixo:

	Formas de P2	Formas de P3	Total
Ocorrências	87	26	113
%	77	23	100

Tabela 1. Dados gerais

Durante a análise dos bilhetes, consideram-se como P2 as formas relacionadas à 2ª pessoa do singular, tais como: o pronome pessoal do caso reto (*tu*), os pronomes complemento preposicionados (*a ti, para ti, contigo*) e não preposicionado (*te*), os pronomes possessivos (*teu/tua*) e as desinências verbais correspondentes à segunda pessoa do singular no imperativo ou não. Segundo Lopes (2007, p. 6), “a fim de facilitar a comparação e análise dos dados, rotulou-se a forma *você* como 3ª pessoa do singular gramatical ou formal, ainda que se reconheça em *você* um pronome de 2ª pessoa que refere, em termos semântico-discursivos, ao *não-eu* (interlocutor)”. Dessa forma, foram consideradas como formas de P3: o pronome pessoal do caso reto (*você*), os pronomes complemento preposicionados (*para você, a você, com você*), e não preposicionados (*você, lhe, o*), os pronomes possessivos (*seu/sua*) e as

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

desinências verbais correspondentes à terceira pessoa do singular no imperativo ou não.

Do total de dados, 77% dos casos constituem exemplos de formas de 2ª pessoa gramatical, totalizando 87 ocorrências. As formas de 3ª pessoa, por sua vez, totalizaram 26 ocorrências, que correspondem a 23% dos dados. Dessa forma, pode-se verificar que o *tu* íntimo é predominante, conferindo uma maior informalidade aos bilhetes, o que é típico dessa tipologia textual. Observem-se os seguintes exemplos:

(1) “eu | *te* adoro *te* amo até a morte sou | *tua* só *tu* é meu só o meu coracao e *teu* | e o *teu* coracao é meu. a Chininha e todinha *tua* ate a morte” (bilhete 01 – Álvaro)

(2) “eu rezo pedind- | o a Deus para *você* me perdo- | ar, mas creio que *voce* não *tem* | coragem de ver morrer um filho o filha” (bilhete 01 – Arthur)

Para analisar as formas de P2 e P3 foram controlados diferentes fatores. O primeiro deles foi a categoria gramatical, como o pronome reto, os pronomes complemento preposicionados e não preposicionados, e também as desinências verbais relacionadas às 2ª e 3ª pessoas do singular no imperativo ou não. Outro fator analisado foi o paralelismo discursivo, no qual se pode verificar a existência ou não de mistura das formas de tratamento. Os tipos de sujeito - nulo ou pleno - e sua concordância com o verbo foram outro ponto de análise. Como fator extralingüístico, controlaram-se os destinatários dos bilhetes: Arthur, o companheiro, e Álvaro, o amante, na tentativa de verificar qual tipo de tratamento foi empregado pela remetente para cada interlocutor.

Na análise de regra variável com todos os dados de *tu* e *você* levantados, foram selecionados dois grupos de fatores: o grupo categoria gramatical e o grupo destinatário. As tabelas a seguir apresentam esses resultados. O valor de aplicação é *tu*.

No que diz respeito à utilização das formas de tratamento em função da categoria gramatical, têm-se os seguintes resultados:

Categoria gramatical	N/T	%	P.R.
Pronome complemento (sem preposição)	12/14	86	.68
Imperativo	8/11	73	.59
Formas verbais não-imperativas	16/22	73	.56
Pronome reto	11/18	61	.38
Pronome complemento (com preposição)	9/17	53	.32

Tabela 2. Utilização das formas de tratamento em função da categoria gramatical

DIACRONIA

De acordo com a tabela apresentada, observa-se que as formas de P2 apresentam-se com maior frequência em todas as categorias analisadas, a saber: 86% de pronome complemento sem preposição, 73% no imperativo e nas formas não imperativas, 61% de pronome reto e, por fim, 53% de pronome complemento com preposição.

Através da análise do peso relativo, verifica-se o favorecimento de formas de P2 como pronomes complemento não preposicionados (.68), verbos imperativos (.59) e não imperativos (.56), como nos exemplos a seguir:

(3) “não gosto de | *te* ver triste, o que *fizest[e]* | do cabelo que *te* dei | *gua[rda]ste* no coração como eu | *dis[e]* que noite eu vou | passar.” (bilhete 02 – Álvaro)

(4) “*Perdoa*-me tudo qua | nto *te* fis hoje de | estar beijando aquelle | retrato” (bilhete 06 – Álvaro)

Já os contextos de utilização de pronome reto (.38) e de pronome complemento com preposição (.32) são os que mais favorecem à utilização das formas de P3, como pode ser visto nos exemplos abaixo:

(5) “manda-me | dizer se recebeu uma carta | registrada que eu mandei | *para você*, eu quero ir de | corpo e alma para inferno se | o que aquelle miseravel disse | é verdade” (bilhete 01 – Arthur)

(6) “des que sofre com um | inocente, que esta arrependido | *você* ja sabe. responda-me por | favor, pelo amor de Deus.” (bilhete 02 – Arthur)

Vale dizer que os dados correspondentes aos pronomes possessivos não se encontram na tabela anteriormente apresentada, uma vez que os 31 dados, que totalizam 100% das ocorrências, foram de formas de P2 (*teu/tua*), conforme o exemplo a seguir:

(7) “Da *tua* sempre | *tua* e toda *tua* do *teu* coração.” (bilhete 10 – Álvaro)

Os resultados confirmam a hipótese de Lopes e Machado (2005) de que a inserção de *você* no sistema pronominal não ocorreu da mesma maneira em todas as categorias gramaticais ou subcategorias pronominais, sendo o lugar ocupado pelo pronome complemento não preposicionado *te* o contexto de maior resistência, juntamente com os possessivos, visto que não foram registrados dados de possessivos em P3 (*seu/sua*).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em síntese, os resultados parecem indicar o início da formação de um paradigma pronominal que reflete um sincretismo entre a segunda e a terceira pessoas do singular. Consoante Lopes (2007:9), “aparentemente, é na posição de sujeito que *você* se firmará”, e, por isso, interessa-nos, nesse momento, observar os dados de sujeito para verificar se, nesse contexto, a forma *você* já ocupa os mesmos espaços funcionais de *tu*.

Foram, assim, controladas as categorias plena e nula. Os resultados seguem na tabela abaixo:

Tipos de sujeito	P2	P3	Total de ocorrências
Pleno	11 - 61%	7 - 39%	18
Nulo	16 - 73%	6 - 27%	22

Tabela 3. Tipos de sujeito

Verifica-se que, nessa categoria, as formas de P2 são predominantes. Em posição de sujeito pleno representam 61% das ocorrências e nas de sujeito nulo registram-se 73% de ocorrências. Já as formas de P3 aparecem com 39% e 27% respectivamente.

Vale ressaltar que, no início do século XX, o português ainda era uma língua na qual havia uma grande ocorrência de sujeito nulo, e as formas de tratamento mais empregadas, em contextos de maior intimidade e informalidade, eram as de P2. Portanto, fica clara a razão da ocorrência mais freqüente das formas de P2 como sujeito não-preenchido. Abaixo seguem alguns exemplos dessas ocorrências:

(8) “não me mandou o cabelo | dessa linda cabessinha por que? | manda-me que eu guardo com[o] | *tu* guardou o meu” (bilhete 03 – Álvaro)

(9) “muito obrigada | pelo lindo livrinho que me | *mandaste*.” (bilhete 09 – Álvaro)

Considerando-se as formas de P3, os casos de sujeito pleno são os que mais favorecem a sua realização, conforme o exemplo a seguir:

(10) “[*m*]inha vida, *voce* é meu | [*to*]dinho desd a cabessa até | os pés” (bilhete 09 – Álvaro)

O fato de *você* estar se estabelecendo no sistema e não ser ainda uma forma tão utilizada quanto o *tu* nessa amostra nos leva a crer que *você* acaba por favorecer o preenchimento das posições de sujeito, uma

DIACRONIA

vez que, como não marca desinencial o pronome é funcionalmente relevante para indicar pessoa.

Como mencionado anteriormente, Robertina enviou bilhetes a dois destinatários: Arthur, com quem era amasiada, e Álvaro, seu amante. Esse fator foi levado em consideração como um dado extralingüístico para análise do controle de todas as formas de P2 e P3, e também foi selecionado na análise de regra variável, como se pode ver na tabela abaixo. O valor de aplicação é *tu*:

Destinatário	N/T	%	P.R.
Álvaro	79/94	84	.58
Arthur	8/19	42	.16

Tabela 4.

Utilização das formas de tratamento em função dos destinatários dos bilhetes

Nos bilhetes escritos para o amante, 84% das formas pronominais utilizadas eram de P2, ao passo que nos bilhetes enviados ao companheiro, elas representam 42% do total das ocorrências.

Os bilhetes que foram destinados ao companheiro tinham um maior grau de formalidade, e envolviam assuntos como a preocupação com os filhos, desculpas e perdão pela traição cometida (como em 11), enquanto que os bilhetes enviados ao amante eram mais pessoais e envolviam assuntos de cunho estritamente afetivo, como se pode verificar em 12:

(11) “não | posso me separar *de voce* e do meu | filho a não ser com a morte” (bilhete 01 – Arthur)

(12) “morro *por ti. tu* é e a min- | ha vida, minh’alma eu *sem | ti* não vivo Da *tua* sempre | *tua* e toda *tua* do *teu* coração.” (bilhete 10 – Álvaro)

Esses exemplos nos dão indícios de que contextos mais formais favorecem as formas de P3 (.16), ao passo que contextos mais pessoais tendem a favorecer a utilização das formas de P2 (.58). Entretanto, foi possível encontrar em alguns bilhetes a coexistência das duas formas de tratamento. Em outras palavras, ainda que um bilhete apresentasse uma forma predominante, muitas vezes era encontrada uma estratégia alterada. Esta é a razão pela qual faz-se necessário voltar nossa atenção, nesse momento, para a mistura de tratamentos. Serão analisados, para tanto, o paralelismo discursivo, a concordância verbal e as motivações sócio-pragmáticas que justificam a existência de um paradigma misto.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A partir da análise do paralelismo discursivo, observou-se se o item analisado era o primeiro numa série, se estava precedido de uma forma de P2 ou se estava precedido de uma forma de P3. Pode-se notar, segundo a tabela a seguir, que as formas de P2 aparecem em 85% dos casos como primeiro de uma série discursiva, pelo fato de termos uma amostra de *tu* íntimo, como podemos verificar na tabela abaixo:

Paralelismo discursivo	Formas de P2	Formas de P3	Total de ocorrências
Primeiro da série	11 - 85%	2 - 15%	13
Precedido de formas de P2	64 - 83%	13 - 17%	77
Precedido de formas de P3	12 - 52%	11 - 48%	23

Tabela 5. Paralelismo discursivo

O que esses dados nos trazem de mais interessante é a mistura das formas de tratamento, já presente em *corpora* do século XIX, conforme atestam Lopes e Machado (2005) e Barcia (2006) em estudos com cartas de família e cartas de leitores retiradas de folhetins, respectivamente. Pode-se ver que as formas de P2, ainda que apareçam mais frequentemente precedidas de formas de P2 (83%), também aparecem precedidas de formas de P3, em 52% dos casos. O mesmo ocorre com as formas de P3, que aparecem precedidas de formas de P3 (48%) e de formas de P2 (17%). Observem-se os exemplos a seguir:

(13) “só quem manda | *em voce* sou eu não | e assim? meu coração | para *dixeste* que era | disgracado. não quero | [[quero]] que *digas* mais | isso.” (bilhete 11 – Álvaro)

(14) “que eu sou *tua* | e *tu é* meu, eu vivo | *para voce* e *voce* para | mim” (bilhete 06 – Álvaro)

É importante ressaltar que, na época, a presença do *tu*, em contextos mais solidários e menos formais, era forte na língua portuguesa. O *voce* era um “invasor” que estava aos poucos ocupando espaço, o que reflete as variações ocorridas entre as formas de 2^a e de 3^a pessoas.

O aspecto mais curioso dessa amostra é o fato de termos identificado ausência de concordância verbal em dados de escrita do início do século XX, como mostra a tabela e os exemplos que seguem:

Concordância verbal	P2	P3
Presença de concordância (P2-P2 / P3-P3)	5 - 45%	6 - 100%
Ausência de concordância (P2-P3 / P3-P2)	6 - 55%	0 - 0%
Total de ocorrências	11	6

Tabela 6. Concordância verbal

DIACRONIA

(15) “tu sab | es que *tu é* meu cora- | cão” (bilhete 06 – Álvaro)

(16) “não me mandou o cabelo | dessa linda cabessinha por que? | manda-me que eu guardo com[o] | *tu guardou* o meu” (bilhete 03 – Álvaro)

Como se verifica na tabela, a ausência de concordância com o *tu* é mais freqüente do que a presença: 55% de não concordância contra e 45% concordância verbal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, pode-se concluir que, em relação à categoria gramatical, os pronomes possessivos, seguidos dos pronomes complementos não preposicionados, mostraram-se como os contextos de maior resistência à utilização de formas de P3, ao passo que as posições de pronome reto e pronome complemento preposicionado favorecem o seu uso.

Quanto ao tipo de sujeito, o preenchimento desta posição favorece à utilização do pronome reto *você*, enquanto que a forma *tu* apresenta-se com maior freqüência nos contextos de sujeito nulo.

No que diz respeito ao uso do tratamento em função do destinatário e ao teor dos bilhetes, pode-se concluir que as cartas enviadas ao amante são de teor mais próximo e afetivo e favorecem, assim, a utilização das formas de P2, ao passo que as cartas enviadas ao companheiro, que eram mais formais e tratavam de assuntos mais sérios, como pedidos de perdão e preocupação com os filhos, favorecem a utilização das formas de P3.

No tocante ao paralelismo discursivo, pode-se atestar a existência da mistura das formas de tratamento, que são corroboradas pelos dados de concordância verbal. Os resultados encontrados confirmam os estudos de Lopes e Machado (2005) e Barcia (2006) em relação a essa mistura. Pode-se observar, nos bilhetes, que a mistura de paradigmas nos dá indícios da manutenção de marcas formais e discursivas da forma *você*, como a maior formalidade e distanciamento em relação ao *tu* íntimo.

Para terminar, vale dizer que os resultados obtidos apontam para um estágio mais avançado de gramaticalização da forma *você* em relação aos resultados descritos para o século anterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCIA, Lucia Rosado. *As formas de tratamento em cartas de leitores oitocentistas*: peculiaridades do gênero e reflexos da mudança pronominal. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

BRAVO, Diana & BRIZ, Antonio. *Pragmática sociocultural*: estudios sobre el discurso de cortesía en español. Barcelona: Ariel, 2004.

BROWN, P. & LEVINSON, S. C. *Politeness*: Some Universals in Language Usage. Cambridge: CUP. Originalmente publicado como: “Universals in Language Usage, Politeness Phenomenon”. In: GODY, Esther (ed.). *Questions and Politeness, strategies in Social Interaction*. Nova York: CUP, 1987.

ENGEL, Magali Gouveia. Cultura popular, crimes passionais e relações de gêneros – Rio de Janeiro, 1890-1930. In: *Gênero*: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG, Niterói: EDUFF, 2001, v. 1, nº 2, p. 107-122.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*: Internal Factors. Oxford: Blackwell, 1994.

LOPES, C. & MACHADO, A. Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre a segunda e a terceira pessoas nas cartas dos avós. In: LOPES, C. (org.). *A Norma Brasileira em Construção. Fatos lingüísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-graduação em Letras Vernáculas, FAPERJ, 2005.

LOPES, Célia. *O tratamento a Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, (no prelo, com previsão para sair ainda em 2007).

DIACRONIA

CONSIDERAÇÕES SOBRE FILOLOGIA E HISTÓRIA NAS PRIMEIRAS OBRAS DE FRIEDRICH NIETZSCHE

Luciana Fernandes Madeira (UFRJ)

Na segunda metade do século XIX, na Alemanha, a história desponta enquanto ciência e a busca pelas origens permeia diversas áreas do saber. Uma dessas buscas encontra sua identidade num ideal de Grécia Antiga, das belas e harmônicas formas elaboradas pelos gregos. Porém, a obra “*O Nascimento da Tragédia*”, de Friedrich Nietzsche, traz uma nova concepção do mundo grego, cujas imagens não seriam apenas um reflexo do deus da beleza das formas, Apolo, mas também do deus Dioniso, que religa o homem com a unidade primordial do mundo, através da embriaguez. A percepção desta dualidade colocada por Nietzsche suscita uma disputa teórica entre alguns filólogos não apenas pela proposição de uma Grécia apolíneo-dionisíaca, mas também pelo fato das duras críticas que Nietzsche elaborou em relação à filologia. Como filólogo, Nietzsche lecionou na Universidade da Basileia, entre 1869 e 1879 aproximadamente, anos em que ele redigiu “*O Nascimento da Tragédia*” e as “*Considerações Intempestivas*”, obras a partir das quais o presente trabalho foi elaborado.

O contato com algumas das críticas à obra de Nietzsche foi possível através da coletânea de artigos organizada pelo professor de filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Roberto Machado. Intitulado “*Nietzsche e a polêmica sobre o Nascimento da Tragédia*”, o livro reúne alguns textos contemporâneos à publicação da obra “*O Nascimento da Tragédia*”, mostrando alguns aspectos que implicaram na aceitação ou não do estudo Nietzsche sobre a tragédia, no qual ele enfoca uma Grécia pré-socrática, a partir de um estudo estético e filosófico. Roberto Machado contribuiu ainda com uma reflexão sobre o pensamento trágico e suas vertentes mais relevantes desde Schiller até Nietzsche, defendendo que Nietzsche seria o ponto crucial da transformação de uma poética da tragédia de cunho aristotélico em uma filosofia do trágico. A tragédia teria deixado, com Nietzsche, de ser abordada prioritariamente em seus aspectos formais para ser concebida como uma questão de caráter ontológico.

Quando redige sua obra sobre a tragédia, Nietzsche encontra-se profundamente atrelado à filosofia de Arthur Schopenhauer e às cria-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ções musicais e literárias de Richard Wagner. Admirado com a filosofia pessimista do primeiro – que concebe um mundo regido por uma vontade inexorável e inerente ao homem, dividido entre vontade e representação – e com a arte do segundo – que teria recuperado, segundo Nietzsche, a grande arte da Grécia através da música – Nietzsche mergulha na Grécia pré-socrática, especialmente atento às manifestações artísticas e de criatividade daquele povo, entre as quais estaria a criação dos deuses. Ele assevera que com Sócrates, o pensamento grego perde o seu vigor por conta da associação socrática entre a razão, a verdade e o bem, o que teria marcado a relação entre conhecimento e valor, formando dois tipos de homens distintos: o teórico e o trágico.

O deus da bela aparência e da individuação, Apolo, e o deus do vinho, do êxtase e da dissolução da individualidade, Dioniso, foram considerados complementares e indicativos de um comportamento específico grego para Nietzsche, conforme veremos adiante. A retomada da tragédia grega a partir da associação entre esses deuses foi motivo de apreço incondicional, por parte de alguns – entre eles o historiador da Basiléia Jacob Burckhardt – e mote para aqueles que viam na sua obra uma afronta aos estudos clássicos. Nós nos debruçaremos sobre as críticas recebidas, no intuito de compreender as dissidências intelectuais deflagradas nesses discursos.

Pensar o helenismo associado ao pessimismo não é a única fonte das críticas à obra de Nietzsche, apesar da idéia parecer estranha o suficiente para os filólogos mais tradicionais. A escrita literária, metafórica e aforística de Nietzsche, repleta de caracteres de oralidade, de estabelecimento de diálogos com o leitor, de críticas contundentes contra os estudiosos do seu tempo, com trechos de grande entusiasmo, configuram uma escrita bastante estranha ao mundo acadêmico. Entre os seus críticos mais contundentes estava o filólogo Wilamowitz-Möllendorff, que havia estudado com Nietzsche na juventude.

Wilamowitz faz uma defesa apaixonada e veemente da sua prática filológica, admitindo ser um homem socrático, se isso significasse dizer que ele busca a verdade e os fundamentos científicos históricos e filológicos em seus estudos. Em sua reação à obra de Nietzsche, ele acusa o ex-colega de classe de violação da realidade histórica e falta de amor à verdade. Em sua opinião, Nietzsche nada conhecia sobre o mundo helênico. Wilamowitz se refere à Nietzsche da seguinte maneira:

DIACRONIA

Pois, se [Nietzsche] conhecesse [o mundo helênico], como poderia atribuir ao mundo homérico pleno de juventude, jubiloso na exuberância do delicioso prazer de viver, uma sensibilidade pessimista, uma aspiração senil pelo não-ser, uma auto-ilusão consciente? (...) E quais são suas *provas do sofrimento* [grifo meu] que, naquela época, os gregos, crianças eternas que se alegravam de modo inofensivo e inconsciente com a bela luz, devem ter experimentado, ou melhor, devem ter desfrutado, com uma volúpia impotente? (Machado, 2005, p. 62)

As filiações teóricas de Nietzsche ao filósofo Arthur Schopenhauer e ao músico Richard Wagner alimentaram ainda mais as críticas e dificultaram uma recepção menos acirrada de suas reflexões.

Na obra “*O Nascimento da Tragédia*”, Nietzsche pretendia realizar não um estudo estritamente filológico, mas sim, um estudo estético-filosófico da Antiguidade Grega. Filologia e história estavam atrelados em seus interesses científicos de retomar o passado através do documento escrito, que emergia com força total no século XIX como fonte da verdade sobre o passado. O escrito e a palavra adquiriam outro sentido para Nietzsche, uma vez que através delas seria possível perscrutar a capacidade criativa dos homens, no caso, o povo grego, não representando diretamente a possibilidade de chegar à verdade – mesmo porque, para o autor, a verdade é uma questão filosófica.

A escrita parecia aos olhos do filólogo insatisfeito a senhora de seus leitores oitocentistas: a relação com a palavra como depositária da prova e da verdade, uma relação bastante próxima àquela estabelecida pelos estudos teológicos, ainda muito fortes na Alemanha nesse período e parte da formação de muitos intelectuais da época, inclusive o próprio Nietzsche. Assim, o domínio do passado através da palavra escrita traria em si mesmo uma pretensão de verdade. Neste período a história de institucionaliza, havendo então a necessidade de definição de parâmetros, o que leva ao desenvolvimento da noção de uma metodologia crítica para a história e denota a crescente relevância do documento histórico. Nietzsche – partilhando os interesses com seu colega da Universidade da Basiléia, o já citado historiador Jacob Burckhardt – chamava a atenção para a necessidade de recuperação do passado por meio da experiência estética, uma experiência que tornasse vigorosa e útil a ação no presente.

A necessidade de uma compreensão exata das fontes antigas e a utilização do método crítico como a maneira de desvelar a verdade e a imparcialidade dos fatos eram pontos comuns entre a filologia e histó-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ria, áreas do saber ainda não completamente delimitadas no período. Decorre desta aproximação entre filologia e história a caracterização nietzscheana dos historiadores como “antiquários”, homens tão dedicados aos detalhes de um texto e à conferência da verossimilhança, que acabavam por considerar verdadeiro e legítimo apenas o passado, esta substância imaterial transformada em concretude através do texto. A valorização das minúcias na exegese era combatida por Nietzsche, seja pelo fato desta prática ser utilizada como critério de erudição e distinção social, seja por afastar, segundo ele, o estudioso de sua realidade, levando a um esquecimento do homem enquanto sujeito.

Dedicado à pensar a cultura e os valores de seu tempo e desejo de elaborar um estudo de caráter filosófico, Nietzsche formula um dos argumentos centrais da obra “*O Nascimento da Tragédia*”: os gregos seriam um povo de sensibilidade extrema e em profundo contato com o sofrimento. A criação dos deuses olímpicos teria sido a maneira de mascarar, através da bela aparência, a essência dolorosa e cruel do mundo. Em outras palavras, a divinização grega não implicaria hierarquia e moralidade, mas sim, um embelezamento da dor. A experiência do culto bárbaro dionisíaco seria destruidora desta ilusão criada pelos gregos e apenas a arte teria a capacidade de integrar e transformar o elemento dionisíaco, aliviando sua força destruidora e gerando a arte apolíneo-dionisíaca, possuidora de um efeito terapêutico. Em suas cartas, Nietzsche constantemente evoca a arte como refúgio, como neste trecho da missiva enviada ao seu ex-colega de estudo Paul Deussen: “*O nosso destino [referindo-se aos homens de sabedoria] é a solidão espiritual e, às vezes, uma conversa com os que estão de acordo conosco. Mais do que ninguém, necessitamos dos consolos da arte*” (Nietzsche, 1944, p. 98)

Uma das críticas mais recorrentes de Nietzsche era a separação entre o intelectual e seu objeto de estudo, justamente a distância pregada pelos parâmetros científicos modernos e seguida por grande parte dos filólogos e historiadores. Para Nietzsche, pôr em risco a proximidade e a identificação entre o sujeito e o objeto significaria comprometer a possibilidade de transformação do presente. A ação do homem no tempo presente era de fundamental importância para Nietzsche, como forma de renovação da cultura.

Os pressupostos filológicos e históricos já não se mostravam compatíveis com os argumentos nietzscheanos. Diante das exigências

DIACRONIA

de verdade e imparcialidade obedecidas pela filologia e pela história oitocentistas, Nietzsche entendia que não haveria possibilidade de atualizar a beleza do mundo grego através de uma forma de recordá-lo que não fosse condizente com tal característica. Assim, ele percebia um impedimento teórico na propagação da estética grega através do método crítico das fontes que vigorava entre seus contemporâneos. A relação entre filologia, história e uma pretensão de verdade calcada no método crítico ficam evidentes nas palavras do Prof. Ricardo Benzaquém, em seu artigo *Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*:

Tais exigências de imparcialidade e de objetividade, por sua vez, levaram a concepção moderna de história a incorporar, a partir do final do século XVIII, toda uma série de procedimentos críticos, em constante intercâmbio com a filologia (cf. Cassirer, 1948). Esses procedimentos, pelo menos em princípio, seriam capazes de determinar a ‘verdade dos fatos’ com a mais infinita precisão, analisando documentos, confrontando testemunhos, estabelecendo, enfim, quais textos eram ou não confiáveis para se conseguir uma visão realista do passado. (Benzaquen, 1988, p. 30).

As críticas de Nietzsche à história são comumente entendidas como uma defesa da a-historicidade ou como uma total falta de necessidade da história. Muito pelo contrário, Nietzsche considerava a história extremamente importante, desde que se desvelasse dos interesses do Estado e fosse realmente útil ao homem, impulsionando sua ação no presente. Neste sentido, é possível compreendermos melhor a sua crítica à filologia, já que sua estrita fixação no texto não permitiria a expansão do homem e o desenvolvimento de suas potências criativas. O estudo da história de acordo com Nietzsche deve ser tido como expansão e como ação no mundo, acompanhado da tentativa de captar o “espírito” do passado e da reflexão do tempo presente: era urgente pensar a cultura de seu tempo, pela ruína em que ela se apresentava aos seus olhos. Seria pertinente abordar o tema da crise da cultura, porém, não o faremos diretamente neste momento. Passamos a questões mais específicas sobre a história.

Nietzsche escreveu quatro textos, entre 1872-1874, chamados de Considerações Intempestivas, entre elas a Segunda Consideração Intempestiva intitulada “Da utilidade e desvantagem da História para a vida”.

Neste texto, o autor estabelece três tipos de história, que podem impulsionar ou solapar a criatividade do homem: a história monumen-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tal, a história antiquária e a história crítica. A consideração monumental do passado seria útil à vida na medida em que o homem pudesse deduzir, a partir dela, que se houve um tempo em que a grandeza foi possível, esta possibilidade existe também no presente: sua busca de auto-superação será, desta forma, conduzida com mais coragem, afastando a sensação de um querer impossível. Na insistência de Nietzsche em seu elogio a tragicidade e à criatividade dos gregos, perpassa esta noção de monumentalidade que um dia pode vir a acontecer novamente, quando os instintos forem recobrados como tão necessários quanto a ordem. A utilidade da história antiquária está em sua capacidade de preservar as condições nas quais foi possível existir o monumental. O homem antiquário não deixa sucumbir o senso de enraizamento necessário com tudo o que já existiu. A história crítica serviria à vida para dar cabo a um passado sufocante, que impedisse a fruição da vida, isto é, neste modo crítico estaria a força que impele ao esquecimento.

Contudo, um excesso de história monumental pode fazer com que se admire excessivamente, por meio de uma ilusão, os feitos passados, fazendo com que a cultura passada suplantasse a cultura presente, bem como a história antiquária, em desmedida, pode fazer o homem perder o gosto pelo presente, e se deixar valorizar apenas em função não apenas de um passado, mas de todo e qualquer passado preservado; também a história crítica em demasia é capaz de aniquilar o passado, e com ele as realizações monumentais e as raízes necessárias para um povo, uma civilização e um homem.

Ao relacionar esses tipos de história – monumental, antiquária e crítica – à relações determinadas entre passado, presente e futuro, Nietzsche defende uma concepção específica do homem diante do tempo e da memória. Em sua obra “Cinco Prefácios para cinco livros não escritos”, a glória e a individualidade são pensados como os mediadores do homem no tempo.

Um dos textos reunidos no livro acima citado, intitulado “*Sobre o pathos da verdade*”, evidencia a íntima relação entre a glória e a memória, tendo em vista a condição solitária do filósofo. Esses três elementos, solidão, glória e memória, são associados para uma reflexão sobre a cultura empreendida por Nietzsche e nos permitem compreender melhor diversas de suas críticas acerca da democratização do que deve ser lembrado, da acessibilidade ao que se tornará memória e da

DIACRONIA

glorificação indiscriminada e efêmera de todo e qualquer passado. Não é difícil inferir que essas críticas estão ligadas à sociedade de massas e à modernidade, que trazem uma concepção moralmente negativa da solidão. O passado grego passa a ser, nesse sentido, uma fonte para reação ao mundo moderno, em especial a apologia do *agon* e da individualidade gregos, conceitos bem delineados pelo filósofo Roberto Machado:

...o agon é o combate individual que dá brilho à existência, tornando a vida do indivíduo digna de ser vivida não pela busca da felicidade, como acontecerá a partir de Sócrates, mas pela busca do *kleos*, da glória. Nas ações heróicas do indivíduo que conquista a glória, a vida atinge a perfeição. (Machado, 2006, p. 204).

Fica claro na citação acima que a glória não é um bem a ser ofertado, mas sim, uma recompensa conquistada pelo herói, devido à superação da morte em seu penoso caminho. Pensando analogamente o filósofo e o herói, por serem homens que sentem mais intensamente o peso deste combate e sobrevivem à ele, Nietzsche assevera: “*Sua ação não se volta para um ‘público’, para o aplauso das massas e o aplauso aclamador dos contemporâneos; pertencem à sua essência os passos solitários pela estrada.*” (Nietzsche, 1996, p. 18). A solidão é a condição e a essência daquele que contém a verdade – o filósofo – pois a verdade não está nos outros homens, mas em si mesmo, razão pela qual a relação do portador da verdade com o mundo é de desdém: o mundo precisa dele, e a recíproca não é verdadeira.

Rememorando o filósofo Heráclito, por quem tinha especial apreço, Nietzsche observa que a grandeza de um homem reside em sua capacidade de perscrutar uma situação aparentemente banal ao resto dos homens e dela inferir seu conhecimento, que não é senão a verdade: “*Pois o mundo precisa eternamente da verdade, e, assim, precisa eternamente de Heráclito, embora ele não careça do mundo. O que lhe importa a sua glória!*” (*idem*, p. 22). Podemos inferir que o deleite da glória é a forma encontrada pelos homens comuns de externar sua reverência e sua admiração para aquele que possui um conjunto de valores e experiências que constituirão a lembrança e o exemplo.

No caso dos heróis gregos, os poetas e aedos cantarão seus feitos, atualizando a experiência louvável através da palavra cantada. Contudo, a referida atualização não teria uma obrigação de fidelidade com a experiência. Sobre isso nos fala o historiador contemporâneo e amigo de Nietzsche, Jacob Burckhardt, na obra *Historia de la Cultura Griega*:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

“Sería completamente erróneo suponer que com esse propósito firme de unir el presente com el más remoto pasado debió de prosperar el conocimiento exacto de este último” (Burckhardt, 1953, p. 54). Nesta perspectiva, os gregos seriam dotados de faculdades extraordinárias de força e de afirmação para a transformação do audível, assimilando e adentrando constantemente o relato, sem uma pretensão de verdade. A dose de realidade que se mantinha nas narrativas era (re)elaborada miticamente e mesmo o aspecto histórico foi submetido às leis de uma prolongada tradição oral e poética, criando um espaço comum e indistinto para o fabuloso e o fidedigno, bastante diverso do que defendiam a maior parte dos filólogos e historiadores.

Logo, a concepção Nietzscheana de filologia e história, está atrelada à crítica da cultura moderna e aos postulados científicos que essas disciplinas traziam consigo. O postulado nietzscheano sobre a necessidade de conhecer a si mesmo, no prólogo da obra “*Genealogia da Moral: uma Polêmica*”, afirma que aqueles que se consideram homens do conhecimento são, na realidade, homens do desconhecimento, pois são os maiores desconhecedores de si. Nesta perspectiva, o passado não deve ser um estudo histórico-filológico em si e para si: o resgate do passado, deve permitir ao homem uma experiência estética exemplar, colocando-o em contato com uma grandeza que, para Nietzsche, não é cultivada no mundo moderno.

BIBLIOGRAFIA

BENZAQUÉM, Ricardo. *Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro. N. 1. 1988, p. 28-54.

BURCKHARDT, Jacob. *Historia de la Cultura Griega*. Tradução de Eugenio Imaz. Barcelona: Ibéria, 1953.

MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a polêmica sobre o Nascimento da Tragédia*/textos de Rohde, Wagner e Wilamowitz-Möllendorff; Introdução e organização Roberto Machado; Tradução do alemão e notas Pedro Sússekkin. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MACHADO, Roberto. *O Nascimento do Trágico: de Schiller a Nietzsche*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

DIACRONIA

NIETZSCHE, Friedrich. *Considerações Intempestivas*. Obras Incompletas; Seleção de textos de Gérard Lebrun; tradução e notas de Rubens R. Torres Filho; pós-fácio de Antônio Cândido de Mello e Souza. – 2ª ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

NIETZSCHE, Friedrich. *Despojos de uma tragédia. Correspondência inédita*. Tradução e notas de Ferreira da Costa. Porto: Educação Nacional, 1944.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: uma Polêmica*. Tradução, notas e pós-fácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. Sobre o *pathos* da verdade. **In:** *Cinco Prefácios para cinco livros não escritos*. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

**LEXICOGRAFIA HISTÓRICA
DO PROJETO AO GLOSSÁRIO
DE TERMOS DOS AUTOS DE QUERELLA**

Expedito Eloísio Ximenes (UECE/UFC/FUNCAP)
eloisio22@hotmail.com

Samuel de Carvalho Lima (UFC/SIPIBIC-CNPq)
Emilia Maria Peixoto Farias (UFC)

INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa Tradições Discursivas do Ceará (TRADICE) foi criado em 2004, na Universidade Federal do Ceará e, como integrante do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), tem como objetivo reconstituir a história lingüístico-social do Brasil, através da caracterização de diferentes práticas discursivas referentes aos diferentes momentos históricos.

O “Léxico dos Autos de Querella” constitui-se, pois, em um subprojeto do TRADICE, cuja meta principal é descrever a linguagem do poder judiciário característica do gênero textual auto de querela, com vistas à compreensão e ao registro ordenado da nomenclatura constitutiva deste tipo de documento.

A escolha pelos Autos de Querella deve-se ao fato de serem narrativas longas reveladoras de aspectos os mais variados, não só no tocante ao uso da língua, mas também, da estrutura jurídico-administrativa da Capitania do Siará Grande à época, com uma abundante nomenclatura referente aos órgãos, cargos e funções em vigor na colônia e que hoje tal nomenclatura não tem voga devido as mudanças ocorridas em todos os setores da vida do período hodierno.

Os *Autos de Querella* são documentos do poder judiciário, nos quais, estão registradas as queixas referentes aos diversos tipos de crimes. Os documentos pertencem ao Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), onde está reunido um rico acervo documental de natureza administrativa e notarial.

Para efeito desta pesquisa, foram consultados quatro códices do século XIX, compreendendo o período que vai de 1802 a 1829. Nosso trabalho teve como base a obra de Ximenes (2006), que apresenta a

DIACRONIA

transcrição dos 67 documentos contidos nos quatro códices. Os documentos constituem rica fonte de informação a respeito da realidade das pequenas vilas e fazendas do Ceará da época, como também torna evidente a vida social, política, econômica, religiosa, educacional no início do século XIX.

Como descrito em Ximenes, Farias e Carvalho (2005), para a elaboração do glossário intitulado O Léxico dos Autos de Querella, seguimos os princípios da Terminologia apresentados nas obras de Barros (2004), Krieger (2004) e Finnato (2004).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O *corpus* da pesquisa é constituído de 67 Autos de Querella, conforme já nos referimos acima. O primeiro passo foi a coleta, transcrição, revisão e edição semidiplomática, seguindo a orientação das normas adotadas pelo grupo Para a História do Português Brasileiro (PHPB), definidas durante o II Seminário do grupo, realizado em Campos do Jordão em 1998, constante na obra intitulada Cartas Baianas Setecentistas, organizada por Lobo (2001).

No segundo momento, fizemos o levantamento do léxico que sobressai com muita freqüência nos autos e classificamos em quatro domínios: Partes constitutivas dos processos, sujeitos históricos, tipos de crimes e os instrumentos usados nos crimes. Muitas das ocorrências léxicas estão em desuso, atualmente na língua, o que pode gerar uma falta de compreensão por parte dos consulentes dos documentos. Acreditamos ser esta a principal colaboração para facilitar a leitura e compreensão dos textos aos leitores.

O terceiro passo da pesquisa é a organização do glossário e a definição dos termos seguindo critérios lexicográficos e terminográficos.

A macroestrutura do glossário apresenta, ao final, a seguinte forma: (1) uma apresentação introdutória à obra; (2) uma lista de abreviações, símbolos e outros elementos importantes para facilitar a consulta; (3) uma lista de entradas organizadas alfabeticamente de forma contínua, que são os verbetes; e (4) uma bibliografia.

Os verbetes estão organizados em ordem alfabética contínua dentro de seus respectivos subdomínios e apresentam a seguinte micro-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

estrutura: termo + enunciado lexicográfico (informações gramaticais + paradigma definicional + paradigma pragmático +/- remissiva +/- notas lingüísticas e enciclopédicas).

Nos verbetes constam as seguintes abreviaturas: v.g. – variante gráfica; L – livro; A – Auto; l – linha do Auto; p. – página da obra de Ximenes (2006), onde está o registro do auto; V – remete para o termo sinônimo mais recorrente e aquele que traz a definição; Sin. – para as formas sinonímicas. A notação (...) indica omissão de trechos do Auto, pois não acrescentam informações ao termo definido.

De acordo com Farias (2003), “o termo, como unidade terminológica, não pode ser percebido isoladamente, ao contrário, ele sempre fará parte de um conjunto de significados relacionados a um mesmo domínio especializado.” Nesta pesquisa, os termos e as unidades fraseológicas foram apresentados em suas formas lematizadas: substantivo, no masculino singular e os verbos no infinitivo e para as unidades fraseológicas seguiu-se o mesmo critério – observância ao núcleo da fraseologia. As fraseologias estão agrupadas conforme seus núcleos sejam elas de base nominal ou de base verbal.

As informações gramaticais dão conta da classe gramatical, à qual o termo pertence, acrescentadas do gênero e número da entrada.

Para facilitar a busca por parte do consulente, a equipe achou por bem registrar os termos conforme a ortografia do português brasileiro contemporâneo. As formas gráficas registradas nos Autos entram logo abaixo da entrada. Caso haja outras variantes gráficas, estas estão também registradas.

As variantes gráficas das denominações são casos em que o termo ou um elemento do sintagma apresenta formas alternativas de grafia atestadas no *corpus*, por isso são apresentadas contextualmente também.

A definição (*definiens*) apresenta uma seqüência constituída de um termo genérico (*genus proximum*) e as características particulares, ou diferenças específicas (*differentia specifica*), do termo definido. A preocupação central está na conservação, sempre que possível, da mesma estrutura. A linguagem usada foi a nosso ver objetiva e escorreita, para que o consulente perceba com clareza o sentido do termo procurado.

DIACRONIA

O paradigma pragmático traz o contexto ou contextos, nos quais os termos-entrada, *definiendum*, aparecem. Toda a nomenclatura foi arrolada a partir de Ximenes (2006). Seguindo o paradigma pragmático, encontramos a fonte de onde foi/foram extraído(s) o(s) contexto(s).

As remissivas integram a microestrutura do verbete e para identificá-las utilizamos a notação V precedendo o termo sinonímico mais recorrente, em cujo verbete encontramos a definição. A sinonímia é marcada pela notação Sin. e antecede os termos participantes da rede de relações de sentido, seja por hipo-nímia, co-hipo-nímia ou hiperonímia.

As notas 1 e 2 apresentam informações de caráter lingüístico e enciclopédico, respectivamente, a respeito do termo-entrada. A nota de número 1 apresenta informações a respeito da origem, da formação ou do primeiro registro do termo em nossa língua. Já a nota 2, apresenta aspectos concernentes a informações extralingüísticas de caráter histórico-cultural que servem para complementar as definições dos termos. Salientamos que em alguns contextos apenas uma das notas aparecerá, em outros, nenhuma das duas.

As informações contidas nas notas são obtidas, por exemplo, por meio de consulta a especialistas da área, mais precisamente, juristas, ou dicionário e enciclopédias da área do direito e na rica bibliografia da história colonial brasileira que muito nos ajudam a esclarecer aspectos constitutivos do universo em discussão.

RESULTADOS OBTIDOS

Seguindo as etapas metodológicas do projeto, cuja versão inicial acha-se descrita em Ximenes, Farias e Pinto (2005), apresentaremos, a seguir, verbetes de cada subdomínio com suas respectivas definições.

Partes Constitutivas dos Processos

auto⁶ s. m. Parte de um processo jurídico caracterizado por uma narração circunstanciada de qualquer ato ou diligência judiciária ou administrativa, escrita e autenticada pelo respectivo escrivão e testemunhas, e que começava pela fórmula Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo (Aulete, p. 216). [...] *para constar fiz este Auto emque assignou odito Ministro com o Queixoso este decruz por não saber escrever [...]* (L.33; A.18; 1.68-69; p. 147)

corpo de delito indireto⁷ s. m. Relato feito por testemunhas após a averiguação de um crime. [...] *o que ade constar do corpo dedelicto indireto que o Juiz formara [...]* (L.33; A.1; 1.47-48; p. 85)

depoimento s.m. Relato feito por testemunhas perante a autoridade judicial que as convocou para narrar sobre um crime que presenciaram. (...) *e Se recahir os depuimentos emalguma ou alguns man | datarios queforem Sejaõ estes digo Sejaõ hesses ou hessa taõ bem | punido Com as pennas damesma ley (...)* (L.39; A.12; 1.40; p. 279)

despacho s.m. Decisão proferida pela autoridade judicial ou administrativa nas petições, memoriais ou demais papéis submetidos pelas partes a seu conhecimento e solução. (Silva, 1963, p. 514). (...) *Erecebera merce = | Pase = Despaxo Certaiaõ Afonço Ferreira ...* (L.33; A.4; 1.81; p. 306).

⁶ Em acepção mais estrita, notadamente na linguagem forense, indica todo termo ou toda narração circunstanciada de qualquer diligência judicial ou administrativa, escrita por tabelião ou escrivão, e por estes autenticada, mostrando-se, assim, as várias peças ou assentos de um processo, lavrados para prova, registro ou evidência de uma ocorrência.

No plural, autos designam todas as peças pertencentes ao processo judicial ou administrativo, tendo o mesmo sentido que processo, constituindo-se da petição, documentos, articulados, termos de diligências, de audiências, certidões, sentenças, etc. (Silva, 1963, p. 19).

⁷ O corpo de delito indireto não é muito comum ocorrer nos Autos de Querela, mas aparecem alguns em que as testemunhas dão depoimento de um crime por ter visto ou por ouvir falar no acontecimento sem necessariamente ter presenciado os fatos. Denomina-se de indireto porque não há a averiguação direta com a vítima, apenas as informações prestadas indiretamente pelas testemunhas.

DIACRONIA

Sujeitos Históricos

cirurgião aprovado s.m. Pessoa que exercia a profissão de cirurgião com o consentimento ou autorização de um superior. (...) *eouvido pello di- / to Juiz mandou vir à sua / prezença ao **Cirurgião apro- / vado** João Lourenço Mar / quês (...)* (L.33; A.15; 1.54; p. 419). (...) *SeSirua mandar que o / Tabelaio desta Vila com o**Cirurgião / aprou- / ado** dela examinando denovo (...)* (L.33; A.3; 1.71-72; p. 341)

curador⁸ s.m. Pessoa que cuida, que cura ou trata de pessoa estranha e de seus negócios. (...) *emais Erdeiros filhos deste, e / o**Curador**⁹ dosmenores o Advogado / Joze da Silua Guimaraens(...)* (L.33; A.10; 1.14; p. 323)

delinqüente¹⁰ s.m. Pessoa que cometeu um delito ou praticou uma falta qualificada como crime ou contravenção pela lei penal. (...) *o Supli- / cante querellados ditos **delinque / ntes** paraemmendelles(...)* (L.64; A.7; 132-33; p. 366)

desembargador s.m. Funcionário da administração pública que tem a função de juiz das cortes de Apelação ou Tribunais de Apelação. (...) *Illustissimo Senhor **Desembargador**, Ouvidor Geral eCorregedor da Comarca = Diz (...)* doCapitão (...) *que faz abem deSua Justiça (...)* (L.33; A.1; 1.76; p. 295)

ajudante de milícias¹¹ s. m. Pessoa que ajuda a milícia em suas tarefas de vigilância e polícia interna. [...] *Manuel da Silva Braga / **Ajudante***

⁸ Do latim *curator*, de *curare* no sentido de cuidar.

⁹ O curador se difere do tutor, visto que pode ser dado aos próprios maiores, desde que declarados interditos, aos não nascidos, e referir-se somente à administração dos bens do curatelado, enquanto o tutor é nomeado para representante legal do menor, durante a maioridade. (Silva, 1963, p. 463).

¹⁰ Do latim *delinquens*, de *delinquere*.

Para a pessoa que comete o delito, pela primeira vez, diz-se que é primário, em oposição ao reincidente, ao habitual ou profissional (Silva, 1963, p.491).

¹¹ Do latim *militia*, de *miles* (soldado) com função militar.

As milícias pertencem aos órgãos da administração colonial como tropas auxiliares. Organizam-se em regimentos e se recrutam por serviço obrigatório e não remunerado, na população da colônia (Prado Jr, 1999:311). As milícias foram criadas no século XVII co-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de Melicias, morador / nesta mesma Cidade [...] (L.1097; A.6; 1.62-63; p. 218).

barbeiro¹² s. m. Pessoa que exerce a profissão de curar, sobretudo no que diz respeito à pequena cirurgia. [...] *que / nesta Villa Cura de, Ceri / gĩaõ por nella naõ os / haver deProfição enem / barbeiro ou Sangrador / deofficio naqual emCar / regou omesmo Juis [...]* (L.1097; A.1; 1.75-77; p. 195-196).

Tipos de Crimes

atirar cutilada v. Ferir com faca pequena. [...] *edescarregando ao que-relante / deoNomes que bem lhe pareceo pa / sou aatirar-lhe cuteladas das quais / Sendo oquerelante ferido [...]* (L.1097, A,3, 1.32, p. 401)

dar relhada v. Bater com relho. [...] *eentrando oEscravo oque / relado oasautou defor / ma que com as relhadas / que lhedeo lhe pizou os / testículos [...]* (L.1097; A.4; 1.25-26, p. ...)

descarregar tiro v. Atirar com arma de fogo. (...) *eSem | mais demora, eSem mais razaõ al | guã descarregou hum taõ inor | me, edesmarcado tiro, nomarido, | ePai dos querelantes que uiolen | tamente cahio morto emterrafa | zendo com otiro que deo hum | grande estrondo (...)* (L.33, A.10, 1.40-42, p. 325)

descompor de palavra injuriosa v. Insultar, ofender com palavras. (...) *Joaõ Francisco homem branco / Com Casta daterra Cazado, emorador / no Sequeira destetermo, por este o- / ir descompor de pallavras inju / riozas asua Caza denoite (...)* (L.64, A.8. 1.4; p. ..). Sin. **deslustrar com palavra injuriosa**

mo forças auxiliares não remuneradas, que se prestavam basicamente ao serviço de apoio às tropas de primeira linha na defesa da Colônia (Salgado, 1985:98).

¹² Do latim *barba-ae*, *barba*, séc. XIII.

Era o nome mais comum para designar os médicos profissionais no período colonial, sendo que o usual era chamá-los de cirurgiões-barbeiros ou simplesmente barbeiro. Só no final do século XVIII, a palavra *barbeiro* designa o que faz ou aparar a barba (Vianfas, 2001:121).

DIACRONIA

deslustrar com palavra injuriosa v. (...) *que taõ bem Corre nesta mes / maCidade oSuplicado o des lus / tara Com palavras enjuriotas / porcer opagamento em moeda* (...) (L.1097; A.10; 1.24; p.). Ver descompor com palavra injuriosa. Sin. **descompor com palavra injuriosos**.

encher de bofetão v. Dar bofetes com muita força. (...) *Que naõ / fosse mais cobrar Subsídios aSua Caza / que lhe avia encher aCara debofetoens / Aeste insulto respondeo ofilho do Su / plicante*(...) (L.1097, A.4, 1.44; p. 361)

Instrumentos Usados nos Crimes

arma ofensiva s. f. Arma usada para atacar e defender. [...] *os Quere-lados / lhe sahiraõ ao encontro no ca- / minho com armas offensivas e / lhe deraõ varias pancada* [...] (L.33; A.15; 1.18-19; p. 137). Nota: do latim *arma*, séc. XIII.

bacamarte¹³ s. m. Arma de fogo, de cano curto e largo, reforçado na coronha. (Cunha,1998: 91). [...] *foraõ / aCaza do querelante armados defacas / parnaibas, Catanas, espingardas, ba / Camartes, epistolatolas, eahi atacaraõ / oquerelante para lheentregar odinhei / ro* [...] (L.33; A.9; 1.23-25; p.)

palavra¹⁴ injuriosa s.f. Palavra que ataca a honra e a dignidade. eodesacatar Com *palavras / Injuriotas, eoffencivas* aseo Credi- | to, eonra... (1.64, A.8, 1.19, p. 369). Sin. palavra ofensiva.

palavra ofensiva. s.f. Palavra que ofende a honra e a dignidade. eodesacatar Com *palavras / Injuriotas, eoffencivas* aseo Credi- | to, eonra... (1.64, A.8, 1.19, p. 369). Ver palavra injuriosa. Sin. palavra injuriosa.

parnaíba¹⁵ s.f. Faca comprida e estreita. o | Querellado armado Com huma *Parnaiba* nua namaõ | ainsultalo, edando-lhe depranxaduas pancadas pellas | Costas...(1.39, A.7, 1.27, p. 270)

¹³ Provavelmente do francês *braquemart*, alteração do italiano *bergamasco*, derivado do topônimo *Bérgamo*, ou, talvez, do neerlandês. *breeimes* “cutelo”. (Cunha, 1998, p. 91)

¹⁴ Nota: do latim *parábola*, séc.XIII; do latim *injurius*, séc. XV.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pau de angico¹⁶ s.m. Peçaço de madeira resistente extraído do angico. Comdannado animo, elhe intra | raõ adar borduadas Comhumpáo || 26r <26 Abreu> **Páu de Angico** Cheio deEspinhos, que | por felicidade onã matarão...(L.64, A.12, l.29, p. 376)

CONCLUSÃO

O projeto do léxico dos Autos de Querella teve dois anos de duração. Fizemos a coleta e a definição de 204 termos referentes aos quatro subdomínios: partes constituintes, sujeitos envolvidos, tipos de crimes e instrumentos dos crimes. Os resultados aqui apresentados constituem uma pequena amostragem da pesquisa como um todo.

Creemos que tenhamos dado um pouco de contribuição para os pesquisadores entenderem melhor os textos no hábito de suas pesquisas no que tange ao léxico referente aos quatro campos abordados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APEC. *Autos de querella*. Livro 39. 1802-1806.
- APEC. *Autos de querella*. Livro 33. 1807-1813
- APEC. *Autos de querella*. Livro 64. 1810-1813.
- APEC. *Autos de querella*. Livro 1097. 1824-1829.
- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Delta.1986. Vols. I a IV.
- BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- Código philippino ou ordenações e leis do reino de Portugal recopiladas por mando d'el Rey D. Philippe I*. Edição fac-similar da 14ª. ed., segundo a primeira, de 1963, e a nona, de Coimbra, de 1821/ por Can-

¹⁵ Do topônimo Parnaíba.

¹⁶ Madeira muito usada na construção de dormentes.

DIACRONIA

dido Mendes de Almeida- Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2004.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1996.

FARIAS, E. M. P. *Glossário de termos da moda*. Fortaleza: Editora da UFC/ Edições SEBRAE, 2003.

FARIAS, Ernesto. *Vocabulário latino-português*. Belo Horizonte. Livraria Garnier. 2001.

FINATTO, M. J. B. Termos, textos e textos com termos: novos enfoques dos estudos terminológicos de perspectiva lingüística. **In:** ISQUERDO, N. A & KRIEGER, M.G. *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, v 2. 2004, p. 341-357.

KRIEGER, M.G. Do reconhecimento de terminologies: entre o lingüístico e o textual. **In:** ISQUERDO, N. A & KRIEGER, M. G. *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, v 2. 2004, p. 327-339.

LOBO, T. (org.). *Cartas baianas setecentistas*. São Paulo: Humanistas – FFLH/USP. 2001. Série Diachronica, vol. 3.

PRADO Jr. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense. 1999.

REIS, L. M. BOTELHO, A. V. *Dicionário histórico Brasil*: Colônia e Império. Belo Horizonte: Dimensão, 1998.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos*: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.]

SILVA, DE Palácio. *Vocabulário jurídico*. São Paulo. Forense. 1963, 4 vols.

XIMENES, E. E. *Autos de querella e denúncia*: edição de documentos judiciais do século XIX no Ceará para estudos filológicos. Fortaleza: Gráfica e Editora LCR Ltda., 2006.

———; E. E.; FARIAS, E. M. P; CARVALHO, E. P. *O projeto do léxico dos autos de querella*. **In:** IX Congresso Nacional de Lingüística e

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Filologia. *Primeiros Trabalhos do XI CNLF*, Tomo 3: Filologia – a língua e os textos) Cadernos do CNLF, vol. IX, N°. 04. CiFEFil. 2005.

VAINFAS, Ronaldo. (Org.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, [s.d.?].

DIACRONIA

MATTOSO CÂMARA E O ESTUDO DE VERBOS¹⁷

João Bortolanza (UEL)
jbortolanza@uol.com.br

Relevante a contribuição de Mattoso Câmara para o estudo dos verbos, sobretudo com *História e Estrutura da Língua Portuguesa e Estrutura da Língua Portuguesa*, esta incompleta (1970), póstuma a primeira (edição em inglês de 1972). Muito ainda há para aprender com essas obras, até porque a reflexão do Autor em ambas ficou-nos incompleta, posto que veio a falecer antes de concluí-las. O que me intriga, e a cada ano que passa mais ainda, é tentar desvendar por que os falantes da língua passam tantos anos na escola “aprendendo o português” – que já sabem – e sentem tamanha dificuldade em aprender os verbos – que também já sabem. Por outro lado, o sistema verbal é tão extenso, tão complexo, tão complicado, que até uma simples criança o apreende.

Vale dialogar com alguns aspectos basilares dessas duas indispensáveis obras do ilustre homenageado lingüista e filólogo Joaquim Mattoso Câmara Júnior, tentando ir à essência de nosso sistema verbal – sincronicamente português, mas latino em sua diacronia – à busca desses elementos mínimos tão simples que não escapam à percepção de uma simples criança.

Proponho-me a partir de uma sugestão de tabela latino-portuguesa e tecer algumas considerações na linha do que me propus, “tentar achar o elo perdido” no ensino de verbos:

No capítulo VII de *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1975), com o título de “As conjugações perifrásticas”, magistralmente refere-se às “Perífrases de Formas Verbais” – o que vamos destacar – e as “Perífrases de Formas Verbo-Pronominais”, também lapidar, seja ao referir-se à voz medial ou depoente, seja “Perífrase verbo-pronominal na terceira pessoa”.

¹⁷ Conferência proferida no XI CNL, na UERJ, a 29 de agosto de 2007.

Propoñomoe a partir de uma sugestão de João da Silva Lino-portuguesas e reser algunas consid arspões nas linhas do que em e portuguesas.
 "tentar achar o elo perdido" no ensino de verbos.¶

→	INFECTUM	→	PERFECTUM	→SUPINUM¶
→	AM-O,-AS,-ARE...↓	→	AMAV-I.....↓	→	→ AMAT-UM¶
→	DELE-O,-ES,-ERE	→	DELEV-I	→	→ DELÉT-UM¶
→	DICO,-IS,-ERE	→	DIX-I	→	→ DICT-UM¶
→	AUDI-O,-IS,-IRE...↓	→	AUDIV-I.....↓	→	→ AUDIT-UM¶
→	Indicativo	→	Subjuntivo	→	Subjuntivo¶
→	AM-O	→	AM-E-M(I)	→	AMAV-I
→	→	→	dele-A-m-(II-IV)¶	→	AMAV-ERI-M¶
→	amā	→	que ame	→	amai-(tento-amado) →
Pretérito	→ AMA-BA-M	→	AMA-RE-M	→	AMAV-ÉRA-M
→	amāvā	→	que amasse	→	amāv-isse-M¶
Futuro	→ AMA-B-Ō,-ŌS,-ŌT-Ū	→	AMA-B-ŌT-Ū	→	que tivesse e amado¶
→	Dic-A-m,-E-s-ŪT-ŪM¶	→	se amaria	→	se tiver-amado¶
→	amāretis	→	se amasse	→	se tivesse e amado¶
→	amāvissis	→	se amaria e	→	se tivesse e amado¶
→	→	→	→	→	→

DIACRONIA

Em referência à incorporação de TEMPOS COMPOSTOS (grifo meu) com o auxiliar *TER* na conjugação flexional “simples”, Said Ali (1931, 180) insurgiu-se com razão contra um critério que rompe a estruturação morfológica das expressões verbais. É preciso respeitar a existência de *dois sistemas distintos*, embora correlatos, ou, pelo menos, de “dois ramos de um sistema significativo (Glinz, 1953, p. 374), *que são a flexão do radical e a perífrase* e correspondem a intenções categóricas distintas. [...] Assim, a chamada “voz passiva” em português não tem caracterização morfológica. (Mattoso Câmara Jr, 1975, p. 167) (grifos meus).

“As CONJUGAÇÕES PERIFRÁSTICAS se dispõem numa série, a rigor aberta, em ordem decrescente da intensidade da significação lexical do auxiliar. Nessa escala, são mais ou menos *gramaticalizadas*. Na gramaticalização mais forte, o auxiliar está com a significação lexical esvaziata e se tornou um mero índice da categoria que se destina a exprimir.

A tradição gramatical portuguesa é separar, por esta última circunstância, dois modelos de composição, que são especificamente chamados “*tempos compostos*”:

1) a locução do verbo *SER*, em todas as suas formas flexionais, e um particípio perfeito que, sob o nome de “VOZ PASSIVA”, é apresentada como uma contraparte da conjugação flexional ativa;

2) as locuções de alguns tempos do verbo *TER* com um particípio perfeito normalmente invariável, que são *incorporadas à série de tempos de formas flexionais unas*. As demais construções é que se consideram propriamente “conjugações perifrásticas”. (Mattoso Câmara Jr, 1975, p. 167). (grifos meus).

Assim se estabeleceu, nas línguas românicas, um modelo de oração nominal {voz passiva} com um particípio perfeito, no predicado, atribuindo a um sujeito o resultado de uma atividade que o atingiu. As CONJUGAÇÕES PERIFRÁSTICAS devem ser entendidas, ao contrário, como processo de formação morfológica na base de uma locução, isto é, *dois vocábulos fonológicos e morfológicos que se associam numa unidade lexical superior*. Podemos classificá-las em função da forma nominal que utilizam: particípio perfeito, gerúndio, infinitivo. (Mattoso Câmara Jr, 1975, p. 169). (grifos meus).

O português é das línguas românicas a que melhor conserva o valor primitivo da locução. Por isso Said Ali a caracteriza como um “PERFECTIVO”, à maneira eslava (Ali, 1931, p. 180). Podemos dizer, mais rigorosamente, que é um PERFEITO, *delimitado no tempo pelo auxiliar*. Há um perfeito perifrástico de presente (*tenho amado*), de pretérito (*tinha amado*), de futuro (*terei amado*, *teria amado*) e também um subjuntivo (*tenha amado*, *tivesse amado*, *tiver amado*), um infinitivo (*ter amado*) e um gerúndio (*tendo amado*) (Mattoso Câmara Jr, 1975, p. 170).

[...] No FUTURO DO PRESENTE, o PERFEITO DO FUTURO *e-quivale a um futuro anterior* a outro;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

e, no uso modal, (para a irrealidade), do FUTURO DO PRETÉRITO, o FUTURO DO PRETÉRITO NO PERFEITO projeta a irrealidade para antes do momento atual.” (*ibid.*, p. 171). (grifos e paginação meus).

Quanto às FORMAS NOMINAIS, no capítulo XII da *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970, reimpresso em 2006 pela Vozes, 38^a ed.), no item final (nº 51) diz:

Resta uma apreciação semântica, nas mesmas linhas, das chamadas formas nominais, cujos nomes tradicionais são – *infinitivo, gerúndio e participio*.

Aqui, a oposição é aspectual e não temporal.

O INFINITIVO é a forma mais indefinida do verbo. A tal ponto, que costuma ser citado como o *nome* do verbo, a forma que de maneira mais ampla e mais vaga resume a sua significação, *sem implicação das noções gramaticais de tempo, aspecto ou modo*.

Entre o GERÚNDIO e o PARTICÍPIO há essencialmente uma oposição de aspecto: o gerúndio é “imperfeito” (processo inconcluso), ao passo que o participio é de aspecto conclusivo ou perfeito. O *valor de pretérito ou de voz passiva* (com verbos transitivos) que às vezes assume, não é mais que um subproduto do seu valor de aspecto perfeito ou conclusivo. (Mattoso Câmara Jr, 2006, p. 102-103). (grifos meus).

Entretanto, o PARTICÍPIO foge, até certo ponto, do ponto de vista mórfico, da natureza verbal. É no fundo um *adjetivo* com as marcas nominais de feminino e de número plural em /S/. Ou em outros termos: é um adjetivo que semanticamente expressa, em vez de qualidade de um ser, um processo que nele se passa. *O estudo morfológico do sistema verbal português pode deixá-lo de lado*, porque morfológicamente ele pertence aos adjetivos, *embora tenha valor verbal no âmbito semântico e sintático*.

O GERÚNDIO, ao contrário, *é morfológicamente uma forma verbal*. Mesmo como determinante de um substantivo (para indicar um processo que nele se passa) não concorda com ele nem em número nem em gênero. (Mattoso Câmara Jr, 2006, p. 103). (grifos meus).

Uma discussão em aberto – um outro assunto a merecer um aprofundamento e, de minha parte, uma outra conferência – é partir da própria Nomenclatura de FORMAS NOMINAIS do VERBO. Seriam apenas flexões do verbo “considerado enquanto nome”? As três flexões remanescentes –R, -DO, -NDO excluiriam os “Tempos Compostos” e a “Voz Passiva”?

DIACRONIA

Como VERBOS, mantêm de fato a voz passiva e o Tempo-Aspecto, pelo menos o Substantivo-Verbal (INFINITIVO) e o Adjetivo-Verbal (PARTICÍPIO). → Tabela latino-portuguesa: fica um princípio de debate: ¶

Tabela (su gerida): AS FORMAS NOMINAIS LATINO-PORTUGUESAS ¶

	INFINITIVO	GERUNDO	→	GERUNDO	→	PARTICÍPIO	→	PARTICÍPIO ¶
	PASSIVO	ATIVO	→	PASSIVO	→	ATIVO	→	PASSIVO ¶
∅	AM-ÁRE	AM-ÁRI	→	AMA-ND- o -um	→	AMA-NS- is -i	→	qui- am -at-ur ¶
→	ser-amad	→	de, p. amar, amando	→	...sendo amado	→	que- am -ado ¶	
¶								
Pastor	AM-ÁV-ASSE	AM-ÁV-esse	→	→	qui- am -at-ur	→	AM-ÁV- is -a-um ¶
→	ter-amado	→	terido amado	→	tendo amado	→	que- am -ado ¶	
¶								
Futuro	AM-ÁV-UM- is -erit	AM-ÁV-UM- is -i	→	→	→	AM-ÁV-UM- is -erit	→	AM-ÁV-UM- is -i ¶
→	laver-de-amad	→	laver-de-amado	→	havendo-de-ser amado	→	que- am -ado ¶	

Observem-se estes exemplos criados com o intuito de transformá-los numa seqüência narrativa – embora repetitiva – mas que revele

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

o Sistema Verbal numa “totalidade” aspecto-temporal dos Modos Indicativo e Subjuntivo:

Um lobo ENCONTRA um cordeiro
O cordeiro lhe SUJAVA a água?
O lobo IRÁ DEVORÁ-lo (o devorará).
O cordeiro ARGUMENTOU
TERÁ FALADO mal dele
quem ainda não NASCERA (TINHA NASCIDO)?

Até aqui um Modo (Indicativo) e 2 ASPECTOS (Imperfeito ou inacabado e Perfeito ou concluído). Cada Aspecto com 3 TEMPOS:

- | | |
|-------------------------|--|
| 1. ∅ (não-marcado) | → Presente (inconcluso) e Pretérito Perfeito (concluído) |
| 2. Pretérito (anterior) | → Pretérito Imperfeito e Pretérito Mais-Que-Perfeito |
| 3. Futuro (posterior) | → Futuro (imperfeito) e Futuro Perfeito |

No Modo Subjuntivo se repete a estrutura aspecto-modo-temporal:

TEMO que um lobo ENCONTRE um cordeiro.
TEMIA que o cordeiro lhe SUJASSE a água.
Quando o lobo DEVORAR o cordeiro, VIRÁ a moral da história.
O lobo CASTIGOU o cordeiro, ainda que ele não lhe TENHA SU-
JADO a água.
O lobo já TINHA TOMADO a decisão, antes que o cordeiro TI-VESSSE
RESPONDIDO.
Tudo TERÁ FICADO claro, quando o lobo TIVER CONCLUÍDO a fal-
sa rixa.

Pode-se observar que tanto os 2 Aspectos, quanto os 3 Tempos de cada aspecto têm sua forma correspondente nos Modos Subjuntivo e Indicativo.

Algumas observações precisam ser feitas:

- O ASPECTO verbal não é levado em conta no ensino de verbos, a partir das gramáticas, e não foi completado por Mattoso Câmara.
- Os VERBOS AUXILIARES, embora não fazendo parte da flexão verbal, são de fundamental importância para a uma visão completa das “noções gramaticais do verbo”. Não seria por ser analítico que o português deixou de ter, por exemplo, o Pretérito Perfeito do Subjuntivo.

DIACRONIA

- c) A NOMENCLATURA usada no estudo dos verbos leva à incompreensão mais que à identificação da verdadeira base do complexo sistema verbal.

Creio oportuno voltar à aprendizagem de verbos “em criança”, quando, envolvidos numa estonteante mistura de sons, soubemos aos poucos separar as oposições mínimas dos fonemas, a montagem de sons para representar objetos e, o mais terrível dos desafios da esfinge, “OU DOMINAR OS VERBOS OU NÃO FALAR” (isto é, expressar idéias). Como será que, crianças, aprendemos os verbos?

Inicialmente, como bem identificou Mattoso:

O primeiro sistema, mais simples, é o usual na língua oral, opõe apenas, entre si, um presente e um pretérito (2006, p. 100).

Pois é esse primeiro sistema mais simples que a criança apreende. Para tanto há que dominar apenas o TEMA e o ASPECTO:

- go(s)to – como – engolo (gosta – come – engole)
- gostei – comi – engoli (gostou comeu – engoliu)

Juntamente vêm as tentativas de regularização, tão engraçadas para o adulto, mas tão profundas gramaticalmente, que creio estarem na base da verdadeira aprendizagem verbal:

- fazo, fazi X faze, fazeu
- sabo, sabi X sabe, sabeu
- i, iu, pedo (pido), engolo...

Entram em cena as desinências pessoais básicas correspondentes ao EU-VOCÊ (ELE) – bem de acordo com a visão egocêntrica típica dessa idade – nos tempos ZERO, não-marcados, enquanto desinências modo-temporais. Estabelece-se, portanto, um passo primeiro na expressão de idéias, opondo já os temas com as Categorias das conjugações, distinguindo os aspectos concluído e inconcluído, indiferente à oposição anterioridade-posterioridade, embora o tempo presente-pretérito se revele no imediatismo de sua fase concreta, algo assim como um fazer realizado ou em realização:

- Amanhã eu fazo; depois eu cato; depois eu como; depois eu engolo.
- Agora eu acabei; agora eu fazi; eu já engoli tudo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A segunda etapa começa a opor anterioridade e posterioridade e representa duas novas aquisições: a desinência modo-temporal do Pretérito Imperfeito (-ava / -ia), opondo I e II-III conjugações; a formação perifrástica do futuro imperfeito com o verbo IR (vou, vai) – mais que uma conjugação perifrástica na visão tradicional, um verdadeiro tempo composto:

- Eu sujava, eu comia, eu engolia; você (ele) sujava, comia, engolia (note-se que a desinência número-pessoal zero é fundamental)
- Eu vou brincAR, descER, saIR

Observe-se que já estão fixadas as conjugações que deram origem aos temas e a oposição entre I e II-III, como bem assinalou Mattoso.

Poderíamos seguir – e para isso basta observar os professores em ato que são nossas crianças – e tentar descobrir por que, sendo tão complexa a estrutura verbal, é apreendida por uma “simples” criança. O sistema verbal vem-se construindo com “inteligência” (ler-colher dentro < *intus legere*), sem professores que analisem (que sorte!), mas com interlocutor que instiga a responder a “ações concretas”, sempre levando em conta o egocentrismo da criança.

Algo precisa ser observado nesse “colher global caótico” – e nisso, vem a propósito a noção de sistema estruturado de Mattoso – que depois as escolas não retomam: **a criança “colhe pares positivos”**, mesmo que esses pares oponham **trios** (pessoas, tempos, conjugações”, portanto *ela só aprende “ler dentro” quando consegue na prática entender e aplicar a noção completa*. Os elementos mínimos dessa realidade que é o Verbo, elemento indispensável na expressão de idéias – ou a criança o domina ou não fala – se apresentam em sua **TOTALIDADE ESTRUTURAL**. É essa **TOTALIDADE DAS NOÇÕES MÍNIMAS** que a fazem reconhecer os *elementos mínimos* sonoro-fonéticos, base da palavra estruturada e significativa, para em seguida reconhecer esse complexo mundo de formas e significados que é o verbo em seus usos. Chegam aos borbotões aos seus agudos ouvidos, borbulham em golfada ininteligíveis – bem mais difíceis que as explicações de qualquer professor de português – e, no entanto, o pequeno computador binário da mente infantil, com a lentidão que não tem pressa de crescer, em poucos anos domina a essência dessa estrutura complexa, em elementos tão simples – que até criança aprende! –, mas tão precisos, que creio ser

DIACRONIA

preciso que os ilustres *DOCTORES* (ensinantes, docentes) das Letras tenham lá umas aulinhas desses filhos “que são o pai do homem”.

Está aí campo de pesquisa em aberto: como se dá a aquisição, concretamente, nesses meus filhos, sobrinhos, amiguinhos ou netos, dos verbos? Por exemplo, de 1 ano e meio a 3 anos; de 3 a 4 e meio etc.

Quando se dão conta que os verbos têm uma regularidade de tempos primitivos e derivados no caso dos ditos “irregulares”? Por exemplo: posso / pode / pude e seus derivados. Como se daria a aprendizagem que em pouco tempo faz o menino passar de “eu podo / você pode; eu podi / você podeu” e daí os característicos “se eu podesse, se eu poder” para o caminho da “irregularização” – tão genuinamente latina, que valeria falarmos que regulares mesmo são os irregulares!

**NOTAS SOBRE O ITEM ENTÃO
NAS CANTIGAS DE AMIGO GALEGO-PORTUGUESAS
(SÉCULOS XII, XIII E XIV)**

Maria Regina Pante (UEM)

mrpante@hotmail.com

Ana Cristina Jaeger Hintze (UEM)

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga as construções com o item *então*, nas *Cantigas de Amigo* galego-portuguesas, compostas nos séculos XII, XIII e XIV. Não houve possibilidade de classificação das produções de acordo com o século a que pertencem, visto que tais informações não são precisas e confiáveis. A esse respeito, Megale esclarece que

Ernesto Monaci descreveu as condições de variação e mudança da língua, com precisão tal que poderia fazer inveja a sociolinguistas de hoje (...) como estrangeiro, não se sente devidamente instrumentalizado para perceber as condições de produção das cantigas de mais de uma centena de autores de diferentes épocas, em diversas regiões, com as respectivas variações de linguagem (...) (2002: 119).

Esse item já foi por nós analisado em outros *corpora* de sincronias distintas¹⁸, o que nos levou a persegui-lo em sincronias anteriores àquelas, a fim de verificar se os resultados anteriormente encontrados também poderiam ser aplicados às *Cantigas*, composições que, dada a sua natureza, aproximam-se bastante da modalidade oral do período. Parte do referencial teórico acerca dos pressupostos funcionalistas, bem como da definição da classe dos advérbios, apresentada nessa pesquisa anterior, não se encontra neste trabalho, dada a limitação de espaço, mas encontra-se citada nas referências finais.

¹⁸ A análise foi realizada nos *Autos de Gil Vicente* (XVI), no *Auto de Vicente Anes Joieira* (anônimo do século XVI), no *Auto das Regateiras de Lisboa* (anônimo do século XVII) e no *Auto da Compadecida* (XX). (Pante e Hintze, 2007, no prelo)

DIACRONIA

O ITEM *ENTÃO*

O item *então*, hoje classificado pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) como conjunção coordenativa conclusiva, também pode desempenhar função, por exemplo, de operador argumentativo, de advérbio juntivo, além de outras funções, a depender de seu contexto em que está inserido. Essa divergência se deve ao caráter multifuncional das conjunções e dos advérbios, os quais desempenham funções textual-discursivas diversas.

Estudos diacrônicos, aliados aos estudos sincrônicos, têm auxiliado na perspectiva de uma descrição mais densa, permitindo a compreensão dessas “mudanças” pelas quais passa um determinado item, evidenciando que nada desaparece ou é inteiramente novo; os elementos sofrem processos de adaptação às novas situações, sem que um uso preceda o outro no curso do tempo (Votre, 1999).

Segundo Paul (1886), as conjunções, historicamente, derivam de advérbios conjuncionais e de alguns pronomes que já serviam para ligar orações, fato também corroborado por Said Ali (s/d). Para Câmara Jr, após explanação acerca da origem das conjunções coordenativas, resume, em nota de rodapé: “geneticamente, a conjunção coordenativa é sempre um advérbio” (1985, p. 188).

Há, portanto, um descompasso entre o que prescreve a NGB e os estudos acerca das conjunções, principalmente quando há um retorno à história da língua, apontando para a sua origem adverbial.

Entre esses elementos de natureza e função discutíveis, assentase o item *então*, objeto de nossa pesquisa, Embora, em muitos casos, ele vincule, entre duas orações, uma conclusão, assim como ocorre com uma conjunção conclusiva, não é possível apontar para ele todos os traços prototípicos de sua classe, a das conjunções. Como se verá, em muitos casos, ele mescla traços das duas categorias: se, por um lado, conecta orações, função típica de conjunções, por outro apresenta mobilidade prototípica dos advérbios e pode co-ocorrer com outras conjunções, traço que o distancia das conjunções.

METODOLOGIA

Em pesquisa anterior já mencionada, apresentamos um levantamento das definições do item *então* em dicionários latinos e em gramáticas históricas de maior relevância. Em seguida, complementamos esse levantamento com dados de pesquisas mais recentes, incluindo os de língua falada. Às ocorrências registradas, aplicamos procedimentos metodológicos e chegamos a alguns resultados interessantes. A partir deles, optamos pela realização de novo levantamento com o mesmo item, mas em sincronias anteriores (XII, XIII, XIV).

Os procedimentos metodológicos adotados são os seguintes:

1. levantamento das ocorrências nas *Cantigas* (XII, XIII e XIV);
2. análise dos traços **mais prototípicos** do item *então*: [+ referência temporal passada]¹⁹, [+ mobilidade], [+ advérbio], [- advérbio juntivo], [- operador discursivo] e cotejo com os traços **menos prototípicos**: [+ referência temporal presente/futura], [+ posicionamento fixo], [+ advérbio juntivo], [+ conjunção], [+ operador discursivo]²⁰.

A ordem dos traços não evidencia, obviamente, uma trajetória unidirecional, porque não é possível atestar que o item não fosse empregado como operador discursivo em sincronias anteriores e não há como atestar que esse traço [+ operador discursivo], por exemplo, tenha surgido, necessariamente, após o estágio de conjunção.

ANÁLISE DO CORPUS

Nos *Cantigas de Amigo* galego-portuguesas (séculos XII, XIII e XIV), encontram-se 72 ocorrências do item *então* sem a presença de variantes (*entam*, *entonces*, *entances*) encontradas em nossa pesquisa anterior. Dessas 72 ocorrências, analisamos 64, visto que as demais eram

¹⁹ Traço baseado na perspectiva histórica do item, ou seja, segundo a etimologia, o seu sentido básico é “naquela época”, “naquele momento”.

²⁰ O advérbio juntivo, segundo Neves (2000), pode funcionar como conector de frase ou de oração, sem, no entanto, atingir o estatuto de conjunção, devido a sua mobilidade. O operador discursivo, segundo Koch (1989), é o item empregado como encadeador de enunciados resultantes de atos de fala distintos.

DIACRONIA

repetições encontradas nos refrãos das *Cantigas*, constituindo, portanto, ocorrências em contextos idênticos.

Para análise, considera-se que um item não apresenta, necessariamente, todos os traços mais prototípicos ou menos prototípicos, mas pode oscilar entre [\pm prototípicos]. Dessa forma, apresentamos, ao final da análise, um quadro geral do número de ocorrências, considerando os três séculos em conjunto, e os traços apresentados por essas ocorrências, partindo de uma maior prototipicidade para uma menor prototipicidade.

Como há exemplos de traços semelhantes, optamos por apresentar apenas alguns exemplos dessas ocorrências. Entretanto, como há exemplos que, mesmo apresentando traços idênticos, trazem uma estrutura diferenciada, optamos por registrá-las. É o caso, por exemplo, das construções com *des enton* (estrutura marcadamente temporal, expressando “desde aquele momento”, “dali em diante”, “daquele momento em diante”) e construções em que ocorrem dois itens adverbiais concomitantemente: *logo* e *enton* (exemplos logo abaixo). Os números romanos diante dos versos correspondem à numeração original, extraída de Nunes (1928-1929), e foram mantidos para facilitar a localização do item em futuras pesquisas.

1. Casos [+ prototípicos]: 18 ocorrências

XCIII: e foi coitado por mi dés **enton**
[+ ref. temp. pass.], [+ mob.], [+ adv.]

CXXVII: e, pois que o eu vir, se mi non disser logu' **enton**: como pôd' aqesto fazer
[+ ref. temp. pass.], [+ mob.], [+ adv.]

CCXLI: E ben se devia nembrar das juras que m' **enton** jurou
[+ ref. temp. pass.], [+ mob.], [+ adv.]

2. Casos com 2 traços [+ prototípicos] e 1 traço [- prototípico]: 21 ocorrências

III: Tornou sanhuda **enton**, quando m'est'oíu dizer
[+ ref. temp. pass.], [+ mob.], [+ adv. junt.]

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CLIV: e defendi-lho eu e el **enton** tornou mui trist'e
[+ ref. temp. pass.], [+ mob.], [+ adv. junt. de valor causal]

CLXXI: chorou tan muit'e tan de coração que chorei eu con doo
d'el **enton**.
[+ ref. temp. pass.], [+ mob.], [+ adv. junt. de valor consecutivo]

CCCLXIVL: e dixi-lh'eu **enton**:
[+ ref. temp. pass.], [+ mob.], [+ oper. disc.]

3. Casos com 1 traço [+ prototípico] e 2 traços [- prototípicos]: 13 ocorrências

LXXXVIII: ide vee-lo, mia madr', e guarrá **enton**
[+ ref. temp. fut.], [+ mob.], [+ adv. junt. de valor conclusivo]

CXVI: perguntou-m'e dixi-lh'eu **enton**
[+ ref. temp. pres./fut.], [+ mob.], [+ adv. junt. de valor consecutivo]

CCXXII: tan gram ben mi quer, cuido logu'**enton** se mi quer ben
[+ ref. temp. pres/fut.], [+ mob.], [+ adv. junt de valor consecutivo]

CCCXXVIII: perder-s'á el e perderei **enton** o corp'e vós, madr', o
vosso por mi.
[+ ref. temp. fut.], [+ mob.], [+ adv. junt. de valor consecutivo]

CCCCXXV: se s'el for, serei morta enton e el morto será, se me non vir
[+ ref. temp. fut.], [+ mob.], [+ adv. junt. de valor causal]

CXLVI: chorando dos olhos, direi lh'**enton**:
[+ ref. temp. fut.], [+ mob.], [+ oper. disc.]

CLII: quando fordes alongado, por Deus, que faredes **enton**?
[+ ref. temp. fut.], [+ mob.], [+ oper. disc.]

D: e direi-lh'eu enton a coita do meu coração.
[+ ref. temp. futura.], [+ mob.], [+ oper. disc.]

DIACRONIA

4. Casos com 1 traço [+ prototípico] e 1 traço [- prototípico]: 11 ocorrências

CX: “Pastor, non dizedes nada, diz ãa d’elas **enton**
[+ mob.], [+ oper. disc.]

CLXIX: e elas **enton** queimen candeas por nós e por si e nós, meni-
nhas, bailaremos i.
[+ mob.], [+ oper. disc.]

CCCXXII: se a crevestes **enton**, e que co[n]fonda min, se verdad’ é.
[+ mob.], [+ oper. disc.]

CCCXXIII: (...) **Enton** ve[e]redes molher andar pós min
[+ mob.], [+ adv. junt. de valor conclusivo]

CCCXXV: quitade ben o coração de min e ide-vos **enton**.
[+ mob.], [+ adv. junt. de valor temporal]

Quadro²¹ demonstrativo de traços [± prototípicos] (séculos XII, XIII E XIV)

Traços [+ prototípico]					
sincronias	pass	mob	adv		
XII, XIII, XIV	x	x	x		
Traços [- prototípico]					
sincronias	pr./fut.	pos. fixo	adv. junt.	conj.	op. disc.
XII, XIII, XIV	x		x		x

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados demonstram que o processo de gramaticalização do advérbio temporal *então* já vinha ocorrendo em sincronias anteriores. A presença do traço [+ mobilidade], em todas as ocorrências, em oposição à ausência do traço [+ posicionamento fixo], exclui, de forma automática, a inserção do item *então* na classe das conjunções, conclusão a que se chega quanto não é encontrado o traço [+ conjunção].

²¹ Devido à formatação, o quadro foi dividido em dois; no entanto a sua leitura deve ser realizada na linha horizontal, em seqüência. Desse modo, nas sincronias analisadas, o item apresenta os seguintes traços: [+referência temporal passada], [+mobilidade], [+advérbio], [+referência temporal presente/futura], [+advérbio juntivo], [+operador discursivo].

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Essa constatação nos permite questionar ou, pelo menos, reanalisar a postura das descrições dos atuais compêndios de gramática, quando inserem o item *então* entre as conjunções conclusivas.

Por outro lado, o *corpus* analisado, por se aproximar da modalidade oral, atesta a coexistência de traços [\pm prototípicos], já permitindo o emprego desse item como operador discursivo. Essa coexistência, por conseguinte, não nos permite traçar limites estanques para estádios de gramaticalização.

Além disso, pode-se afirmar que o uso do operador discursivo não pertence ao estágio atual da língua, conforme os dados obtidos na análise das *Cantigas de Amigo*.

Este levantamento nas *Cantigas* vem complementar resultados já comprovados em outros *corpora*, conforme já mencionamos. Apesar disso, é importante ressaltar que esses dados são referentes aos *corpora* eleitos para análises por nós efetuadas. Isso significa que pesquisas posteriores podem revelar outros dados divergentes dos aqui apontados.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da língua portugueza*. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1881.

BECHARA, E *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CÂMARA JR. J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

Cantigas d'Amigo dos trovadores galego-portugueses. Edição crítica, acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por J. J. NUNES. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928-1929.

CUNHA, M. A. F. da; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (orgs) *Linguística funcional: teoria e prática* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DICIONÁRIO UNESP do Português contemporâneo. Organizador Francisco S. Borba e colaboradores – São Paulo: Unesp, 2004.

DIACRONIA

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTELOTTA, M. E.; ALCÂNTARA, F. Discursivização da partícula *né*? **In:** MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (orgs.) *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 277-291.

MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

MEGALE, H. A presença dos dois períodos do português arcaico em um mesmo códice do século XV: A Demanda do Santo Graal. **In:** *Descrição do Português: lingüística histórica e historiografia lingüística*. Organizado por Gladis MASSINI-CAGLIARI *et al.* Araraquara: Unesp, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002. p. 119-140.

NEVES, M. H. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

NUNES, J. J. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Clássica, 1945.

PEZATTI, E. G. As construções conclusivas no português falado. **In:** ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (orgs.), *Gramática do português falado – Vol. VII Novos estudos descritivos*. Campinas: Unicamp, 2002.

PAUL, H. *Princípios fundamentais da história da língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966 [1886].

RISSO, M. S. O articulador discursivo ‘então’. **In** CASTILHO, A. T.; BASILIO, M. (orgs.). *Gramática do português falado – Vol I: A ordem*. Campinas: Unicamp, 1996.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 2ª ed., São Paulo, Melhoramentos, s.d.?.]

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TORRINHA, F. *Dicionário Latino Português*. Porto: Gráficos Reunidos, 1986.

TRAUGOTT, E. C.; KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. **In:** TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdã: John Benjamins, 1991, vol 1.

VOTRE, S. J. *Cognitive verbs in Portuguese and Latin. Unidirectionality revisited*. Santa Bárbara: Universidade da Califórnia, 1999. (mimeogr.)

DIACRONIA

O PORTUGUÊS DO BRASIL: A LÍNGUA DE ALENCAR

Jorge Marques

O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?

(José de Alencar)

Geralmente, ao lermos comentários acerca da obra de José de Alencar e de sua importância para as letras brasileiras, encontramos a afirmação de que o escritor romântico foi o primeiro – ou um dos primeiros – a se preocupar com a criação e reivindicação de uma chamada “Língua Brasileira”, a qual estaria, portanto, descolada e diferenciada da língua portuguesa. Evocam-se algumas características gerais do movimento literário do qual Alencar foi ativo participante – o Romantismo –, destacadamente o sentimento de nacionalidade, a valorização e o estudo da cultura brasileira para justificar-se a pretensão alencariana de se efetivar a criação deste novo sistema lingüístico. Basta isso para que se crie o equívoco que hoje já se encontra em vias de se tornar lugar comum: o de que José de Alencar foi um dos idealizadores intelectuais, no século XIX, da criação de uma “Língua Brasileira”.

Nada mais falso, no entanto. Se observarmos de forma detida e analítica a produção ensaística de Alencar – contida principalmente nos prefácios de seus romances –, constataremos que algo diverso da “Língua Brasileira” era o que procurava o escritor romântico. Não sendo um lingüista nem um estudioso profundo do fenômeno lingüístico, e, portanto, confundido-se e cometendo alguns tropeços quanto ao uso de nomenclaturas, mesmo assim Alencar deixou clara a sua mensagem: a Literatura Brasileira já possuía suficiente maturidade para ser desenvolvida através de um estilo próprio e que refletisse o espírito de nossa nacionalidade.

Alencar não acreditava que deviam os escritores brasileiros se submeterem às regras e normas de estilo que remetiam à época renascentista – fato comum na época –, mas sim escreverem de maneira que melhor lhe aprouvessem e melhor favorecesse a qualidade literária de seus escritos, defendendo, deste modo, a liberdade de expressão brasileira com o seguinte argumento: “Se nós, os brasileiros, escrevêssemos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

livros no mesmo estilo e com o mesmo sabor dos melhores que nos envia Portugal, não passaríamos de uns autores emprestados” (Alencar, *apud Melo*, 1972, p. 39). Que lúcida e brilhante observação esta, a qual não se desgastou com o tempo – basta lembrarmos das falas de Oswald de Andrade, cerca de meio século mais tarde, a proclamar que, para que a cultura literária brasileira se tornasse universalmente reconhecida, seria necessário que os escritores não imitassem estilos externos, mas sim desenvolvessem aqui no Brasil algo próprio a fim de que os outros povos nos notassem por nossas manifestações originais, e não por cópias pouco imaginativas.

As reivindicações propostas por Alencar não constituem o projeto de efetivação de uma “Língua Brasileira”, mas constataam algo bastante patente: a visível mutação sofrida pela língua portuguesa no Brasil, adaptando-se às circunstâncias locais. É assim que o escritor adverte para a “tendência, não para a formação de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal” (*ibidem*, p. 24).

Defesa de estilo literário próprio, valorização de escritos que privilegiassem vocabulário e sintaxe tipicamente nacionais e consideração de um “dialeto brasileiro” (o qual seria tão-somente o que hoje chamamos de falar do Brasil): eis o que defendia, em seus escritos, José de Alencar. Entretanto, se tais foram as posições defendidas teoricamente pelo escritor, na prática nem sempre ele as levou até as últimas conseqüências quando da composição final de seus romances. É assim que, ao lado do “estilo brasileiro”, por ele proposto e defendido, temos em seus escritos literários a presença marcante de elementos que remetem a uma tendência classicizante no manejo com a língua. Esta dicotomia constituirá nosso principal elemento de análise a partir de agora. É importante ressaltarmos, a propósito, que o brilhante estudo realizado pelo professor Gladstone Chaves de Melo (1972) acerca do assunto serve como base para diversas das questões a serem aqui expostas.

ALENCAR E O “ESTILO BRASILEIRO”

Como já foi dito, Alencar foi um veemente defensor de um modo de fazer literário que reportava às raízes do escritor brasileiro. Em conseqüência disso, várias foram as suas formas inovadoras no trato e no manejo com a língua, o que lhe rendeu críticas de diversos estudio-

DIACRONIA

que passaram a se dar ao trabalho de catar supostos “erros” presentes nas obras alencarianas. Dentre as inovações propostas por Alencar em seus romances, podemos destacar as seguintes:

Utilização de “vocabulário brasileiro”

Ao mencionarmos a expressão “vocabulário brasileiro”, fazemos referência aos tupinismos e brasileirismos que povoam os romances de Alencar, notadamente os do ciclo indianista. O escritor preocupava-se de tal forma com este aspecto da sua obra que se dedicava à pesquisa exaustiva de nomes indígenas para fazer uso deles em seus escritos. Importa notar que José de Alencar não se limitou a lançar aqui e ali, dentro de seus textos, diversos vocábulos de sabor tupinista. Desenvolvendo seu estilo, o escritor cearense dedicou-se a promover uma série de comparações, que acabaram por constituir marcas registradas suas. Tomemos *Iracema* e teremos os seguintes exemplos: “O favo do jati não era doce como seu sorriso” (Alencar, *apud* Melo, 1972, p. 56); “o gavião paira nos ares. Quando a nambu levanta, ele cai das nuvens e rasga as entranhas da vítima. O guerreiro tabajara, filho da serra, é como o gavião” (*Ibidem*); “O coração de Iracema está como o abati na água do rio” (*Ibidem*).

Em suma, podemos afirmar que “o gosto de Alencar pelos tupinismos” (Melo, *op. cit.*, p. 56) é um dos fatores que melhor evidenciam a preocupação do escritor pelo desenvolvimento de um estilo de escrever próprio e tipicamente nacional, o que colaborou para a implantação de um sistema literário liberto de cânones lingüísticos europeus.

Colocação pronominal

A localização dos pronomes oblíquos dentro da oração sempre foi motivo de controvérsias. Vale notar, por exemplo, que se em Portugal temos como fato comum a utilização do pronome oblíquo átono após o verbo, no falar brasileiro o pronome vem anterior ao verbo da oração. O que se deve levar em conta, a propósito, é que “na nossa língua a ordem das palavras é muito livre, e que todas as formas de colocação dos pronomes são igualmente válidas no português” (Sérgio, *apud* Melo, *op. cit.*, p. 104). Nos dias atuais, já se concluiu que, no texto literário, os pronomes devem ser usados de maneira que tornem mais agra-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dável o ritmo e a eufonia do texto, optando-se assim por liberar a colocação de pronomes de regras específicas.

Nem sempre foi assim, porém. No passado, eram rígidas as análises feitas quanto à colocação pronominal. Escritor que tem em um de seus fundamentos a preocupação com a estética textual, Alencar pouco se importou com a gramatiquice asfixiante que predominava nos meios letrados de sua época. Optou, deste modo, por manejar os pronomes da maneira que melhor achasse cabível. É assim que aparecem, em sua obra, pronomes localizados de forma regular - “Não pode mais separar-se” (Alencar, *apud Melo*, 1972, p. 106); Ceci não se há de zangar mais” (Alencar, *apud Melo*, 1972: 105) - e irregular - “Quando lembrou-se que o italiano podia vê-lo” (Alencar, *apud Melo*, 1972, p. 106) (a conjunção *quando* atrai o pronome oblíquo *se*, que deveria ficar junto a ele); “Aquela que roubou-me o amor” (Alencar, *apud Melo*, 1972, p. 107) (o *que* atrai o oblíquo *me*, que deveria ficar junto a ele).

A partir da exemplificação acima, concluímos que, especificamente no caso da colocação de pronomes, Alencar optou por esta ou aquela colocação específica a partir de sua intuição de romancista, destinando ao pronome oblíquo a localização que melhor lhe favorecesse a estética do texto.

Utilização de expressões coloquiais normativamente inadequadas

É polêmico o teor de algumas expressões violadoras da norma culta da língua portuguesa que, vez por outra, aparecem nos escritos de Alencar. Enquanto uns pensam tratar-se de efetivos deslizes e descuidos por parte do autor, alguns outros apelam para o contexto no qual estas expressões aparecem, muitas delas figurando em diálogos e tendo, supostamente, a função de registrar o modo pelo qual se expressam as personagens. A seguir, destacamos alguns destes casos presentes na obra alencariana:

A. Concordância – Verbos *haver* e *fazer*. Exemplifiquemos: “Depois de amanhã fazem três semanas [que eles partiram]” (Alencar, *apud Melo*, 1972, p. 118); “[Peri] guiava-o [D. Antonio de Mariz] aos lugares onde haviam terrenos auríferos ou pedras preciosas” (Ibidem). Segundo a gramática normativa, os dois verbos deveriam manter-se no singular. Quanto ao primeiro exemplo, porém, pelo fato de ele estar in-

DIACRONIA

serido na fala de uma personagem (Isabel), que não teria, no momento, nenhum compromisso maior no cuidado com a língua, argumentam alguns ter sido propositadamente elaborado o desvio, caracterizando assim o caráter coloquial da fala; quanto ao caso do verbo *haver*, porém, o deslize do autor parece patente (a frase encontra-se enfeixada em pleno discurso do narrador), não obstante Melo afirmar que “é sabido que há alguns raros exemplos deste teor em escritos portugueses” (Melo, *op. cit.*, p. 118).

B. Regência verbal – Relaciona-se especificamente ao caso do verbo *preferir*. Classicamente, diz-se: “Prefiro isto a aquilo”, sendo *a* o termo regido do verbo. Em determinados momentos de sua obra, porém – e, notadamente, estes momentos são constituídos por diálogos – Alencar utiliza o verbo acompanhado do complemento *do que*: “Prefiro estar onde estou do que por aí, metido nalgum despenhadeiro” (Alencar, *apud Melo*, 1972, p. 106), regência esta característica da fala coloquial, além de favorecer fortemente a sonoridade do período.

ALENCAR E A LÍNGUA FORMAL

Até este momento, demos especial destaque ao caráter inovador do manejo lingüístico estruturado por José de Alencar em suas obras. Priorizamos apresentar determinados aspectos característicos de seu texto que indicam a força do estilo brasileiro nele presente. A partir de agora, porém, colocaremos em pauta outro aspecto do estilo alencariano: suas ligações com as formalidades clássicas, reportando-se de modo amiúde a escritores como Camões ou Antonio Vieira. Fica logo evidente uma profunda – e, até certo ponto, bastante interessante – contradição. Se, por um lado, Alencar defende veementemente a liberdade do artista brasileiro em expressar-se em um estilo que estivesse a fim com o espírito nacional, por outro lado praticará um estilo que em muito bebe na fonte de escritores da Literatura Portuguesa. O que se consegue observar é que José de Alencar não conseguiu levar às últimas consequências, na prática ficcional, aquilo que advogava em sua obra ensaística. Viveu assim o dilema estilo brasileiro/ língua formal, trafegando pendularmente entre um e outra. Constatemos, a seguir, em quais aspectos da obra de Alencar pode ser apontada a presença de uma prática lingüística classicizante:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Expressões literárias

O tom elevado da prosa alencariana, o aprumo vocabular e a perfeita utilização de adjetivos são alguns dos elementos que evidenciam as raízes clássicas nas narrativas do autor.

Para comprovarmos de maneira concreta esta realidade na obra do escritor cearense, lançaremos mão de parte de trechos de obras já exemplificados e estudados por Gladstone Chaves de Melo para, a seguir, estabelecermos uma série de comentários acerca das passagens que ora citaremos: “Há três *sóis* partimos para a caça” [Cf. “Porém já cinco *sóis* eram passados/ Que dali nós partíramos” (Lus., V, 37)] (Melo, *op. cit.*, p. 75); “Se queres falar, teu *hóspede* escuta” [*Hóspede* aqui é quem dá hospedagem, significação comum na língua clássica] (Melo, *op. cit.*, p. 78); “*Tanto que* os dois guerreiros tocaram as margens do rio, ouviram o latir do cão a chamá-los” [*tanto que* = *logo que*: locução conjuntiva temporal freqüentíssima na língua clássica usada até o século XVIII e tornada muito mais rara na língua contemporânea (...)](Melo, *op. cit.*, p. 79).

Creemos que os trechos acima compilados tornam bastante evidenciado o caráter classicizante da língua de Alencar. Isto pode parecer contraditório, já que anteriormente destacamos a reivindicação do autor por um estilo nacional e seu gosto por tupinismos. Vale relembrarmos, porém, o caráter dúbio da posição estética tomada por José de Alencar, que nem sempre efetivou em suas obras romanescas o que preconizou em suas obras ensaísticas. Daí que, em seus textos, conviverão, lado a lado, expressões de origem tupi e expressões de cunho quinhentista, vocabulário tomado do falar coloquial brasileiro e vocabulário de raízes arcaicas, estilo eminentemente nacional e estilo influenciado pelos clássicos.

Construções literárias

O preciosismo muitas vezes caracteriza o estilo de Alencar quando de sua seleção vocabular. Tal aristocracia textual continua presente, do mesmo modo, na estrutura frasal que compõe a língua de Alencar, caracteristicamente clássica e, até certo ponto, arcaizada. Este item do trabalho objetiva promover a análise destas construções, abaixo destacadas:

DIACRONIA

A. Utilização de regências clássicas – Como, por exemplo, no caso do verbo *começar*, ao qual Alencar faz acompanhar a preposição *de*: “Começou de cismar” (Alencar, *apud* Melo, 1972, p. 96). Outro exemplo de regência clássica no texto alencariano encontra-se presente na seguinte passagem: “Sentido da mágoa que causara” (Alencar, *apud* Melo, 1972, p. 94), com o *de* na regência do complemento da passiva.

B. Construções estruturais clássicas – Façamos notar, por exemplo, a passagem “Mas *seus olhos dela* não se cansam de acompanhar à parte e de longe o guerreiro e o senhor” (Alencar, *apud* Melo, 1972, p. 94), onde aparece a construção de tom pleonástico “seu dele”, comum na língua portuguesa arcaica. Outro sinal de arcaização da língua de Alencar encontra-se presente na utilização de verbos intransitivos pronominais, como ocorre na frase “De um pulo *sumiu-se* numa grande noite de arvoredo” (Alencar, *apud* Melo, 1972, p. 99), que remonta estruturas antigas do português.

C. Utilização de verbos reflexivos sem o pronome acompanhante – Este aspecto da língua de Alencar se destaca estilisticamente pela quantidade de vezes que aparece em seus textos. Foi o escritor cearense muito criticado em sua época por gramáticos que o acusaram de utilizar equivocadamente os verbos reflexivos, fato que o levou a defender-se usando como respaldo a figura de Antonio Vieira, escritor de máxima erudição e formalismo clássico, e que mantinha a mesma prática em seus escritos. Vale lembrar que não só Antonio Vieira utilizava os pronomes reflexivos de tal forma, mas também o faziam uma série de escritores portugueses, como Camões, Bernardes e Heitor Pinto, o que nos leva a inserir tal prática em mais uma atitude de formalismo clássico da prosa de Alencar, não obstante alguns estudiosos terem-na considerado um “erro”.

O PORTUGUÊS DO BRASIL É A LÍNGUA DE ALENCAR?

O aspecto estilístico do trabalho com a língua promovido por José de Alencar reflete todo o caráter dúbio de seu projeto romanesco e, por extensão, de todo o movimento romântico brasileiro. É assim que as propostas teóricas de Alencar, como já foi assinalado oportunamente, se por um lado refletem já um certo amadurecimento do sistema literário brasileiro, por outro lado jamais são levadas até as últimas consequências na prática, havendo, por assim dizer uma concessão do escritor a

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

posicionamentos outros. Este descompasso que perpassa toda a obra de Alencar e que caracteriza, no final das contas, certa dose de artificialismo por parte do projeto do escritor, deve, porém, merecer compreensão: sendo um pioneiro na reivindicação de um estilo brasileiro de escrever, assunto tão polêmico em época de gramatiquice caturra, não se pode exigir de Alencar total coerência entre teoria e *práxis*, mas somente louvã-lo por, com suas propostas, ter ajudado a impulsionar e a efetivar um sistema literário caracteristicamente brasileiro. Tal fato foi, a propósito, reconhecido por muitos dos escritores modernistas, como Mário e Oswald de Andrade, ao repensarem as idéias do escritor cearense no século XX e a ele se referirem como “meu irmão Alencar”.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, J. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1975.
- ELIA, S. *Estudos filológicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Grifo, 1956.
- . *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: MEC, 1961.
- MELO, G. C. de. *Alencar e a “língua brasileira”*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- . *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.
- . *A língua do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Presença, 1986.

DIACRONIA

SAINT-HILAIRE, POHL, GARDNER E CASTELNAU A EXOTICALIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DE GOIÁS E A GRAFIA DOS TOPÔNIMOS

Karylleila dos Santos Andrade (UFT)

INTRODUÇÃO

Do século XVI até fins do século XVIII, a produção científica e intelectual no Brasil era escassa. Logo que se apossou do território brasileiro, o governo português, em detrimento da política comercial expansionista dos primeiros séculos de colonização, proibiu a entrada de estrangeiros no país. A intenção era resguardar para si as informações sobre as potencialidades econômicas e os recursos exploráveis. Isso garantiu a Portugal o monopólio de exploração e comércio: a política econômica mercantilista foi sistematizada por meio da exclusividade. Mesmo com as restrições de caráter político-econômica, as informações que chegavam a Portugal orientavam quanto aos recursos naturais e a melhor maneira de submeter os habitantes nativos a sua política mercantilista. Os relatos dos missionários envolvidos na pacificação e doutrinação dos índios intencionavam chamar a atenção do rei de Portugal para as riquezas potenciais do Brasil e como dela tirar o melhor proveito.

Somente com a instalação da Corte joanina é que as autoridades reconheceram a importância de divulgar conhecimentos de natureza científica sobre o país, relaxando o histórico embargo à vinda de estrangeiros ao Brasil. Em 1808, D. João VI assinou o decreto de Abertura dos Portos Brasileiros às nações Amigas. Deu-se início a ruptura com o antigo sistema colonial. Essa abertura dos portos ao exterior pode ser compreendida com um marco na história das pesquisas científicas sobre o Brasil.

Inserir o Brasil no círculo das monarquias européias, pelas vias diplomáticas, fazia parte da nova política adotada pelo governo D. João VI: era preciso tirar o país do obscurantismo. Como não havia no Brasil uma estrutura educacional erudita, foi preciso fomentar a vinda de cientistas estrangeiros: botânicos, zoólogos, geógrafos, geólogos, mineralogistas, com a intenção de conhecer e divulgar a região. Etnocêntricos, viam no Brasil a oportunidade de desfrutar de uma natureza exuberante e virgem, cujas especificidades naturais eram completamente diferentes

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

da Europa. O resultado da produção científica dos viajantes estrangeiros foi fruto da política imposta pela expansão do capitalismo no país.

A “moda” era analisar e descrever os países “descobertos”: investigar “o outro”. Conhecer, “ao vivo”, quem era esse outro exerceu, sobre os intelectuais europeus, um desejo e fascínio, mesclado ao misticismo, à exoticalização e à cientificidade. Essa motivação pode ser considerada como a mola propulsora das atividades dos viajantes estrangeiros em terra brasileira. A visão de mundo do ‘eu’ europeu deixava evidente sua dificuldade em vivenciar a diferença: considerava-se como o centro de tudo e todos, os “outros” eram apreendidos e sentidos pelos valores e modelos da cultura européia. O outro é aquele que não se identifica; é aquele cuja descoberta causa êxtase. É a própria diversidade do real que invoca o problema da alteridade: o fascínio da aventura, da tensão, do sofrimento. Os relatos dos viajantes na Província de Goiás são marcados por idéias etnocêntricas.

Para Todorov (1983, p.03), essa percepção do outro se amplia, abrangendo o outro, ou o outro em relação a mim. Ou então como grupo social concreto ao qual não pertencemos. Esse grupo, por sua vez, pode estar contido numa sociedade: as mulheres para os homens, os ricos para os pobres, os loucos para os ‘normais’. Ou pode ser exterior a ela, uma outra sociedade que, dependendo do caso, será próxima ou longínqua: seres que em tudo se aproximam de nós, no plano cultural, moral e histórico, ou desconhecido, estrangeiros que chegaram a hesitar que pertencemos à mesma espécie.

O viajante, ao deixar seu país de origem, entra na condição de estrangeiro. O cotidiano, a cultura, a língua e o referencial de identidade implicam uma outra existência e realidade: o outro. A noção de tempo dos viajantes não é a mesma do outro. Seu tempo é o “tempo em viagem”, resguardado por uma visão eurocêntrica.

SAINT-HILARIE, POHL, GARDNER E CASTELNAU E O SENTIMENTO DE EXOTICALIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DE GOIÁS

As viagens dos naturalistas têm um marco na história da cultura da ciência no país. No Brasil, época da vinda da corte portuguesa, inaugura o período áureo para a ciência. D. Pedro II, conhecido na época

DIACRONIA

como “*mecenas da Sciencia*”, era, particularmente, apegado às teorias científicas da época, sobretudo, às européias. Procurava apresentar o país no exterior como um berçário para novas descobertas.

Von Martius, Saint-Hilaire, Castelnau, Agassiz, influenciados por Humboldt, tomaram a difícil decisão de ver o Brasil com “os próprios olhos”. A organização de tais viagens exigia meses de preparo: definir o itinerário, organização do material científico, provisões, ajudantes, cartas de recomendações do governo brasileiro e autoridades locais das regiões visitadas. A maior parte do financiamento dessas expedições partia dos governos europeus. Os que não recebiam esse tipo de fomento procuravam vender o material coletado a museus.

O incentivo, por parte dos governos estrangeiros, tinha como objetivo não apenas o desenvolvimento científico e cultural, mas também, a promoção do conhecimento sobre as potencialidades exploráveis dos países visitados e colonizados. As viagens eram marcadas por contemplações e observações da natureza. Por outro lado, relatavam as situações difíceis e inusitadas por que passavam: problemas como doenças, travessias de rios perigosos, picadas de animais e insetos, confrontos com índios, chuvas torrenciais. Ao mesmo tempo em que pareciam estar no paraíso, estavam no inferno.

Os interesses das viagens de Saint-Hilaire, Pohl, Castelnau e Gardner ao Brasil, no século XIX, foram estudos e pesquisas de caráter botânico, geomorfológico, zoológico, antropológico: conhecer os recursos naturais e o homem. Suas expedições eram constantemente acompanhadas de artistas como Louis de Choris e Thomas Ender. A iconografia e os relatos de viagem andavam juntos e tinham como intuito descrever o modo como os diversos elementos compunham cada lugar. Os desenhistas e pintores, nas expedições, aproveitavam seu trabalho para difundir o nosso país no exterior.

Houve, por parte dos viajantes, pouco interesse em conhecer a Província de Goiás, o que pode ter sido consequência das dificuldades de acesso ao interior do país. Não só a localização geográfica, mas a própria situação socioeconômica da região não era propícia às visitas das expedições. A Província passava por uma crise decorrente da quase extinta produção aurífera, antes motivo de explosão demográfica. Agora, com a queda da atividade mineratória, Goiás vivia uma economia primária de subsistência, que aos olhos dos viajantes era a própria de-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cadência. Insistiam em estabelecer “verdades”, a partir de suas visões deturpadas da realidade goiana. O fato de não compreenderem a realidade local impulsionou-lhes a emitir julgamentos e opiniões a partir de seus olhares etnocêntricos.

As memórias dos viajantes naturalistas à Província de Goiás, no século XIX, como Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau, quando faziam referência ao seu “descobrimento”, eram baseadas numa visão mítico-épica. Conforme Doles e Nunes (1992, p.85), quando se referem à fase do descobrimento de Goiás, baseiam-se na tradição oral e em fontes oficiais. Num meio social tão limitado como o da fase inicial da ocupação, a transmissão oral prevalecia quase sempre sem a confirmação por parte das informações oficiais.

Os viajantes assimilaram a tradição oral e o seu caráter épico como “verdades”, resguardando os descobridores como heróis de uma época, descrevendo suas conquistas e a coragem de terem percorrido uma região considerada inóspita. Ao mesmo tempo, destacavam as dificuldades enfrentadas por eles: a busca pelo ouro, as batalhas sangrentas e cruéis que travavam com os índios. Ainda assim, são heróis e suas aventuras são lembradas e enaltecidas. Saint-Hilaire, no livro *Viagens às nascentes do São Francisco*, narra o heroísmo de Bartolomeu Bueno, caracterizando-o como destemido, forte e corajoso.

Em um dos trechos do seu livro, Pohl relata que as lendas das riquezas que os habitantes outrora extraíam da terra chegavam ao anedótico, aos limites do fabuloso, a exoticalização. Quanto à figura mítica de Bartolomeu, o viajante reafirma o olhar de Saint-Hilaire assinalando que Bartolomeu Bueno da Silva era igualmente muito ignorante, mas valente, astuto e de caráter perseverante.

Na literatura dos viajantes, dentre as razões para o declínio da mineração na Província de Goiás estão a falta de mão de obra na exploração das minas, o uso de técnicas rudimentares de extração do ouro e a preocupação demasiada com o quinto. É consenso entre os estudiosos que a decadência da Província de Goiás ocorreu no período após a mineração.

A falta de estradas e comunicações, a inércia da população e a questão racial criam, no imaginário dos viajantes, um confronto com suas visões de mundo, de progresso e civilização. Segundo Chaul

DIACRONIA

(2001, p.51), eles chegavam a terra imaginando a região de Goiás um esplendor devido à mineração, que atrelara a região à cadeia da produção capitalista, elo presente na corrente do progresso. No entanto, depa-raram-se com uma Província onde a crise imperava em seus múltiplos aspectos econômicos, sociais e culturais.

Os viajantes europeus olhavam para Goiás e viam apenas um deserto de homens, sem estrutura e perspectivas de vida, sem estradas e meios de comunicações, inertes, parados diante do ócio, muito diferente das atitudes e valores da vida européia. Perplexos diante da realidade que lhes ofuscava não conseguiam perceber as razões econômicas e sociais que levaram a Província àquela situação.

A GRAFIA DOS TOPÔNIMOS REGISTRADOS PELOS VIAJANTES NATURALISTAS NA PROVÍNCIA DE GOIÁS

O naturalista vê nas representações pictóricas, iconográficas e na retórica de suas narrativas, a oportunidade de descrever a ciência. Intenciona “ver com os olhos”, descrever, compreender o ambiente físico e antropocultural: quer antes de tudo aguçar os outros sentidos: ouvir e sentir os fenômenos da natureza e da sociedade.

Como cientistas, sentiam necessidade de conhecer os nomes dos lugares, ou melhor, o porquê da etimologia desses nomes: fauna, flora, elementos geomorfológicos, cultura espiritual, os grupos indígenas e outros. Para isso, contavam com os documentos oficiais que encontravam nas igrejas, cartórios, bem como com os registros da tradição oral.

Como resultado de suas viagens e a publicação de seus relatos, esses homens-viajantes saíam de suas terras como aventureiros e voltavam como heróis. Ao produzirem suas narrativas, propiciaram a criação de uma imagem e impressão, pondo-se, ao mesmo tempo, como tradutores e intérpretes de uma realidade natural, física e humana diferente das suas: a intenção era sempre realçar as diferenças.

Dos viajantes estudados, Saint-Hilaire foi o mais minucioso em relação à descrição dos topônimos brasileiros. Dedicado e preocupado com a possível confusão que poderia vigorar nas leituras e registros dos viajantes, realizou um trabalho que consistia em não alterar a nomenclatura geográfica brasileira, esforçando-se por registrar a grafia mais cor-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

reta dos topônimos. Reconheceu, durante suas viagens, que havia nos textos e mapas topônimos descritos de várias formas. Talvez seja por isso que tece críticas à descrição dada, principalmente, por Pohl e Gardner. Esses viajantes, conforme sua crítica, registravam de maneira equivocada certos topônimos referentes a localidades, nomes de grupos indígenas, rios, córregos.

Quando percebia as incoerências nas grafias descritas de forma diferente, consultava as autoridades da região e recorria à etimologia das palavras. Sempre que possível utilizava o uso dado pela comunidade e o próprio bom senso. Faz referência ao General Raimundo José da Cunha Mattos, que deixou claro a necessidade de se conservar a nomenclatura já consagrada pelos habitantes do Brasil. A respeito disso se dizia preocupado, já que Pohl, por ter desejado seguir a ortografia alemã e por não ter o domínio da língua portuguesa, cometeu vários equívocos.

[...] Assim, não encontrando em sua língua uma letra correspondente a *j* dos portugueses e dos franceses, ele escreveu *cashoné* ao invés de *cajoné*, e não lhe sendo possível reproduzir graficamente o som *nh* português ou do *gn* francês, ele registrou *tapanio* em lugar de *tapanho*. De resto, sou levado a crer que, à falta de um melhor conhecimento da língua portuguesa, ele tenha deixado escapar vários erros. Se, por exemplo, *itpé* quer dizer homem branco não é plausível que *itpé-pri*, evidentemente um composto de *itpé*, signifique criança em geral. (Saint-Hilaire, 1976, p. 68)

De acordo com os relatos do viajante, essas podem ser compreendidas como causas que, de certa forma, proporcionaram confusões entre as grafias registradas por vários viajantes.

O processo de assimilação, que desempenha um papel fundamental no processo de evolução das línguas, pode ser reconhecido com um dos responsáveis pelo grande número de alterações fônicas nos exemplos coletados. A assimilação é um processo comum em que ocorre uma ação assimilatória, uma modificação de um fonema em virtude de uma aproximação com outro fonema vizinho. Desde que entre esses dois fonemas em contato haja traços articulatórios comuns.

Ex.: 1 “[...] foi confiada a direção dessas aldeias aos jesuítas, que logo exerceram sobre o **Acroás** [...]”. (Saint-Hilaire, 1975, p. 62).

Ex.: 2 “Gardner escreve erroneamente **Coroás** e Aldeia do Duro.” (Saint-Hilaire, 1975, p. 62)

DIACRONIA

Ex.: 3 “[...] porecamecrãs, **coroados** ou **coroás** e **coroas-mirins** [...]”. (Pohl, 1976, p. 125).

A assimilação é resultante da influência que um fonema exerce sobre o outro. Nos exemplos descritos acima *acroás*, *coroás*, identificamos em *coroás* a supressão vocálica inicial, identificado pelo processo da aférese. Em seguida, a inserção de um fonema no meio de uma sílaba, permitindo a formação de uma sílaba CV pelo processo da assimilação vocálica. Em *coroados* a inserção de uma consoante e uma vogal epentética.

Ex.: 4 Saint-Hilaire, quanto ao topônimo *Carajás*, diz que registra este nome conforme sua pronúncia na região. Acrescenta que Casal designa essa mesma tribo pelo mesmo nome de Carajás, e nas Memórias de Pizarro é encontrada a grafia *Carajós*. Já Pohl registra como *Carajaís*.

carajás carajós carajaís

O topônimo *carajós* pode compreendida como um processo por analogia ao etnotopônimo *carijó*. Cria-se uma forma lingüística nova ao lado de uma forma existente. Em *carajaís*, ocorre a inserção de uma vogal epentética.

Ex.: 5 No que diz respeito ao topônimo *Araguaia*, Saint-Hilaire esclarece que não há nenhum inconveniente em adotar o nome *Araguai* ao invés de Araguaia “mas é preciso tomar cuidado, como já advertiu Balbi (Geografia Universal), para não confundi-lo com Uruguai ou Uruguai, como já aconteceu centena de vezes.” (Saint-Hilaire, 1976, p. 84). Castelnau descreve-o como *Araguay*, *Araguaia* ou *Araragoa*.

Nas descrições dos topônimos *Araguaia* e *Araguay* ou *Araguai*, dos dois viajantes, identificamos a opção gráfica do *i* pelo *y*. Também ocorre uma supressão da postônica final [a]. Identificamos também em *Araguai* a analogia que se faz com o próprio topônimo *Uruguai*. Em *Araragoa* há a presença da reduplicação do morfema *-ra-*. Para Nide (*apud* Câmara Jr. 1964, p. 102 e 103), sua verdadeira natureza lingüística é muito mais sutil e abstrata, pois não é a fração fônica que o constitui senão pelo fato dela se repetir. É um fenômeno interessante ligado às exigências da linguagem enfática e assenta no valor intensivo da repetição. Na maioria dos casos em que ocorre a repetição de morfemas acontece para fins expressivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar e o discurso dos viajantes naturalistas do século XIX no Brasil foram alguns dos elementos fundamentais na construção da identidade nacional e na constituição das representações que alicerçaram a visão que hoje temos do caráter sociocultural e geográfico brasileiro.

Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau, em suas andanças pela Província de Goiás, tinham sempre como perspectiva e espelho o olhar do “civilizador europeu” etnocêntrico. A cientificidade e racionalidade constroem os olhares desses naturalistas. Interpretam o ambiente a partir de si mesmo, dos seus próprios signos e significados, valores e visões de mundo europeu.

Em suas narrativas, motivados pelo próprio papel que desempenham, há uma preocupação, principalmente por parte de Saint-Hilaire, em certificar a grafia e até mesmo a pronúncia dos nomes dos lugares, rios, córregos, etc. Para ele, essa confusão poderia resultar numa incoerência que poderia prejudicar a leitura dos textos dos viajantes. Por isso, realizou um trabalho que consistia em não alterar a nomenclatura geográfica brasileira, esforçando-se por registrar a grafia mais correta dos topônimos. Identificou em seus trabalhos que havia registrados em mapas e textos encontrados em cartórios, igrejas e estabelecimentos descritos de várias formas.

Mesmo com as incoerências nos registros e pronúncias, Saint-Hilaire utilizou como parâmetro e “veracidade lingüística” a etimologia das palavras e, quando achava necessário, consultava as autoridades da região para saber o que era mais falado, escrito ou aceito pela comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins*. Tese de Doutorado. 2006. Universidade de São Paulo.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 2ª ed. Goiânia: UFG, 1992.

DIACRONIA

CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo R. (Org) *Goiás: identidade, paisagem, tradição*. Goiânia: UCG, 2001.

CORRÊA, Margarida Maria da Silva. *Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850)*. In: CHAUL, Nasr Fayad Chaul; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Orgs.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: UCG, 2001, p 75-121.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

———. *Toponímia e antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos*. 2ª ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1999a.

DOLES, Dalísia Elizabeth; NUNES, Heliane Prudente. *Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus*. *Ciências Humanas em Revista*, Goiânia, UFG, v. 3, n. 12, 1992.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Tradução Milton Amado. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

MARTIUS, Carl P. von; SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

PACACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás*. 5ª ed. Goiânia: UCG, 1989.

———. *Ausência do índio na memória goiana*. *Ciências Humanas em Revista*, Goiânia, UFG, v. 3, n. 12, p. 59-70, 1992.

PINTO, João da Rocha. *O olhar europeu: a invenção do índio brasileiro*. *Comemorações Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, CNCDP, 1997.

POHL, Joahann Emmanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP, 1976.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5ª ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1987.

———. *Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o processo da ethnographia indígena no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1915.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

———. *Viagem à província de Goiás*. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

———. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

DIACRONIA

UM BREVE OLHAR SOBRE A MAÇONARIA

Sérgio André Barros Melo Carvalho
prof.serjao@terra.com.br

O TEMPLO: BREVE HISTÓRIA

A Ordem dos Cavaleiros Pobres do Templo de Salomão, mais conhecida como Templários, foi fundada em 1118, por Hughes de Payens e Geoffroi de Saint-Omer, dois nobres que renunciaram a todos os seus bens para viver na pobreza e servir a Deus como cônegos comuns. Começaram seu trabalho protegendo os peregrinos que se dirigiam à Terra Santa, para visitar o Santo Sepulcro, os quais eram atacados no caminho pelos sarracenos. Depois, os Templários se tornaram banqueiros e agentes de crédito na Europa medieval e, por isso, foram grandes aliados de reis e papas, desempenhando um papel fundamental nas Cruzadas.

Neste mesmo ano (1118), certos nobres devotos e tementes a Deus, pertencentes à categoria dos cavaleiros, dedicados ao senhor, manifestaram o desejo de viver perpetuamente na pobreza, na castidade e na obediência. Nas mãos do patriarca, prestaram juramento de servir a Deus como cônegos comuns. Os principais e mais ilustres desses homens eram o venerável Hugues de Payens e Geoffroi de Saint-Omer. (Tiro, 1976, p. 524-5).

Do final da segunda década do século XII até o início do século XIV, a Ordem foi ficando mais rica e poderosa, crescendo e expandindo-se; porém, tanto poder e riqueza não poderiam continuar sem despertar a cobiça e a inveja de muitos.

Já no pontificado de Clemente V, marionete do rei de França – Filipe IV, o Belo -, começa a delinear-se o fim dos templários como ordem, pois Filipe queria a unificação do Templo com a ordem do Hospital, para fazer de um de seus filhos o Grão Mestre da nova super Ordem. Desejava também livre acesso aos recheados cofres das Ordens, principalmente ao do Templo.

Como Jacques de Molay, Grão Mestre do Templo, negou-se a consentir na fusão, Filipe utilizou-se do processo da Inquisição, para implicar os templários nos crimes ali previstos. Sofrendo tortura psicológica e física, todos os Templários que foram capturados confessaram os crimes mais execráveis possíveis, passando por um processo que, à luz do que entendemos hoje como justiça, seria inaceitável.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Assim que as capturas tivessem sido feitas, os senescais e beleguins reais – juntamente com forças locais auxiliares que os tivessem ajudado – deveriam – colocar as pessoas [isto é, os Templários presos] em isolamento sob um a guarda boa e segura, fazer uma investigação preliminar a respeito deles e então chamar os assistentes do inquisidor e examinar a verdade com cuidado, usando de tortura se necessário. (Burman, 1994, p. 197).

Em 10 de Janeiro de 1308, o papa emite uma bula ordenando a prisão de todos os Templários nos reinos da cristandade e o confisco de suas riquezas e propriedades, que deveriam passar a partir daquele momento ao controle papal.

O julgamento dos templários era o produto de uma luta desigual entre papa e rei. Nessa disputa de vontade, a aquiescência inicial de Clemente foi seguida por uma necessidade premente de expressar seu protesto contra a ação de Filipe. Em fevereiro de 1308, ele suspendeu os processos contra os Templários por parte da inquisição, e os irmãos aprisionados seriam involuntariamente colocados num limbo legal e teológico que duraria seis anos. (Burman, 1994, p. 201).

Era claro que o rei Filipe não deixaria que a situação continuasse pela eternidade. Ele tinha a necessidade de impor sua vontade, de atingir seus objetivos, principalmente o financeiro, e faz com que Clemente no Concílio de Viena torne pública a decisão da supressão da Ordem do Templo.

A supressão da Ordem do Templo foi votada com uma maioria de quatro quintos, apenas dois dias depois, numa reunião secreta do Concílio de Viena, a decisão foi tornada pública numa cerimônia de 3 de abril de 1312, quando a bula de supressão, *Vox in Excelso*, foi lida na presença de Clemente V – que foi ladeado por Filipe, o Belo como que para garantir que não houvesse mudanças de último minuto. (Burman, 1994, p. 209).

Jacques de Molay e Geoffroi de Charney negaram suas confissões, mas foram queimados vivos numa pequena ilha do rio Sena, em 18 de março de 1314, data em que se determina a supressão da Ordem do Templo.

DO TEMPLO À MAÇONARIA

Os ex-templários em Aragão tiveram dificuldades de mudar da rotina militar para a monástica. Alguns se evadiram dos mosteiros, abandonaram o hábito e retornaram ao mundo secular. Ou desiludidos pelo que tinha ocorrido, ou simplesmente liberados da estrita disciplina da Ordem, alguns ex-templários tornaram-se mercenários e se casaram. Em alguns casos, sugeriu-

DIACRONIA

se que as pensões pagas eram polpudas demais, permitindo-lhes levar uma vida indolente. (Read, 2001, p. 315).

Muitos seguidores escaparam de sofrer o processo e se dispersaram, como vimos na citação anterior. A História nos dá, como opção para a Ordem do Templo, a sua total supressão; mas sabemos que isso não corresponde à realidade. Existem organizações que se intitulam herdeiras do Templo, de suas tradições e de seus conhecimentos esotéricos. A Maçonaria é uma dessas herdeiras, como se pode aferir na definição abaixo, proposta por um apêndice da maçonaria conhecido como Ordem de Molay, grupo que congrega jovens instruídos e treinados para os fins de reposição dos quadros da Maçonaria.

A Maçonaria é uma instituição fraternal iniciática, composta por homens que congregam ideais construtivistas como a Fraternidade, a Igualdade e a Liberdade.

Na maçonaria exerce-se a caridade que é um dos seus princípios, seus ensinamentos são tradicionalmente transmitidos por meio de suas simbologias, alegorias e analogias. Sobre a sua origem temos uma grande discussão, alguns acreditam que a maçonaria descende das Sociedades Iniciáticas do Antigo Egito, outros dos Antigos Construtores Medievais, e tem alguns que reivindicam a origem aos Cavaleiros Templários (Pierre, 2005).

De acordo com a maioria das autoridades maçônicas, a maçonaria moderna (também chamada de maçonaria “especulativa”) teve seu primeiro registro com a fundação da primeira Grande Loja, em Londres, 1717 d.C. (Brasil, 2005).

Os símbolos de pertencimento, tão úteis aos Templários mesmo depois que estes foram jogados na clandestinidade, vieram incorporar-se à Maçonaria para identificar seus membros e lhes proporcionar acesso a muitos rituais.

A Maçonaria, que hoje se autodefine como sociedade discreta, até muito pouco tempo atrás era uma sociedade de caráter secreto. É politicamente influente em inúmeros países inclusive no Brasil, participando efetivamente de diversos eventos da nossa história e interferindo de forma clara no rumo de acontecimentos, que estão impregnados de seus conceitos e símbolos. A lista onde aparecem alguns brasileiros ilustres e historicamente influentes, ligados a Maçonaria, demonstra o poder político desta instituição.

Ademar de Barros – médico e político (Governador de Estado) Afonso Celso (Visconde de Ouro Preto) Antonio Carlos Ribeiro de Andrada III - político (Presidente de Estado) Aristides Lobo - republicano histórico Azeredo

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Coutinho – bispo, precursor da independência Benjamin Constant -militar professor e político ("o pai da República") Campos Salles - presidente da República Deodoro da Fonseca - militar proclamador da República Esperidião Amin - político (Governador de Estado) Euzébio de Queiroz - político do 2o. Império Frei Caneca - patriota e revolucionário. Golbery do Couto e Silva - militar e ministro de Estado Hermes da Fonseca - presidente da República Jânio da Silva Quadros - presidente da República José Bonifácio de Andrada e Silva - "O Patriarca da Independência" Mário Covas - político (Governador de Estado) Newton Cardoso - político (Governador de Estado) Orestes Quércia -político (Governador de Estado) Pedro I - primeiro imperador do Brasil Rui Barbosa - jurista, tribuno e político. Washington Luis - Presidente da República Wenceslau Brás - Presidente da República. (site Lojas maçônicas, 2005).

O Brasil colônia já encontrou os maçons organizados e os embriões das Lojas se espalhavam por todo o território conquistado. Reconhecidamente foram articuladores de vários acontecimentos históricos importantes, como a Conjuração Baiana, a Conjuração do Rio de Janeiro, a Revolução Pernambucana de 1817, a Conjuração Mineira, a Independência do Brasil, etc.

Deixando seus sinais de pertencimento na arquitetura das cidades brasileiras, podemos analisar seu percurso ao adentrar no território, sendo de relevância observar que seguiram o caminho do ouro desde o porto de Paraty, passando pelo sul de Minas e, daí, para o norte, de onde se desviaram para Goiás. Até os dias de hoje podemos perceber a influência dessas Lojas mais antigas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O destino dos remanescentes Templários é incerto até a contemporaneidade; entretanto, são vários os grupos que reivindicam sua herança.

Muitos pesquisadores sugerem que a Maçonaria, sem menosprezar o conhecimento de outras tradições, teria incorporado os remanescentes Templários e, por conseguinte, várias de suas práticas e parte de seu discurso, considerando a fundação da Loja em Londres, no dia 24 de junho de 1717, a data histórica de fundação da franco-maçonaria.

Como os Templários, os maçons têm uma simbologia e uma liturgia complexa e o seu relacionamento dentro das lojas está subordinado a uma intrincada hierarquia, tal qual a que existia no Templo. O

DIACRONIA

caráter secreto da maçonaria foi instituído como meio de proteção; visto que, no início, se ocultava das elites sociais contra as quais lutava, pois estas necessitariam persegui-la, inexoravelmente, se quisessem sobreviver. A necessidade de invisibilidade fez com que se criassem os diversos sinais de pertencimento, que proporcionavam segurança aos seus membros e que subsistem até os dias de hoje.

Não é simples coincidência o fato de que, apesar da crença de que não existem discussões políticas dentro das lojas, a historiografia brasileira e mundial está repleta de momentos em que a Maçonaria foi vanguardista e decisiva. Podemos citar sua atuação efetiva na Revolução Francesa e, no Brasil, como exemplos mais importantes dessa atuação, na Independência e na Proclamação da República, citamos os maçons Dom Pedro I, José Bonifácio de Andrada e Silva, Marechal Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, além de outros.

Os exemplos são do passado, mas continuaríamos a poder falar dessa interferência, caso houvesse tempo e espaço; pois a Maçonaria sempre estará podendo intervir no processo político das Nações, visto que é uma organização mundial.

BIBLIOGRAFIA

- BARBER, Malcolm. *The trial of the Templars*. Cambridge: CUP, 1978.
- BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. Tradução Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1993.
- BARTHES, Roland. O discurso da história. **In:** —. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **In:** —. *Magia e técnica, arte e política*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BRAIT, Beth (Org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Unicamp, 1977.
- BURMAN, Edward. *Templários: Os Cavaleiros de Deus*. Trad. Paula Rosas. Rio de Janeiro: Record, 1994.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CÉSAR, Waldo; Mircea Eliade: Sagrado e Profano – Religiões e Existência Humana; artigo científico baseado no estudo O Sagrado e o Profano. Essência das Religiões; Lisboa, edição Livros do Brasil; coletânea de artigos por Francisco Cartaxo Rolim. Petrópolis: Vozes, 1997.

DEMURGER, Alain. *Os Cavaleiros de Cristo: As Ordens Militares na Idade Média (Séculos XI – XVI)*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 170-176.

ECO, Umberto. *Pêndulo de Foucault*. Tradução Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GENNES, J.P. *Les Chevaliers du Saint – Sepulcre*. Paris, 1995.

GOUREVITCH, A. Y. O tempo como problema de história cultural. **In:** RICOEUR, P. e outros. *As culturas e o tempo*. São Paulo: Edusp, 1975.

LIMA, Adelino de Figueiredo. *Os Templários*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Divulgação do Livro, 1972.

MICHELET, V.E. *Le secret de la chevalerie*, 1930.

PASTOREAU, M. *Image, symbole*. Études D`Histoire et D`Anthropologie. Paris: Le Leopard D`Or, 1987.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **In:** —. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

READ, Piers Paul. *Os templários*. Tradução Marcos José da Cunha, Rio de Janeiro: Imago, 2001.

SANTOS, Luis Alberto Brandão. Literatura e História: Convergência de Possíveis. **In:** BOECHAT, Maria Cecília Bruzzi e outros. *Romance histórico: recorrências e transformações*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000.

TIRO, Guilherme. *A History of deeds done beyond the sea*. Nova York: Octagon Books Two Vols, 1976.

TIRO, Guilherme; *Chronique, ed. crit.* Por R.B.C. Huygens 2 vols. Turnhout: Brepols, 1986.

VITRY, Jacques, *History of Jeruzalem*. Londres: Palestine Pilgrim's Text society, 1896.

DIACRONIA

SITES DA INTERNET

<http://www.guatimizin.org.brm/artigos/templar-part1.htm> **In:**
Guatimizin

<http://geocities.yahoo.com.br/capituloacp308/sub/maconaria.htm> **In:**
PIERRE, Capítulo Carlos Alexandre.

<http://www.logoshp.hpg.ig.com.br/m1.htm> **In:** CRISTÃ, Apologética.

<http://www.philantropia.hpg.ig.com.br/landmarks1.html> **In:** LOPES,
Irmão, Loja Philantropia do Sul.

<http://www.lojasmaconicas.com.br/macom/famousbr.htm> **In:** GODOY,
Volney da Rocha.

<http://www.edeus.org/port/MaconariaBR.htm> **In:** BACCI, Hermes.

<http://hgespuny.sites.uol.com.br/goldsquare/osgraus.htm> **In:** Grande O-
riente de São Paulo.

<http://www.clickbr.com.br/concordia/gob.html> **In:** Grande Oriente do
Brasil.